



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

INSTITUTO DE GEOGRAFIA

Programa de pós-graduação em Geografia



GILSON SILVA SANTOS

**A QUESTÃO DA DEPENDÊNCIA ESTRUTURAL NO BRASIL:
análise das políticas econômicas do Partido dos Trabalhadores**

**UBERLÂNDIA
2017**

GILSON SILVA SANTOS

**A QUESTÃO DA DEPENDÊNCIA ESTRUTURAL NO BRASIL:
análise das políticas econômicas do Partido dos Trabalhadores**

Dissertação apresentada como requisito parcial para aprovação no curso de Mestrado em Geografia, submetido à avaliação da banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia.

Linha de Pesquisa 3: Ensino, Métodos e Técnicas em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Tulio Barbosa

UBERLÂNDIA
2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

S237q
2017 Santos, Gilson Silva, 1985-
A questão da dependência estrutural no Brasil : análise das políticas
econômicas do Partido dos Trabalhadores / Gilson Silva Santos. - 2017.
101 f.

Orientador: Tulio Barbosa.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Geografia.
Inclui bibliografia.

1. Geografia - Teses. 2. Partidos políticos - Teses. 3. Neoliberalismo
- Teses. 4. Partido dos Trabalhadores (Brasil) - Teses. 5. Dependência -
Teses. 6. Brasil - Política e governo - Teses. I. Barbosa, Tulio, 1979-. II.
Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em
Geografia. III. Título.

CDU: 910.1

BANCA EXAMINADORA

Orientador - Professor. Dr. Tulio Barbosa

Professora Dr.^a Eliane Soares

Professora Dr.^a Vera Lúcia Salazar Pessoa

Uberlândia, 23, maio de 2017.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é fruto de uma necessidade de responder grandes questões, que sempre inquietaram o autor, questões humanas e científicas, daí o aparente conflito entre o que desenvolvemos aqui e a Geografia. Nesse sentido, em primeiro lugar quero agradecer a minha família. Sem o seu apoio, eu não estaria aqui. Toda família tem um polo centralizador de forças. A minha não é diferente. À minha mãe, Maria Batista dos Santos, todos os meus agradecimentos: minha base econômica, moral e afetiva; sem ela não poderia seguir adiante.

Esse “aqui” pode não parecer muito, mas significa enxergar o mundo de uma forma que nunca imaginei possível, tanto pelo que há de positivo neste mundo, como pelo que há de negativo.

Esse “aqui” também não seria possível sem o apoio de tantos amigos, que se eu fosse citar não haveria palavras suficientes. Para não haver omissões, quero agradecer todos os meus amigos que me apoiaram nas horas mais difíceis, que debateram comigo sobre essa pesquisa, que me enviaram vários artigos e, quando eu pensava em desistir, me mostraram que eu poderia fazer um bom trabalho. A todos que me conhecem sintam-se representados nessas palavras. Vocês foram muito importantes para o meu desenvolvimento intelectual. Obrigado a todos, sem distinção de gênero.

Agradeço também o importante apoio institucional da CAPES, pela concessão de bolsa durante a realização do mestrado.

Aos amigos da academia devo abrir essa nota de agradecimento, porque sem eles eu também não chegaria “aqui”. A maior parte das questões levantadas neste trabalho foi pensada a partir de uma amizade que tem uma complexidade, ou seja, que tem múltiplas dimensões: troca de conhecimento, carinho, companheirismo, responsabilidades, etc. Todos os seus frutos certamente não aparecem aqui neste trabalho, mas eu os levarei por toda a vida. Por isso, agradeço todos os meus amigos da academia, que são muitos e também não poderei citar a todos, mas quero que se sintam representados em nome de duas figuras muito importante na minha formação: O professor orientador, Tulio Barbosa, e a professora Eliane Soares, pela amizade e pelos debates os quais me renderam grandes frutos.

As revoluções nacionais que se atrasaram são revoluções nacionais que não puderam desatar-se e completar-se dentro e através do capitalismo. Agora, têm de voltar-se contra ele. Isso define a relação recíproca da burguesia com o proletariado no plano mundial: a revolução nacional já não é instrumental para o desenvolvimento capitalista (...) e, por conseguinte, para que a revolução nacional ganhe viabilidade em muitos países periféricos, é preciso que as revoluções proletárias quebrem as amarras de seu estancamento ou paralisação.

Florestan Fernandes

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	08
CAPÍTULO 1 – DEPENDÊNCIA ESTRUTURAL NO BRASIL: RESGATE HISTÓRICO-CONCEITUAL.....	12
1.1 Capitalismo e Estado.....	12
1.2 Teoria da dependência.....	14
1.3 Análise contextual da dependência estrutural no Brasil.....	21
CAPÍTULO 2 – BASES POLÍTICAS E ECONÔMICAS DAS TEORIAS NEOLIBERAL E NEODESENVOLVIMENTISTA NO BRASIL	39
2.1 Neoliberalismo e neodesenvolvimentismo no Brasil.....	39
2.2 Breve histórico do neoliberalismo no Brasil.....	55
2.2.1 <i>O Governo Sarney</i>	57
2.2.2 <i>O Governo Collor</i>	59
2.2.3 <i>O Governo FHC</i>	62
CAPÍTULO 3 – A POLÍTICA ECONÔMICA DOS GOVERNOS DO PARTIDO DOS TRABALHADORES.....	67
3.1 A política econômica do PT.....	67
3.2 Governos do PT: uma política econômica neodesenvolvimentista ou neoliberal?.....	73
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	90
REFERÊNCIAS.....	94

RESUMO

O presente trabalho realiza algumas análises estruturais e conjunturais quanto à autonomia nacional do Brasil e sua capacidade de inserir-se no cenário mundial como protagonista. Essas questões mostram-se pertinentes por vivermos um período de questionamento teórico e ideológico quanto ao papel dos Estados Nacionais. Essa problemática evidenciou-se com mais propriedade com a chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) ao governo, uma vez que a própria estrutura filosófica e política do PT sempre buscou um distanciamento das propostas neoliberais. Dessa forma, argumenta-se que o apoio ao Estado como estrutura primordial para o desenvolvimento, postura mais próxima do keynesianismo, levou o PT a algumas políticas diferentes das que vinham sendo realizadas desde o governo de Collor de Mello. Porém, essa suposta tentativa de fortalecer o Estado não alterou a opção prioritária pela composição, pelos pactos de poder, com uma burguesia nacional vinculada ao mercado internacional. Em outras palavras, o PT buscou conduzir-se por um misto de keynesianismo e neoliberalismo. Essa dissertação aborda esse debate, ao confrontar o discurso ideológico com as práticas das políticas econômicas e sociais do PT, considerando as indagações levantadas pela teoria da dependência no que se refere à estrutura nacional de vinculação ao mercado internacional.

Palavras-chave: Governos do PT. Dependência. Neoliberalismo. Neodesenvolvimentismo.

RESUMEN

El presente trabajo realiza algunos análisis estructurales y coyunturales en cuanto a la autonomía nacional de Brasil y su capacidad de insertarse en el escenario mundial como protagonista. Esas cuestiones se muestran pertinentes por vivirmos un período de cuestionamiento teórico e ideológico en cuanto al papel de los Estados nacionales. Dicha problemática se evidenció con más propiedad con la llegada del Partido de los Trabajadores (PT) al gobierno, una vez que la propia estructura filosófica y política del PT siempre buscó un distanciamiento de las propuestas neoliberales. Así, se argumenta que el apoyo al Estado como estructura primordial para el desarrollo, postura más cercana al keynesianismo, llevó el PT a algunas políticas diferentes de las que venían siendo realizadas desde el gobierno de Collor de Mello. Sin embargo, ese supuesto intento de fortalecer el Estado no alteró la opción prioritaria por la composición, por los pactos de poder, con una burguesía nacional vinculada al mercado internacional. En otras palabras, el PT buscó orientarse por una mezcla de keynesianismo y neoliberalismo. Esta disertación aborda ese debate, al confrontar el discurso ideológico con las prácticas de las políticas económicas y sociales del PT, considerando las indagaciones planteadas por la teoría de la dependencia en lo que se refiere a la estructura nacional de vinculación al mercado internacional.

Palabras clave: Gobiernos del PT. Neoliberalismo. Neodesarrollismo. Dependencia.

INTRODUÇÃO

A questão central deste trabalho partiu das análises das políticas econômicas e sociais realizadas durante os governos petistas, principalmente quanto à possível superação ou não de algumas estruturas dependentes. O Partido dos Trabalhadores (PT) apoiou-se no seu discurso de distribuição *versus* concentração de renda e, com isso, motivou uma construção ideológica voltada para as questões típicas de um partido trabalhista sem, de fato, trazer novidades para os trabalhadores e muito menos garantir que os direitos históricos dos mesmos fossem mantidos. O discurso ideológico do PT fundamentou todos os seus argumentos na distribuição de renda, no poder de compra, controle da inflação, aumento dos empregos e, queda da taxa de juros (pelo menos num curto período). Enfim, seu discurso apenas apresentou o trabalhador como sujeito que pode vender sua força de trabalho, receber salário e comprar o que conseguir com sua renda. Porém, não houve, de fato, desconcentração de renda, nem mesmo melhorias significativas para os trabalhadores brasileiros, visto que os mesmos agora, em 2017, estão desempregados, com o índice elevadíssimo de desemprego, e com queda acentuada no consumo. Em suma, o PT ideologizou um discurso de esquerda reformista, mas sempre se apoiou numa lógica de mercado de direita.

Diante desta realidade, ao confrontarmos as nossas análises históricas sobre a conformação do modo de produção capitalista no Brasil trouxemos para o debate a questão da teoria da dependência nos termos de Florestan Fernandes (1975, 1976) e Ruy Mauro Marini (2011) como pontos nevrálgicos para a compreensão da atual conjuntura nacional. O nosso pressuposto indica que essa teoria possibilita-nos refletir as políticas econômicas e sociais produzidas pelo PT durante sua gestão – isso porque a ideia principal da teoria da dependência perpassa por essa questão da autonomia nacional.

O objetivo deste trabalho é trazer para o debate essas grandes questões nacionais, contextualizando-as com a nossa conjuntura atual, para indicarmos os limites da não superação da dependência estrutural no caso brasileiro, sobretudo nos governos petistas.

A dissertação se dividiu em três partes fundamentais para análise da nossa conjuntura atual. No Capítulo 1 fizemos um resgate histórico conceitual da teoria da dependência baseada na leitura de Florestan Fernandes (1975, 1976) e Ruy Mauro Marini (2011),

contextualizando a passagem do domínio de relações pré-capitalistas para o domínio de relações próprias do modo-de-produção capitalista, relacionando a análise da revolução burguesa no Brasil com a ideia de revolução nacional e democrática.

No Capítulo 2 analisamos o conceito de neoliberalismo a partir de Perry Anderson (2012) e o novo-desenvolvimentismo na ótica de Luiz Carlos Bresser Pereira (2016) e seus seguidores. Para completar as análises desses conceitos, trouxemos os conceitos para o campo empírico contextualizando as políticas econômicas no Brasil a partir da década de 1970, para entendermos, sobretudo, a diferença do liberalismo, nos planos ideal e real.

No Capítulo 3 buscamos mostrar como há uma diferença entre o conceito de neodesenvolvimentismo e as políticas econômicas do PT. Essa contextualização política e econômica dos governos petistas permitiu analisarmos se o Partido dos Trabalhadores contribuiu ou não para a persistência ou superação da dependência estrutural no Brasil, ou naquilo que alguns autores denominaram de novo-desenvolvimentismo. A análise indicou que não houve nenhum elemento que alterasse a questão da dependência estrutural, pelo contrário, houve um aprofundamento das políticas ditas neoliberais e, conseqüentemente, um deslocamento das práticas petistas da teoria novo-desenvolvimentista.

Nesse sentido, houve a necessidade de levantarmos uma bibliografia geral para efetuar um resgate de elementos históricos. Para atingirmos esse objetivo a pesquisa caminhou em duas direções. Primeiro fizemos uma análise conjuntural mais ampla e mais geral, que vai desde a passagem no Brasil do pré-capitalismo para o domínio de relações capitalistas até a ditadura militar. O intuito não foi fazer uma análise histórica, mas levantar elementos para entendermos as raízes dos conceitos: dependência, neoliberalismo e neodesenvolvimentismo, conforme foram apresentados no Capítulo 1 e 2. Depois fizemos um balanço comparativo para diferenciar o conceito da prática, através da contextualização com elementos da nossa formação sócio espacial, levantados na bibliografia geral. Noutra dimensão, para fecharmos o trabalho prosseguimos com uma análise conjuntural mais pontual das políticas econômicas, para responder à questão da dependência durante os governos petistas.

A nossa análise contribui para corroborar o pensamento de autores marxistas como Lênin (2011a e b), Mészáros (2002) e Harvey (2014), dentre outros, que nos alertam sobre os limites do sistema capitalista que, além de colocar em xeque qualquer autonomia humana conquistada até agora (democracias substanciais), coloca em xeque a própria existência humana. Nesse sentido, a escolha da temática e a forma de abordagem partiram

de nossas inquietações sobre a conjuntura nacional atual, relacionando-as com questões estruturais.

O tempo necessário para um estudo mais aprofundado nos obrigou a optarmos por uma abordagem aproximativa ao tema no sentido de sua problematização. Este trabalho consiste na nossa primeira incursão a respeito das grandes questões nacionais. Contribuímos para pensarmos as grandes questões nacionais dentro da ciência geográfica e, de alguma forma, contribuir na luta mais geral pela emancipação humana, que deveria ser o fundamento principal da ciência.

A nossa abordagem considerou o movimento interno da estrutura social. Esse movimento interno permitiu ver com outra ótica o espaço geográfico nacional, analisando as condições estruturais da política. Essas inquietações deram-se primeiramente pelo que nos parece uma evidente contradição entre a condição real do povo brasileiro e a condição legal instituída na Constituição de 1988. Dessa forma, as relações políticas e econômicas estabelecidas no Brasil a partir dessa Constituição, nos levaram a questionar: em que sentido houve uma superação da dependência estrutural no Brasil? Assim, a análise dos governos petistas foi importante para dimensionar as questões nacionais pertinentes à temática da dependência.

A partir de alguns indicadores, estabelecemos os elementos estruturais do ponto de vista econômico e político, mostrando como esses indicadores apontam no sentido de compreendermos os limites estruturais das políticas econômicas dos governos petistas.

Em nossa análise e corroborando com Florestan Fernandes (1979), os limites para o avanço da construção de mais autonomia por parte da classe proletária no Brasil, sempre se constituiu um universo de barreiras que historicamente nunca foram ultrapassadas; nem do ponto de vista de uma democracia burguesa liberal clássica e, muito menos, do ponto de vista de uma social democracia, como vimos nos estados de bem-estar-social de alguns países capitalistas mais avançados. Os indivíduos de nossa sociedade, sempre tiveram as suas liberdades deturpadas no plano estatal e social por uma lógica extremamente autoritária.

A liberdade e a igualdade na nossa análise das sociedades modernas vêm se constituindo no plano social como mera ferramenta política do direito “constitucional democrático”. Na realidade o que vemos é um autoritarismo cada vez mais violento, tendendo cada vez mais à barbárie como consequência inexorável da crise do sistema capitalista.

Quando Marx e Engels (2005) identificam a grande indústria como uma condição para um mundo mais livre e integrado, não é no sentido de uma sociedade de redes de consumo, como se difunde atualmente, mas porque a partir do desenvolvimento das “técnicas” (entendido aqui como desenvolvimentos de forças produtivas) finalmente a humanidade criou condições para que cada vez mais “os homens” se livrassem do “reino das necessidades” para se dedicar ao “reino da liberdade”, sem o trabalho opressor, que é a base do mercado mundial, sob o domínio do modo de produção capitalista.

Na história existente até aqui é certamente um fato empírico que os indivíduos singulares, com a extensão da atividade para uma atividade histórico-mundial, tornam-se cada vez mais submetidos a um poder que lhes é estranho [...] um poder que se torna cada vez maior e que se revela, em última instância, como *mercado mundial*. (MARX e ENGELS, 1987 p.54, grifo do autor).

Para entendermos esse mercado mundial, esse “poder estranho” que inibe o processo de emancipação humana, precisamos entender as bases das nossas condições de vida reais, só assim podemos entender os limites da liberdade humana.

Desse ponto de vista, para pensarmos concretamente em termos de liberdade substancial, ou seja, uma liberdade que possa ser construída e vivenciada por toda a humanidade, concluímos que há uma necessidade de passarmos por um processo revolucionário que supere a sociedade em classes, ou melhor, de um mundo estruturado em classes, que trata a questão da liberdade como liberdade de classe. Numa sociedade dividida em classes sabe-se que, inexoravelmente, haverá concepções e fruições diferentes de liberdade humana para cada classe, em distintos momentos históricos. (MARX e ENGELS, 1987, 2005).

Entender um pouco das grandes questões nacionais no contexto do território brasileiro, nos dará uma visão mais totalizante da nossa formação social, conseqüentemente permitirá que avancemos rumo a um pensamento mais profundo, portanto mais crítico, que induza a construção de mais autonomia por parte das classes subordinadas. Neste contexto aqui apresentado, justificamos onde queremos chegar e qual caminho pretendemos percorrer. Cientes da complexidade da temática justificamos o porquê de uma abordagem aproximativa e interpretativa da conjuntura e do cenário político econômico no atual território brasileiro.

CAPÍTULO – 1

DEPENDÊNCIA ESTRUTURAL NO BRASIL: RESGATE HISTÓRICO-CONCEITUAL

A análise da dependência estrutural no caso brasileiro é uma dessas grandes questões que apontam para a dimensão do nosso autoritarismo. Dentro dessa perspectiva, pretendemos construir a nossa análise geográfica neste Capítulo, mostrando as escalas da dependência estrutural interna e externa ao Brasil. Estamos pressupondo que as consequências são muitas, mas a dimensão estrutural é passível de análise. Partindo dessa dimensão estrutural, pretendemos analisar alguns limites socioeconômicos dentro do território brasileiro que apontam os limites para a superação da superexploração da força de trabalho, sendo esta uma das características principais da dependência na América Latina, segundo a análise de Ruy Mauro Marini (2011).

1.1 Capitalismo e Estado

Elucidando alguns pressupostos históricos, percebemos que as bases que construíram este mundo atual ainda permanecem ativas. Como apontam Marx e Engels (1987), a humanidade veio reproduzindo a sua própria existência e produzindo os seus próprios meios de vida, ou seja, meios de subsistência e, nesse processo, aumentando consideravelmente a sua produção material. Se partirmos desse pressuposto histórico, percebemos que constantemente foram constituídas novas necessidades humanas ligadas à produção e reprodução da vida.

Para a nossa análise da conjuntura atual, estamos supondo que nessas relações de produção, “os homens” criaram as suas próprias contradições, ao mesmo tempo em que criaram um mundo material que oferece a *possibilidade* de fruição de algumas liberdades.

Ocorre que alguns sujeitos começaram a se apropriar dos meios de produção comuns e, nesse processo, subordinaram os demais grupos sendo que, para justificar tal ato, criaram estruturas políticas e ideológicas que legitimaram seu domínio sobre os demais.

Nesse sentido, a estrutura social e econômica capitalista e a superestrutura jurídica e política, a que chamamos Estado burguês ou capitalista – e a ideologia dominante que o justifica, assim como as suas diferentes formas de governo - surgem nesse processo histórico.

Entendemos que a partir dessa possibilidade de subjugação de um grupo por outro, surge a alienação social do ser humano. Neste movimento, a partir do surgimento do Estado, e suas estruturas jurídicas e políticas, assim como o território que o compõe, surge a possibilidade de subjugação de um Estado por outro. Ou seja, o que torna o nosso mundo complexo e a nossa análise muito mais difícil se relaciona ao fato de que “os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais”. (MARX E ENGELS, 1987, p. 129).

Considerando essa formulação marxiana a respeito do Estado, e a práxis histórica dessa instituição, podemos concluir que, onde houve e há luta de classes e, conseqüentemente Estado, não houve liberdade em sentido substantivo. Para Marx e Engels (1987), o Estado é um obstáculo e não um facilitador da fruição de liberdades humanas. Nesse sentido, a estrutura social que pressupõe o Estado, nasce constantemente condicionada pelo modo de produção da vida material dos homens e das suas relações de produção. Nesse momento surge também, como umas das maiores contradições criadas pelos seres humanos, a superestrutura jurídica e política chamada Estado, como uma das dimensões autoritárias dentro da formação social e objeto de análise neste trabalho.

Fizemos esta aproximação para diferenciar substancialmente a nossa análise dos trabalhos da corrente liberal e neoliberal, que serão utilizados para algumas comparações, necessárias à análise da conjuntura atual do Brasil. Nesse sentido, a retomada da questão da dependência estrutural, nos permite trazer para o debate questões mais reais da conjuntura atual, isso porque no início das nossas discussões percebemos que alguns conceitos inicialmente liberais como: *democracia, liberdade e autoritarismo*, não nos forneciam substancialmente argumentos para entendermos a nossa realidade. Explicando melhor: a confusão, no nosso entendimento, é que o pensamento liberal original foi fruto da disputa de poder entre burguesia e aristocracia, e sua concepção sobre “o homem” em estado de natureza desconsiderou as determinações sociais e históricas do homem de sua época. Disto os liberais concluíram que, para viver em sociedade era preciso garantir a liberdade de cada um e de todos, e o Estado teria o papel de garantir a liberdade individual,

através da defesa da propriedade privada por meio do uso legítimo da força. Ou seja, como disse Marx (2011), transformaram o homem burguês em homem universal. Nesse sentido, tornou-se demasiadamente complexo seguirmos por esse caminho teórico.

Na nossa perspectiva, como aponta a obra *O Estado e a Revolução*, de Lênin – uma síntese das ideias fundamentais de Karl Marx e Friedrich Engels sobre o Estado – o Estado é uma força no interior da sociedade, resultado da manifestação antagônica das classes. Portanto, a existência do Estado traz consigo características repressoras como um exército responsável pela manutenção da ordem. Para nossa análise do caso brasileiro, manutenção da ordem burguesa nacional e internacional, que não tende a favorecer por espontaneidade nenhuma os trabalhadores, ou seja, a maioria da população.

Muitos irão alegar que essa é uma visão simplista do Estado, mas em termos gerais o que o Estado faz de melhor no capitalismo não é ser instrumento de dominação, protegendo os donos dos meios de produção, de um lado, e esmagando a imensa maioria dos trabalhadores pobres de outro?

1.2 Teoria da dependência

A teoria da dependência surge por volta da década de 1960, como alternativa tanto ao pensamento liberal na América Latina, que entendia o desenvolvimento capitalista como “*continuum* evolutivo”¹, como às teses desenvolvimentistas da Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina (CEPAL) e do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e “etapistas” do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Por etapismo compreende-se a concepção do PCB de que a formação social brasileira do período encontrava-se em um estágio pré-capitalista e que era preciso, portanto, superar esta etapa para que o socialismo fosse viável.

Nessa conjuntura, segundo Amaral (2012), seguindo a linha de pensamento de Whitman Rostow, a partir do artigo *The Stages of Economic Growth*, a CEPAL, nos anos de 1940 e 1950, liderada por Raúl Prebisch e Celso Furtado, tornou-se o clássico do pensamento desenvolvimentista no Brasil.

Nestas circunstâncias, a proposta política da CEPAL vinha no sentido de atuar contra a inserção externa dos países subdesenvolvidos, num argumento pró-industrialização que defendia a centralização do câmbio –

¹ MARINI, Ruy Mauro. *América Latina: dependência e integração*. São Paulo: Editora Brasil Urgente, 1992.

de modo que toda compra e venda de dólares deveria ser feita sempre por intermédio dos Bancos Centrais -, a canalização de diferentes taxas de câmbio para diferentes setores de acordo com a estratégia de industrialização adotada e, por fim, uma política creditícia ativa, com criação de instituições públicas capazes de alavancar o desenvolvimento. A este conjunto de políticas deu-se o nome de desenvolvimentismo, cuja efetivação dependeria da forte presença e participação do Estado na economia através da implementação do conhecido PSI (Processo de Substituição de Importações) – cunhando a expressão “nacional-desenvolvimentismo” – e pleno desenvolvimento econômico. (p. 31)

Em sua concepção econômica, este projeto partia do princípio de que as economias periféricas ao se inserirem no mercado mundial, ou seja, na Divisão Internacional do Trabalho (DIT), dentro da ordem capitalista, foram condicionadas a meras exportadoras de produtos primários e que, portanto, ao superarem essa condição, superariam também a dependência estrutural. Mas essa inserção que, desde o começo subjugou a formação social brasileira aos ditames das economias centrais, por falta de força revolucionária ou pela adoção da “linha de menor resistência²”, não alterou o fato de que no Brasil tivesse ocorrido uma revolução burguesa. Ou seja, a passagem da predominância do modo de produção escravista³ para o modo de produção capitalista “*sui generis*”⁴, condicionado a atender as mudanças qualitativas ocorridas nas grandes economias industriais, como indica Marini (2011). A passagem, nos países capitalistas dominantes, da mais-valia absoluta para a mais-valia relativa, é explicada pelo aumento da capacidade produtiva através do incremento de novas tecnologias; o que explica também a necessidade de forçar o aumento da produção brasileira para o mercado mundial, na tentativa de recuperar as perdas econômicas determinadas pela deterioração comercial.⁵

A diferença, no caso brasileiro, é que o capitalismo não conseguiu completar o ciclo de produção, tal como se deu nos países imperialistas. Ou seja, como aponta Marini (2011) – seguindo os passos de Marx em *O Capital* – para o capital se reproduzir é preciso haver uma integração no processo de produção e circulação das mercadorias. Nesse processo,

² Conceito utilizado Ruy Mauro Marini (2011) e Florestan Fernandes (1976), para demonstrar a opção da burguesia nacional em se aliar com o capital estrangeiro, para evitar possíveis constrangimentos de uma aliança com as classes trabalhadoras nacionais.

³ SAES, Décio. *A formação do Estado Burguês no Brasil (1888 – 1891)*. V: I-II, 334f. Tese de Livre-Docência. IFCH-UNICAMP. 1982.

⁴ Definição de Ruy Mauro Marini (2011).

⁵ “[...] transações entre nações que trocam distintas classes de mercadorias, como manufaturas e matérias primas —, o mero fato de que umas produzam bens que as outras não produzem, ou não o fazem com a mesma facilidade, permite que as primeiras iludam a lei do valor, isto é, vendam seus produtos a preços superiores a seu valor, configurando assim uma troca desigual.” (MARINI, 2011, p.145).

mesmo que haja uma acumulação relativa e até mesmo extraordinária por parte do capitalista, em alguma etapa o trabalhador tem que cumprir a sua função de consumidor, para que o sistema continue em movimento. Ao completar esta etapa de produção nos países centrais, com o apoio das economias coloniais, estabeleceu-se nesses países uma etapa de produção muito mais avançada do ponto de vista tecnológico do que nos países que se inseriram na DIT como meros exportadores de matérias primas.

Essa inserção dependente dificultou que se desenvolvesse no Brasil um mercado interno capaz de integrar produção e circulação das mercadorias, mas não impediu que se estabelecessem relações capitalistas. Essa aparente contradição foi explicitada por Marini (2011) e Florestan Fernandes (1975) nas suas análises sobre o imperialismo e a dependência na América Latina. Seus estudos apontam para as contradições específicas da inserção das economias latino-americanas no mercado mundial.

Contrapondo a visão linear do “*continuum* evolutivo”, estes autores aprofundaram seus estudos a partir da lei do desenvolvimento desigual e combinado, explicitada por Leon Trotsky (1977). A partir desses estudos pode-se evidenciar que o subdesenvolvimento nos países periféricos era uma condição para o desenvolvimento tecnológico e monopolista nos países centrais. Ou seja, a dependência estrutural na América Latina é consequência do imperialismo e somente pode ser entendida a partir de suas especificidades na relação com o todo; a partir do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo no “sistema mundo⁶”.

A partir desses pressupostos, Marini (2011), da corrente dependentista, estabeleceu suas críticas ao modelo desenvolvimentista. O projeto desenvolvimentista, como já mencionado, apostou na industrialização com base na substituição de importações para cumprir a etapa considerada mais desenvolvida do capitalismo. Pensavam que, a partir do incentivo do Estado ao investimento, o capitalismo nacional seria levado a assumir uma dinâmica interna positiva, no sentido de aumentar o acesso dos trabalhadores ao consumo e equilibrar as relações de troca. Entretanto, a substituição de importações não eliminou a dependência considerável do capital internacional, conforme demonstrou a história brasileira do pós-1930.

Nesse processo histórico é importante relembrar as grandes crises de superprodução

⁶ Expressão de WALLERSTEIN, Immanuel. Mundialização ou era de transição? Uma visão de longo prazo da trajetória do sistema mundo. In: CHESNAIS, François et. al. *Uma nova fase do capitalismo?* São Paulo: Xamã, 2003.

das economias centrais no início do século XX, que possibilitaram que o eixo da acumulação nas economias periféricas se deslocasse para a indústria, dando origem a uma moderna economia industrial no caso brasileiro, assim como na Argentina e no México. Mas já em meados da década de 1960, quando esse modelo começou a mostrar seu esgotamento, a teoria dependentista ganhou força entre a intelectualidade crítica, no Brasil e na América Latina.

Segundo Marini (2011), as bases da indústria no Brasil não se desenvolveram exatamente da mesma forma como nos países centrais. Elas não criaram uma demanda nova no Brasil, mas já nasceram para atender uma demanda pré-existente. Ou seja, criaram um eixo de integração entre a produção e a circulação no Brasil, mas por meio de uma demanda já existente. A originalidade na tese de Marini está exatamente em demonstrar que esse processo de industrialização novo criou uma cisão entre a esfera alta e a esfera baixa da circulação. As condições não favoreciam uma produção para o consumo popular, pois a demanda pré-existente da esfera alta do consumo já era muito superior à produção industrial nacional.

Partindo então do modo de circulação que caracterizara a economia exportadora, a economia industrial dependente reproduz, de forma específica, a acumulação de capital baseada na superexploração do trabalhador. Em consequência, reproduz também o modo de circulação que corresponde a esse tipo de acumulação, ainda que de maneira modificada: já não é a dissociação entre a produção e a circulação de mercadorias em função do mercado mundial o que opera, mas a separação entre a esfera alta e a esfera baixa da circulação no interior mesmo da economia, separação que, ao não ser contraposta pelos fatores que atuam na economia capitalista clássica, adquire um caráter muito mais radical. (p. 164)

Essa separação entre as duas esferas da circulação redundou na não integração completa da economia nacional entre produção e circulação. Se houvesse um aumento da produção de bens de consumo popular com mais alta tecnologia na economia nacional, ocorreria uma mudança qualitativa. Como esse não foi o caso, o avanço tecnológico foi direcionado ao consumo das camadas médias e altas e, novamente, à exportação. Assim, o movimento, que poderia deslocar o eixo da acumulação com base na superexploração da força de trabalho para o aumento da capacidade produtiva do trabalho, foi parcialmente neutralizado. Ou seja, o aumento da taxa de mais-valia nos países dependentes ocorre a partir do aumento da superexploração da força de trabalho, enquanto depende do aumento

da mais-valia relativa nos países imperialistas.

A transição de um modo de acumulação para outro se torna, portanto, difícil e é realizada com extrema lentidão, mas é suficiente para desencadear um mecanismo que atuará no longo prazo no sentido de obstruir a transição, desviando para um novo meio a busca de soluções para os problemas de realização encarados pela economia industrial. Esse mecanismo é o recurso à tecnologia estrangeira, destinado a elevar a capacidade produtiva do trabalho. (p. 165)

Dessa forma, para Marini (2011), haverá sempre um grande abismo nas economias dependentes entre o consumo da esfera alta e da esfera baixa da circulação; abismo esse que direciona o consumo de produtos de alta tecnologia sempre para a esfera alta. É exatamente neste ponto que alguns intelectuais, defensores do caráter neodesenvolvimentista dos governos do PT, construíram as suas teses. Ou seja, buscam provar que houve uma tentativa de se colocar em prática um projeto de autonomia nacional para o Brasil, e/ou de superação da dependência estrutural, através do aumento do consumo por parte das classes populares. Porém, esta análise desconhece ou omite a forma como é induzido o aumento da massa de valor nas economias dependentes.

Nessa medida, e toda vez que não representam bens que intervenham no consumo dos trabalhadores, o aumento de produtividade induzido pela técnica nesses setores de produção não poderia se traduzir em maiores lucros por meio da elevação da taxa de mais-valia, mas apenas mediante o aumento da massa de valor realizado. A difusão do progresso técnico na economia dependente seguirá, portanto, junto a uma maior exploração do trabalhador, precisamente porque a acumulação continua dependendo fundamentalmente mais do aumento da massa de valor — e portanto de mais-valia — que da taxa de mais-valia. (MARINI, 2011, p. 169).

Ou seja, mesmo admitindo-se que houve um aumento do consumo em camadas da população anteriormente virtualmente alheias ao mercado, tal processo não implicou uma transformação estrutural na lógica da produção e circulação de mercadorias no Brasil. Isto porque continuou a dificuldade de produzir, com *alto nível tecnológico* e, portanto, de *produtividade*, bens que entrariam direto no consumo do trabalhador brasileiro, o que interferiria positivamente na taxa de mais-valia, naquilo que Karl Marx denominou de mais-valia relativa. Isto restringiu o mercado brasileiro e obrigou a continuidade da produção de bens tecnologicamente mais avançados para a esfera alta e para o mercado externo, incluindo as facilidades geradas pela criação do Mercosul. Assim, a

superexploração teve de continuar para compensar as perdas no mercado mundial e porque a realização interna seguiu sendo desimportante. Conforme Marini:

Pois bem, os três mecanismos identificados — a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho — configuram um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador, e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva. Isso é condizente com o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas na economia latino-americana, mas também com os tipos de atividades que ali se realizam. (2011, p. 149).

São nessas bases que Marini (2011) elabora a ideia de subimperialismo brasileiro. Ou seja, o mercado mundial cria a produção manufatureira no Brasil, constrange a sua produção à esfera alta da circulação e, assim, condiciona também a integração do mercado interno da América Latina, por causa da própria debilidade dessas economias nacionais. No caso brasileiro, esses constrangimentos geraram a necessidade do aumento da massa de valor e condicionaram a produção para o mercado externo. Para tanto, as classes dominantes contaram com um imenso exército de reserva, que foi liberado pela mundialização do mercado sob as bases da alta tecnologia dos países centrais; determinando no Brasil a volta das contraditórias vantagens comparativas, levando a economia nacional a voltar a direcionar a produção, agora também de produtos semindustrializados, para o mercado externo.

Assim, podemos afirmar que há uma relação bastante íntima entre a teoria do imperialismo e da dependência, conforme afirma Amaral (2012, p. 28).

[...] é como se a explicação e caracterização dos fenômenos mais gerais ocorridos em nível mundial ficasse a cargo da teoria do imperialismo, enquanto que a percepção de como esse fenômenos mais gerais impactariam a estrutura social, econômica, política e cultural interna dos países periféricos seria tarefa própria da teoria da dependência.

Nesse sentido, os que seguem a corrente do desenvolvimento dependente e associado partem dessa relação econômica das nações dependentistas com o fenômeno imperialista. Mas segundo Traspadini (1998) em relação a estes autores podemos definir que:

Assim, desenvolvimento dependente e associado é, segundo os autores, a única alternativa para que estas economias consigam obter ganhos no comércio internacional, uma vez que a internalização das economias e a

tendência à unificação dos mercados tornam-se pressuposto fundamental da nova perspectiva imperialista. Ao invés de lutar contra a atual ordem mundial, torna-se condição *sine qua non* juntar-se a ela para que se consiga conciliar as crises e os ganhos mundiais, com as vantagens competitivas que as empresas pretendem adquirir internamente. (p. 34).

Quanto à tese de Cardoso e Faletto (1981), concordamos com Carcanholo (2008) que identifica essa corrente dependentista como justificadora, em certo sentido, de um discurso liberal, uma vez que identifica o problema da dependência, mas não faz sua crítica. Ou seja, ao afirmar que a dependência não impediu o desenvolvimento capitalista e não criticar abertamente esse desenvolvimento, os autores parecem justificar o capitalismo dependente. Exemplificando:

[...] para aumentar a capacidade de acumulação desses ‘produtores-consumidores’ é necessário conter as demandas reivindicatórias das massas. Isto é, a política de redistribuição que ampliaria seu consumo torna-se ineficaz e mesmo, em determinadas condições, perturbadora do desenvolvimento. (CARDOSO e FALETTO, 1981, p. 131, grifo dos autores).

Esta dubiedade, verificada na citação acima, aparece em toda a obra *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*.⁷

⁷ Assim sintetiza Amaral (2012) as várias correntes dependentistas: “Há inúmeras controvérsias em relação à melhor e mais correta classificação das vertentes teóricas dependentistas. Dos Santos (2000) adota a distinção feita por Blomström e Hettne (1990), talvez por julgar que esta seja a descrição mais correta - ou menos incorreta - destas vertentes, segundo estes autores, Oswaldo Sunkel, Celso Furtado e Raúl Prebisch representariam a crítica ou autocritica dos cientistas sociais ligados à CEPAL, que percebem os limites de um projeto de desenvolvimento nacional autônomo; Theotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini e Vânia Bambirra estariam inseridos na corrente neomarxista, que vê como única forma de enfrentamento e superação da situação dependente a ocorrência de uma revolução socialista; Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto seriam os principais expoentes da corrente marxista mais ortodoxa, que aceita o papel positivo do desenvolvimento capitalista e a não necessidade do socialismo para se alcançar o desenvolvimento; e, por fim, André Gunder Frank, que representaria a teoria da dependência quase que numa corrente própria, distinta de todas as vertentes antes mencionadas. Hunt (1989) e Almeida Filho (2003) parecem seguir parcialmente esta divisão, no entanto incluem Frank na corrente neomarxista, sendo que Marini e Dos Santos seriam os representantes mais recentes desta escola e qualificam Cardoso e Faletto como sendo teóricos do escopo do desenvolvimento dependente-associado. Marini (1990, 2000) rejeita claramente esta nomenclatura, tendo em vista que, ao longo de sua exposição, menciona diversas vezes que aquela se trata de uma visão ou uma formulação marxista (e não neomarxista) da dependência. Recentemente Bresser-Pereira (2012) retoma o tema para advogar a existência de três correntes dependentistas, a nacional-dependente, a da dependência associada e a da superexploração, sendo que as duas últimas teriam embasamento marxista, chegando a resultados opostos (a possibilidade de um desenvolvimento capitalista dependente e associado assentado em investimentos externos no caso da primeira, representada por Cardoso e Faletto, e a impossibilidade de um pleno desenvolvimento no caso da segunda, representada por Gunder Frank e Marini), enquanto que a primeira é identificada ao nacional desenvolvimentismo e ao pensamento de Furtado e Sunkel.” (p. 32-33).

1.3 Análise contextual da dependência estrutural no Brasil

Entender o caráter das políticas econômicas a partir da nossa “revolução burguesa de tipo tardia/atrasada”⁸ e, refletindo acerca do tipo de Estado e formas de governo que se manifestaram aqui, nos permitirá avançar na análise da dependência estrutural. O intuito é levantar questões sobre a nossa formação social, política e econômica. Isso implica analisar a formação do nosso Estado e a predominância do modo de produção capitalista no Brasil, conforme aqui se instalou, com suas peculiaridades. Estudar esse processo é fundamental para a compreensão de nossa realidade atual e das forças reinantes na sociedade brasileira. Essas forças que agem de forma muito conservadora e que, às vezes, se revestem de formas “democráticas”, confundem e ocultam o verdadeiro caráter do Estado.

A lógica autoritária no sistema capitalista que inibe a liberdade humana se perpetuou a partir do elemento reacionário das classes dominantes. Como assistimos nas grandes revoluções burguesas, que foram simultaneamente revoluções nacionais e democráticas⁹, a burguesia, como força revolucionária no seu início, perdeu esse caráter ao assumir e conservar para si, instrumentos de domínio econômico, político e social. No caso brasileiro não chegamos a experimentar esse contraste, porque a burguesia nacional já nasceu submissa ao capitalismo monopolista e não a um antigo regime feudal, dificultando assim qualquer vontade revolucionária de autonomia econômica e política no território brasileiro, principalmente o caráter de uma revolução nacional e democrática. (FERNANDES, 1976).

Nesse sentido, ao analisarmos o período de transição do domínio de condições pré-capitalistas para o domínio do modo-de-produção capitalista propriamente dito, devemos buscar na história as bases estruturais de mudanças ou continuidade de certos elementos da nossa formação social. Ao fazermos essa análise perceberemos que: as bases para o surgimento de uma burguesia autônoma e revolucionária no Brasil não chegaram a se constituir.

⁸ Conceito desenvolvido por Florestan Fernandes (1976) para demonstrar as especificidades da passagem das condições pré-capitalista no Brasil para a predominância do modo de produção capitalista sob os imperativos do capitalismo dependente.

⁹ No caso das revoluções burguesas clássicas (francesa, inglesa e americana), a revolução democrática e nacional foi levada às últimas consequências, uma vez que o processo revolucionário contou com a energia revolucionária das massas camponesas e urbanas, levando à derrota completa do antigo regime. Neste contexto, o poder burguês maximizou as propriedades construtivas do capitalismo. (SOARES, 2003) Que foram sendo contrapostos pelas crises hegemônicas da burguesia, como a que assistimos na contrarrevolução de Bonaparte em 18 Brumário.

Desde o início da nossa formação social segundo Marini (2011), a dependência estrutural já constituía um lastro que vinha desde o período de colonização. O Brasil colonial, assim como as outras colônias, desempenhou um papel importante na exportação de *commodities* para a Europa que já, desde o início, possibilitaram a acumulação primária de capital comercial e financeiro, financiando o avanço da grande indústria europeia. Dessa forma, o desenvolvimento de manufaturas não foi favorecido no Brasil, inclusive foi proibido em alguns casos o seu desenvolvimento autônomo, direta ou indiretamente.

Na abordagem sobre o processo de transformação capitalista e estabelecimento da dominação burguesa no Brasil passamos por um processo lento e oscilante entre avanços e retrocessos; avanços no sentido da tentativa de construir um projeto nacional-democrático burguês, retrocessos no sentido do abandono de um projeto de autonomia nacional. (SAES, 1982; FERNANDES, 1976).

A nossa formação social é constituída por fortes elementos heteronômicos, tanto na escala econômica, como na política e na cultura. Tais elementos marcaram a nossa história como vimos. Desde a nossa formação colonial até a nossa contemporaneidade e, em alguns momentos houve avanços e, em outros, retrocessos. Ou seja, o primeiro passo rumo à maior autonomia foi a nossa independência política de Portugal em 1822. Mas foram as propostas desenvolvimentistas, a partir da década de 1930, que apontou mais perspectivas na construção desses cenários possíveis de autonomização.

Com o fim do estatuto colonial, do controle político e econômico da Coroa portuguesa sobre o território brasileiro, segundo Fernandes (1976), passou a fazer parte da mentalidade dos estamentos dominantes brasileiros a formação de uma sociedade e de um projeto de Estado-Nação para o Brasil. Abriu-se a partir desse momento, condições políticas e econômicas para o florescimento de uma revolução burguesa no Brasil. Porém esse processo se deu de forma lenta e arrastada, destoando das revoluções burguesas clássicas europeias e dos Estados Unidos da América (EUA). Assim, escreve Florestan Fernandes:

Há burguesias e burguesias. O preconceito está em pretender-se que uma mesma explicação vale para as diversas situações criadas pela “expansão do capitalismo no mundo moderno”. Certas burguesias não podem ser instrumentais, ao mesmo tempo, para a “transformação capitalista” e a “revolução nacional e democrática”. O que quer dizer que a Revolução Burguesa pode transcender à transformação capitalista ou circunscrever-se a ela, tudo dependendo das outras condições que cerquem a domesticação do capitalismo pelos homens. (1976, p. 214).

Mesmo com a adesão da oligarquia agrária ao pensamento liberal, com a projeção de um projeto de Estado-Nação, não foi suficiente para engendrar no Brasil o pensamento de uma revolução burguesa nacional e democrática por parte das classes dominantes. As restrições materiais, sociais e morais oriundas do mundo colonial subsistiram e se renovaram.

Estabeleceu-se assim, uma dualidade estrutural entre as formas de dominação consagradas pela tradição e as formas de poder criadas pela ordem legal. Na prática, com frequência os controles reativos, suscitados pela tradição, prevaleciam sobre os preceitos legais. (FERNANDES, 1976, p. 37).

Essa dualidade pode ser entendida pela análise de Saes (1982), quando o autor busca demonstrar através da teoria marxista do Estado, que a revolução burguesa no Brasil não poderia ter consolidado o domínio do modo de produção capitalista sem uma revolução política burguesa. Sem esse pressuposto, não poderia constituir-se legalmente a relação capital-trabalho assalariado, necessário à configuração das relações de produção tipicamente capitalistas. É a partir da revolução política, segundo Saes, que o direito define que todos são iguais perante a lei e, portanto, que o salário nada mais é do que uma troca livre e “equivalente” entre duas vontades individuais, estabelecida através do contrato de compra e venda da força de trabalho.

Ao colocar um marco da revolução política burguesa no Brasil, Décio Saes (1982) também considera que existem diferentes formas de articulação política das classes dominantes, resultando em diferentes formas de organização do Estado burguês: a forma ditatorial, com ausência de representação política; a forma liberal-democrática, com o sufrágio universal; a forma fascista ou corporativa, com a representação das corporações profissionais; e a forma plebiscitária, com representação sufragista. Mas essas diferentes formas seriam apenas expressão da configuração da luta entre as classes sociais em cada momento histórico.

Podemos estabelecer nesse sentido o seguinte pressuposto: **mais do que as formas de governo, é a luta de classes, e a posição de avanço ou recuo da classe trabalhadora nesta luta, que definirá as maiores ou menores possibilidades de superação da dependência estrutural.**

Dessa forma, a revolução política burguesa não se daria exclusivamente na forma liberal-democrática, sendo que a pré-condição para o estabelecimento do modo de produção capitalista é o tipo de Estado, e não a forma de governo ou regime político. Aqui há uma concordância relativa entre Décio Saes (1982) e Florestan Fernandes (1976), no sentido de afirmar que a constituição do domínio político burguês no Brasil não representou necessariamente a configuração efetiva de uma democracia de tipo liberal no âmbito da sociedade, da economia e da cultura.

Daí resulta, por sua vez, que as classes burguesas tendem a identificar a dominação burguesa com um direito natural “revolucionário” de mando absoluto, que deve beneficiar a parte “ativa” e “esclarecida” da *sociedade civil* (todos os que se classificam em e participam da ordem social competitiva); e, simetricamente, que elas tendem a reduzir a *nação* a um ente abstrato (ou a uma *ficção legal* útil), ao qual só atribuem realidade em situações nas quais ela encarne a vontade política da referida minoria “ativa” e “esclarecida” (FERNANDES, 1976, p. 302, grifo do autor).

O direito burguês foi instituído na Constituição de 1891, mas persistiram no cenário nacional relações patrimonialistas e autoritárias, assim como relações semi-servis no campo.

Nesse sentido, segundo Florestan Fernandes, o desenvolvimento, expansão interna e modernização do Estado no capitalismo dependente/periférico somente seria possível conforme os membros dos estamentos intermediários e superiores se identificassem com tal processo.

À medida que se intensifica a expansão da grande lavoura sob as condições econômicas, sociais e políticas possibilitadas pela organização de um estado nacional, gradualmente uma parcela em aumento crescente de “senhores rurais” é extraída do isolamento do engenho ou da fazenda e projetada no cenário econômico das cidades e no ambiente político da Corte ou dos Governos Provinciais. Por aí se deu o solapamento progressivo do tradicionalismo vinculado à dominação patrimonialista e começou a verdadeira desagregação econômica, social e política do sistema colonial. (FERNANDES, 1976, p. 27, grifo do autor).

Esse processo foi mais intenso nas regiões cafeeicultoras como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Assim, o liberalismo, que havia se tornado a força ideológica na construção do Estado nacional, foi perdendo sua legitimidade, na medida em que se concretizava a revolução burguesa.

Na fase de transição, as elites nativas encaravam o Estado, naturalmente, como “meio” e “fim”: “meio”, para realizar a internalização dos centros de decisão política e promover a nativização dos círculos dominantes; e o “fim” de ambos os processos, na medida em que ele consubstanciava a institucionalização do predomínio político daquelas elites e dos “interesses internos” com que elas se identificavam. (FERNANDES, 1976, p. 34-35, grifo do autor).

Porém, o Estado como “meio” e “fim” traria uma contradição inerente ao domínio político burguês em gestação. Esta configuração política presente na raiz do Estado moderno brasileiro acabou impondo às elites dominantes uma única alternativa para continuar governando e avançando progressivamente rumo à predominância do modo de produção capitalista: uma via extremamente autoritária, subjugando ideologicamente e até mesmo fisicamente qualquer organização política por parte das classes trabalhadoras e dos despossuídos em geral. Essas evidências podem ser analisadas nas grandes rebeliões populares e dos trabalhadores no início do século XX no Brasil.

O Estado se tornou liberal somente para aqueles que faziam parte das classes dominantes ou dos “círculos de poder”, mas o patrimonialismo continuava reinante em toda a sociedade.

Ao contrário de outras burguesias, que forjaram instituições próprias de poder especificamente social e só usaram o Estado para arranjos mais complicados e específicos, a nossa burguesia converge para o Estado e faz sua unificação no plano político, antes de converter a dominação sócio-econômica [...] (FERNANDES, 1976, p. 204).

Porém, segundo Florestan Fernandes (1976), isso não impediu que esta mesma burguesia – que resultou do aburguesamento ou “modernização” da oligarquia agrária – se propusesse, no plano formal e legal da ordem social competitiva, o mesmo modelo teórico e ideológico de revolução social, democrática e nacional, de uma revolução burguesa clássica. O horizonte era a revolução francesa e sua declaração de direitos do homem e do cidadão. Essa equivalência pode ser percebida especialmente na primeira Constituição republicana de 1891.

Assim, para Florestan Fernandes (1976), foi a nova oligarquia “moderna”, e não as classes médias ou os industriais, que decidiram o rumo da dominação burguesa no Brasil. Para tanto, essa oligarquia impôs o seu padrão de domínio político aos demais setores das classes dominantes, reprimindo qualquer movimento contrário aos seus interesses de classe. Para o autor, os primeiros a perceberem esse caráter da dominação burguesa

“realmente existente” no Brasil, foram os operários anarquistas e socialistas vindos da Europa.

Já para Décio Saes (1982), o fator principal da desagregação da estrutura jurídico-política escravista e sua passagem para a nova estrutura jurídico política burguesa não foi a contradição entre a “ordem dos escravos” e a “ordem dos homens livres” em geral, mas a contradição entre os plantadores escravistas e os escravos de plantação em particular.

[...] o Estado escravista brasileiro desempenha a sua função política fundamental (a conservação da dominação de classe escravista) por duas vias fundamentais: a repressão ao movimento anti-escravista, e a realização de concessões destinadas – por desorganizarem ideológica e politicamente o movimento anti-escravista – a prolongar a dominância/sobrevivência do modo de produção escravista moderno no Brasil. (SAES, 1982, p. 128-129, grifo do autor).

Resumindo, Décio Saes (1982) evidencia, com uma riqueza de informações históricas, que a força social revolucionária principal para o fim do “Estado escravista moderno” e a instituição do Estado burguês no Brasil foi constituída pelos “escravos de plantação”, que eram a maioria oprimida. No entanto, o autor considera que a direção política do processo coube à classe média urbana, da qual fazia parte o setor militar. Como podemos ver:

[...] é o conflito militar do Estado escravista brasileiro com Estados burgueses que determina – atestando a impossibilidade de um Exército pré-burguês num só país – a gestação, no seio das Forças Armadas imperiais, de elementos do burocratismo burguês; e são tais elementos que colocam a burocracia militar em contradição com o caráter escravista do Estado. (SAES, 1982, p. 161).

Entretanto, o caráter de força principal dos escravos de plantação não exclui, segundo Décio Saes, a existência, no Brasil do século XIX, de distintas classes dominantes escravistas e não-escravistas. Toda a ordem policlassista das classes dominantes dos grandes proprietários e mesmo dos pequenos proprietários escravistas – a exemplo dos grandes latifundiários, banqueiros, industriais, mercadores e da pequena burguesia que utilizava o trabalho escravo – não teria demonstrado nenhuma propensão ou interesse em abolir a escravidão no Brasil. Isto por diversos motivos, sendo o principal o valor do escravo dentro daquele sistema escravista, seja como força de trabalho ou como reserva de

valor. Já a classe dos escravos, também heterogênea, teria lutado pelo fim da escravidão, sendo a força motora dessa luta os “escravos de plantação”.

Porém, Décio Saes, mesmo constando em sua análise a luta de classe dos escravos – a exemplo das resistências, fugas e constituição de quilombos (comunidades independentes de ex-escravos, geralmente fugitivos) – diz não pretender fazer a história dos vencidos, oposta à “história oficial”, mas analisar cientificamente a configuração de conjunto, ou estrutural, da luta de classes no Brasil e suas consequências para a conformação do Estado burguês. Com sua análise, o autor rejeita a tese de uma adesão espontânea à abolição da escravidão por parte dos grandes proprietários escravistas e sua substituição por imigrantes europeus.

A título de prova, basta lembrar que, no espaço de três anos – antes mesmo da decretação legal da abolição –, o plantel de escravos sofre em São Paulo uma redução excepcional: de 167.493, em 1884, a 107.329, em 1887. Ou seja: não é a política de fomento à imigração que determina a desagregação das relações de produção escravistas. (SAES, 1982, p. 142).

A classe dos plantadores escravistas teria lutado até o último momento contra os abolicionistas. Nessa questão, Décio Saes, embora não mencione explicitamente a obra de Florestan Fernandes (1976) – que defende o predomínio de uma direção oligárquica na transformação política burguesa no Brasil – considera que os grandes proprietários de escravos foram derrotados neste processo; embora tal derrota não tenha levado à desagregação desta classe, que voltaria à cena após a revolução política burguesa.

A comprovação dessa hipótese exige, fundamentalmente, que se tenha em conta o seguinte: a posição pró-escravista das classes dominantes brasileiras não se manifesta apenas através da luta aberta contra o movimento anti-escravista, mas também através de concessões parciais, obtidas sob pressão e destinada a desorganizar politicamente o movimento anti-escravista. Ou seja, a luta de classes assume, em seu processo de desenvolvimento, muitas formas; em certos contextos, a luta contra uma classe se transforma em pressão sobre essa classe, e a resposta desta a tal pressão assume a forma de uma concessão, e não, de guerra aberta. (SAES, 1982, p. 231, grifos do autor).

Sem desorganizarem-se politicamente, segundo Saes (1982) as antigas classes dominantes procuraram organizar-se rapidamente para intervir no cenário político e defender a instituição do Estado federalista, tendo como defesa prioritária a comercialização dos produtos agrícolas, principalmente o café, voltado para o mercado

externo. Nesse sentido, derrotaram ulteriormente a classe média e o grupo militar oriundo desta classe e impuseram o seu perfil de domínio político, com traços nitidamente conservadores.

Já a classe média que havia saído vitoriosa teria também sido incapaz de atrair apoio popular suficiente para impulsionar uma revolução democrático-burguesa mais profunda, ou uma revolução burguesa no sentido ampliado do termo, que afetasse a estrutura sócio-econômica e o funcionamento do aparelho estatal. Contudo, os acontecimentos que se seguem à revolução política burguesa no Brasil, segundo Saes (1982), não diminuem o mérito da luta de classes na determinação da crise do Estado escravista moderno e a sua substituição pelo Estado burguês, que só teria sido possível através da luta de classes dos escravos pela sua libertação, impulsionada pela direção das camadas médias pequeno-burguesas, que buscavam principalmente a modernização do Estado. Aliás, afirma Saes, até mesmo as revoluções políticas burguesas clássicas teriam sofrido reveses após seu período inicial.

Aqui há uma considerável distância entre a análise de Florestan Fernandes (1976) e a de Décio Saes (1982): a diferença entre uma revolução burguesa “pelo alto”, conduzida por uma oligarquia modernizante, quase sem revolução social e política, e uma genuína revolução política burguesa, sustentada na luta de classes dos escravos e conduzida pelas classes médias.

Em nossa interpretação, nos aproximamos da tese de Florestan Fernandes (1976) pela seguinte razão: o interesse efetivo dos escravos na sua libertação e a luta da classe média de alguns setores do exército por certa modernização do Estado brasileiro não são suficientes para provar uma ostensiva contrariedade e organização das oligarquias dominantes contrárias aos três eventos considerados centrais da revolução política burguesa: a lei da abolição, a Proclamação da República e a Constituição de 1891. Pelo contrário, se não houve um apoio entusiástico, também nos parece que não houve uma oposição significativa a estes eventos.

Dessa forma, concordamos com Florestan Fernandes (1976) e Marini (2011), quando argumentam que, este caráter da revolução burguesa brasileira teria configurado uma espécie de capitalismo dependente de natureza em geral refratária à atuação independente da burguesia nacional. Nas palavras de Florestan Fernandes (1976): “[essa configuração histórica] exprime uma realidade específica, a partir da qual a dominação burguesa aparece

como conexão histórica não da ‘revolução nacional e democrática’, mas do capitalismo dependente e do tipo de transformação capitalista que ele supõe” (p. 214).

O resultado foi que o único caminho seguro encontrado pela burguesia para a expansão e desenvolvimento de seu domínio político foi a “revolução pelo alto”, mesmo quando consolidado o domínio burguês industrial no século XX. A burguesia interna só conseguiria avançar sem perder muito e, de forma mais efetiva, aliando-se perpetuamente com a oligarquia rural tradicional e o capital internacional.

Essa realidade difícil para a atuação das classes dominantes brasileiras frente ao capital monopolista estrangeiro pode ser evidenciada desde os interesses ingleses presentes no contexto da independência política, passando pelas relações comerciais e financeiras especialmente com o capital inglês no século XIX, até o domínio dos investimentos diretos dos capitais, oriundos principalmente dos Estados Unidos, no século XX.

A partir do desenvolvimento do capital monopolista no século XX, o “alto comércio” obrigou a nascente burguesia brasileira a mudar de estratégia, preparando-a para sobreviver ao capital monopolista se associando ao imperialismo. A evidência dessa nova associação da burguesia com o imperialismo pode ser observada pelas novas relações comerciais e produtivas que o Brasil adotou a partir de 1950. As “nações centrais” tiveram que desenvolver uma forma de dominação indireta em que o comando partisse de dentro, por meio da instalação de suas empresas imperialistas no território brasileiro. Isso porque a dominação de fora para dentro, já não era suficiente para garantia do monopólio comercial dos grandes centros.

A natureza de todo esse processo era pouco visível; a empresa privada (ao nível do comércio, dos bancos, das manufaturas, dos serviços e da agricultura) centralizava as operações. Ela não operava de fora para dentro, mas a partir de dentro. Portanto, ela permitia diluir as pressões inevitáveis e dissimular os interesses reais que se desdobravam de fora para dentro, com a vantagem de assegurar várias formas de associação de agentes econômicos, de firmas e de capitais internos com as economias centrais. [...] Na verdade, tais processos se concretizavam como se resultassem de decisões exclusivas dos agentes econômicos nativos e se fizessem parte de uma firme rede de “aspirações nacionais”, que iriam acarretar a passagem gradual da dependência para o desenvolvimento capitalista autônomo e auto-sustentado. (FERNANDES, 1976, p. 236).

Essa associação da burguesia interna com o imperialismo aprofundou as práticas financeiras da produção industrial e de consumo próprias do capitalismo monopolista, possibilitando o amadurecimento da burguesia, que buscava atingir os seus principais

objetivos políticos – de predominância reacionária e ultraconservadora – reprimindo greves operárias e aspirações democráticas das massas, objetivando manter o controle e a ordem social ao estilo das antigas oligarquias, agora convertidas em setores da burguesia autocrática.

A base dessa associação, a partir da dependência tecnológica e financeira estabelecida na DIT, criou uma distinção entre centro e periferia, que Marini (2011) denomina de “dialética da dependência”. Essa DIT estabeleceu a seguinte dinâmica: exportação de tecnologia dos países imperialistas para os países periféricos e exportação de matéria prima ou de produtos semi-industrializados para os países centrais. Nesse sentido, a condição dos países periféricos é estratégica para o funcionamento do sistema capitalista imperialista, ou seja, os países industrializados dominantes transferem para os países periféricos etapas inferiores da sua produção, a exemplo da indústria de base.

Partindo desse pressuposto, Marini (2011) critica o modelo de desenvolvimento estabelecido pela CEPAL, que entendia a revolução burguesa nacional e democrática, como sendo constituída pelo progresso técnico e industrial. Os cepalinos apostavam na indústria de bens de capital para gerar o capital primário propício à internalização do progresso técnico e de desenvolvimento de um Estado moderno, regido pela forma racional e, portanto, mais democrático, para estes autores. As constantes crises econômicas que vieram abalando o cenário latino americano no final do século XX, assim como os seus pressupostos, foram colocando em xeque o modelo desenvolvimentista cepalino.

Por um lado, a partir deste cenário, avançam as teorias chamadas neoliberais e, por outro lado, permanecem as críticas mais radicais como as de Florestan e Ruy Mauro Marini.

Segundo Marini, como já visto, foi a partir do desenvolvimento da mais-valia relativa nos países dominantes que se estabeleceu a economia de superexploração da força de trabalho nos países periféricos. Dessa forma, as classes dominantes, para compensar as perdas de lucro pela deterioração da balança comercial no mercado mundial, se inseriram como sócios minoritários na inter-relação com o imperialismo. Essa dependência constituiu um limite ao consumo por parte das classes trabalhadoras e um dificultante das suas condições de organização autônoma.

No entanto, Segundo Florestan Fernandes (1976), esse desenvolvimento estrutural desigual da sociedade brasileira não impediu o desenvolvimento capitalista, pelo contrário, estimulou a expansão e universalização de tal processo; mesmo com a manutenção da

posição periférica da economia nacional frente à economia global e com a conversão da burguesia cada vez mais em uma burguesia pró-imperialista e incapaz de levar adiante a revolução nacional genuína.

Essa impotência – e não, em si mesma, a fraqueza isolada do setor civil das classes burguesas – colocou o Estado no centro da evolução recente do capitalismo no Brasil e explica a constante atração daquele setor pela associação com os militares e, por fim, pela militarização do Estado e das estruturas político-administrativas, uma constante das nossas “crises” desde a Proclamação da República. (FERNANDES, 1976, p. 307).

Desse modo, a grande “crise” está na contradição da burguesia nativa em fazer acontecer e aprofundar a revolução nacional que lhe daria a base necessária para a evolução intensiva da indústria e do mercado interno no Brasil. Assim, tal evolução sofreu um entrave de ambas as burguesias, interna e externa, que precisavam concluir a revolução burguesa no Brasil por dentro do capitalismo dependente e não contra ele. Este processo levou ao *hostigamiento* e repressão de qualquer manifestação por democracia, soberania nacional e justiça social, por parte das classes populares. Nesse sentido, a revolução burguesa dissociou-se da revolução nacional e democrática. (FERNANDES, 1976).

Dessa forma, a democracia se torna um obstáculo para a sobrevivência da burguesia dependente, porque o avanço da mesma impediria o controle do Estado e dificultaria o processo de industrialização intensiva no capitalismo monopolista. No caso brasileiro uma espécie de “capitalismo selvagem”, que significa manter as altas taxas de lucratividade à custa da superexploração da força de trabalho.

A ditadura militar instaurada com o golpe de 1964, para Florestan Fernandes (1976), foi a prova cabal e definitiva da incompatibilidade da dominação burguesa com o avanço da democracia – especialmente de uma democracia de base popular – e dos interesses nacionais no Brasil. Em que pese a retórica nacionalista da ditadura, a mesma aprofundou os interesses privatistas e o domínio do capital estrangeiro no interior da nação. Portanto, quando Florestan Fernandes (1976) intitula a sua obra e não escreve entre aspas a expressão “revolução burguesa” o intuito é romper as ilusões quanto a uma nova revolução de caráter ainda burguês, que tornasse o nosso capitalismo mais democrático politicamente e menos desigual economicamente, uma vez que o capitalismo possível no nosso caso seria o capitalismo dependente e a autocracia burguesa a ele inerente no plano político.

Também sobre o caráter político do processo de consolidação do domínio das relações do modo de produção capitalista no Brasil a partir da Revolução de 1930, Eli Diniz (1991) considera que, para a maioria dos autores, não há divergências quanto ao caráter centralizador do novo modelo de Estado criado por Getúlio Vargas. Para a autora, a alternativa que se colocou naquele momento foi a defesa de um novo compromisso entre as classes dominantes, por meio da centralização do poder do Estado. Para tanto, foi necessário atacar a vulnerável persistência da máquina político-administrativa favorável ao poder das oligarquias regionais, que havia se tornado incompatível com as mudanças recentes ocorridas na sociedade brasileira, dadas as cisões engendradas pelas oligarquias dissidentes regionais.

As condições sob as quais as tensões desencadeadas evoluem levam a burguesia cafeeira a perder efetivamente seu papel hegemônico. Não obstante, a incapacidade dos demais setores, quer dos grupos agrários não vinculados ao café, quer dos grupos urbanos emergentes, para assumir o poder, em caráter exclusivo, conduz a uma política de compromisso, delineando-se a reformulação da estrutura de poder, não pela substituição das elites tradicionais pelas novas elites em ascensão, mas pela acomodação entre diferentes atores em confronto. (DINIZ, 1991 p. 83-84).

Assim, o chamado Estado Novo brasileiro teria surgido na forma corporativista e autoritária para acomodar as forças conflitantes nos anos de 1930. Nessa perspectiva, segundo Eli Diniz (1991), duas grandes correntes disputam a análise sobre o caráter deste Estado no Brasil. A primeira destaca a centralização e autonomia do Estado a partir do poder militar, defendendo, portanto, que houve uma ruptura total do Estado federativo e oligárquico da chamada República velha. A segunda interpretação, apesar de concordar com a tese do Estado corporativista e centralizador, entende que não houve uma ruptura total com as oligarquias e nem uma autonomia do Estado em relação às classes dominantes, mas uma nova acomodação das elites no poder, afastando relativamente as correntes oligárquicas e dando mais espaço às correntes industriais, sem romper, no entanto, radicalmente com a ordem pré-estabelecida.

Eli Diniz (1991) concorda com a segunda interpretação. Para a autora, a partir da Revolução de 1930 houve sim mudanças significativas: o Estado exerceu um papel mais centralizador e estabeleceu uma maior burocratização de suas estruturas. Nesse sentido, teria havido uma relativa modernização do Estado brasileiro. Porém, tal modernização teria

se dado de maneira conservadora, com o Estado utilizando sua autonomia relativa para estabelecer um novo arranjo político entre as classes dominantes, favorecendo a industrialização. Porém, contraditoriamente, para a autora, os militares não tiveram um papel tão importante na configuração do Estado Novo; sequer tinham um projeto para mudar o Brasil e eram também contra o poder monolítico. Assim, quem defendia a centralização era a burguesia industrial. Por mais irônico que possa parecer para aqueles que relacionam a burguesia industrial com a democracia liberal, ao apoiar Getúlio Vargas este setor da burguesia contrariava a oligarquia agroexportadora, que defendia mais liberdade no comércio, coincidindo naquele momento mais com a ideologia liberal do que a burguesia industrial. Então o Estado exerceu sua autonomia relativa para adequar a reconfiguração destes interesses, por um lado impedindo uma ruptura definitiva com a política agroexportadora e, por outro lado, favorecendo o avanço dos interesses industriais.

Eli Diniz (1991) defende sua tese demonstrando que houve um crescimento industrial importante na economia brasileira no período e uma maior burocratização do Estado. Tudo isso evidenciaria que o Estado, no contexto da crise internacional de 1929, não apenas reagiu, mas soube agir, dando a tônica das mudanças, diminuindo influências do setor externo no conjunto da economia e definindo os rumos do capitalismo industrial no Brasil, deslocando o eixo da economia agroexportadora para o polo-urbano-industrial.

Efetivamente, a observação da distribuição do produto físico do Brasil (soma do valor líquido da produção agrícola e da indústria de transformação), nos anos 1907, 1919, revela, para o ano de 1939, substancial aumento. Além disso, o ritmo de crescimento industrial, como vimos, superou, nesse período, o ritmo de crescimento da agricultura. (DINIZ, 1991, p. 91).

Assim, conclui-se que, embora a Revolução de 1930 não tenha alterado substancialmente o poder das oligarquias, houve uma mudança significativa em relação à ordem anterior, ocorrendo uma reestruturação do Estado rumo à nacionalização e articulação do poder central contra o regionalismo oligárquico, reequilibrando o poder político de diversas facções, reduzindo a influência de setores hegemônicos tradicionais e da política federalista e abrindo canais para os grupos emergentes. Nesse sentido, o Estado buscou um movimento com duplo sentido em relação às classes relutantes:

De um lado, um movimento de distanciamento para a garantia de um maior grau de liberdade de ação, resguardando-se o núcleo decisório

central do peso de pressões crescentemente diferenciadas e competitivas. De outro lado, um movimento de aproximação como parte integrante da lógica de expansão e diferenciação do aparelho burocrático. (DINIZ, 1991, p. 108).

O Estado reestruturou as relações de classes, que inspiraram um novo tipo de política econômica, caracterizada pela intervenção do Estado na economia e pela industrialização do país, com base na política da substituição de importações. Eli Diniz (1991) busca comprovar sua tese com diversos dados sobre a evolução da indústria no Brasil, seguida da evolução de aparelhos burocráticos que regulamentavam esse processo.

Porém, esse processo de industrialização, segundo Eli Diniz (1991), também não foi algo consciente e planejado pela direção política do Estado Novo. Embora a plataforma da *Aliança Liberal* de Getúlio Vargas, apoiada pela burguesia industrial, negasse os valores até então dominantes, não apresentava nenhuma proposta favorável a uma mudança estrutural do Brasil. Assim, com a abertura para a participação efetiva da burguesia industrial nas decisões governamentais é que a industrialização teria se apresentado como uma alternativa para o crescimento econômico, sendo efetivamente incorporada pela esfera governamental.

Para amparar a industrialização, o Estado Novo apresentou um programa de nacionalização de vários setores estratégicos da economia, como o petróleo e as fontes de energia, bem como uma política externa mais independente, que regulamentava a remessa de lucros para o exterior, taxando os lucros das grandes empresas. Além disso, regulamentou as condições e relações de trabalho, que culminaram na Consolidação das Leis do Trabalho de 1943: um código trabalhista inspirado no código fascista italiano que pressupunha a intrínseca ligação da classe trabalhadora e dos sindicatos com o Estado e, simultaneamente, atendia algumas demandas do movimento dos trabalhadores.

Assim, os limites dessa configuração estatal para os interesses da elite agroexportadora se aprofundavam e começavam a serem sentidos inclusive pelos setores industriais e, em 1945, ganha as ruas uma das principais pautas de reivindicação das elites cafeeiras: a defesa do fim do Estado Novo e redemocratização do Estado, acompanhada pela retórica da necessidade de diminuir a intervenção do Estado na economia e restabelecer o livre jogo das forças de mercado. É interessante verificar como, desde Vargas, a retórica liberal que buscava relacionar democracia com a não intervenção do Estado na economia, esteve sempre associada à preocupação de não perder-se a aliança com o capital estrangeiro, especialmente dos Estados Unidos.

Desse modo, a reforma do Estado Novo, conduzida pelo próprio governo Vargas, não foi suficiente para saciar os interesses imperialistas que buscavam reverter a perspectiva nacionalizante da economia. É um período muito conturbado, em que se vê morrer as últimas esperanças de um projeto nacional autônomo para o Brasil. As pressões dos setores dominantes sobre Vargas já prenunciam o que viria depois. Depois de derrubado por um golpe militar em outubro de 1945, Vargas ainda voltaria ao governo, como presidente eleito em 1951. Em agosto de 1954, após ser novamente pressionado a deixar o governo, cometeria suicídio. Este processo foi a antessala do golpe militar de 1964, articulado pelos Estados Unidos, em conjunto com os setores dominantes internos. O golpe de 1964 significou na prática o grito de “dependência ou morte” da burguesia brasileira. João Goulart, que se tornaria presidente da República em 1961, sendo deposto pelo golpe civil-militar em abril de 1964, como ministro do Trabalho do governo eleito de Vargas, propôs um aumento de 100% sobre o salário mínimo em janeiro de 1954, o que provocou grande alvoroço nos setores dominantes. (SOARES, 2003).

Nesse processo contraditório que viveu o Brasil entre os anos de 1930 e 1960, combinando autoritarismo, nacionalização e industrialização capitalista de um lado e luta pela redemocratização e ampliação da presença do capital estrangeiro de outro, percebe-se uma luta viva e efetiva pela afirmação de tendências autonomizantes na revolução burguesa brasileira, como disse Florestan Fernandes (1976). Porém, a burguesia interna, pressionada de certa forma pelo capital internacional e pelos movimentos populares, acabou optando pela “linha de menor resistência”, mesmo no governo interino de Café Filho e de Juscelino Kubitschek (JK), eleito em 1955.

Mas o rápido crescimento econômico dos anos 50, embalado pelo slogan “50 anos em 5” do governo JK, ofuscou o caráter conservador e servil do chamado *desenvolvimentismo* brasileiro. Enquanto durou a euforia desenvolvimentista, poucas foram as críticas ao modelo econômico adotado e até a esquerda brasileira – que, na época, era hegemônica pelo Partido Comunista, que defendia uma concepção de revolução democrático-burguesa baseada na aliança entre a burguesia nacional e os trabalhadores como etapa necessária à construção do socialismo – ficou aturdida diante do avanço do desenvolvimento capitalista sem a necessidade da pretendida aliança operário-burguesa. (SOARES, 2003, p. 97, grifo do autor).

Dessa forma, percebemos que, mesmo nos chamados períodos democráticos no Brasil, há um controle das classes dominantes sobre este processo. As classes dominantes

só fazem uso do processo democrático no intuito de reestabelecer as regras do jogo entre os seus pares e, somente entre eles, e sempre beneficiando o grande capital monopolista. Ao mesmo tempo, o discurso dominante associa essa democracia a um suposto livre jogo das forças de mercado.

Isso significa que para as classes dominantes, essa democracia se apresentou com algum grau de igualdade, mas, para a maioria, ela se configurou historicamente como procedimento estritamente formal. A luta de classes no Brasil nunca teve força suficiente para engendrar um processo de revolução nacional e democrático genuíno.

Nesse sentido, compartilhamos da ideia de que vivemos em um país extremamente autoritário:

Em síntese, o golpe militar de 1964, apesar da sua retórica nacionalista, aprofundou o capitalismo dependente no Brasil, expressando a negação definitiva de um projeto nacional-burguês de desenvolvimento. Nas palavras dos próprios militares, o golpe de 64 foi uma “contra-revolução [sic] preventiva”, que visava, acima de tudo, interromper e reverter um processo de afirmação nacional, tentado nos governos de Getúlio Vargas, Jânio Quadros e João Goulart, este último considerado pela direita como uma verdadeira “república sindicalista”. Com a ditadura militar instaurada em 1964 – e que duraria mais de duas décadas – a burguesia brasileira deu seu grito de “dependência ou morte” e os interesses do imperialismo norteamericano foram consolidados no país. (SOARES, 2003, p. 108, grifo do autor).

Florestan Fernandes (1979) nos ajuda a pensar esse processo através do conceito de contrarrevolução preventiva, mostrando que a burguesia brasileira se forjou sempre por práticas extremamente autoritárias, sendo que este caráter sempre esteve ocultado e/ou ofuscado por sua retórica liberal. A partir do golpe militar de 1964, a burguesia brasileira renunciou ao projeto de uma revolução burguesa nacional e democrática, ao optar pelo que Florestan Fernandes e Ruy Mauro Marini denominaram de “linha de menor resistência” (aliança com o imperialismo). Podemos observar na nossa história que a possibilidade de uma via autônoma de desenvolvimento deu seu último suspiro no governo de João Goulart.

Esta situação é agravada pelo enrijecimento das estruturas do Estado em escala mundial sob a lógica, primeiro, da relação com o “mundo socialista” e, em seguida, devido à crise capitalista iniciada nas últimas décadas do século XX, sendo o Estado ainda mais refratário a reformas dentro da ordem. Essa realidade nos é apresentada a partir de um imperialismo mundializado na forma de grandes corporações e grandes concentrações de

capitais e de um Estado cada vez mais presente na defesa dos interesses do capital. Ou seja:

O imperialismo dita as suas próprias normas e sua legitimidade. Em consequência, a “paz armada” estabelece uma convivência com as Nações socialistas que traumatiza e violenta o Estado democrático, convertendo-o em um artifício político, e a “interdependência” gera uma tirania dentro do sistema capitalista mundial de poder, da qual as Nações capitalistas dependentes não têm como fugir, mesmo quando a defesa dos “direitos humanos” passa a ser invocada como ultima ratio. (FERNANDES, 1979, p. 37, grifos do autor.).

Nessa perspectiva, a partir do entrelaçamento da burguesia nacional com a burguesia internacional, o Estado periférico acaba assumindo elementos políticos de subordinação, abrindo espaço para o surgimento de democracias extremamente autoritárias, chamadas por alguns autores de “*democracias fortes*”. A partir deste momento:

[...] o Estado capitalista assume outras proporções; particularmente ao nível das forças armadas, espionagem, contra-espionagem e contra-insurgência, propaganda e contra-propaganda – ele se vê permanentemente envolvido na luta contra o “inimigo interno” e o INIMIGO EXTERNO; essa luta não encontra fronteiras nem momentos de interrupção. (FERNANDES, 1979, p. 36, grifo do autor).

Essa realidade autoritária, engendrada a partir da concentração do poder econômico e político pelo capitalismo atual, conduziu as relações sociais ao nível de violência, perdendo cada vez mais a ligação com os direitos humanos pré-estabelecidos na revolução burguesa clássica. Ou seja, “A autodefesa cria um enrijecimento inevitável, nasce ela dos riscos de uma greve geral, das ameaças do movimento operário ou da viabilidade de uma revolução socialista” (FERNANDES, 1979, p. 13).

Em síntese, Florestan Fernandes (1976) e Ruy Mauro Marini (2011) nos proporcionam elementos conceituais extremamente importantes para pensarmos sobre os limites da superação ou não da “dependência estrutural” na sociedade, pós-revolução burguesa no Brasil. Ou seja, a ideia de que a dependência estrutural do capitalismo brasileiro constituiu uma barreira ao avanço da autonomização das classes populares, mesmo em períodos chamados democráticos.

Na análise das teorias “dependentistas” no Brasil percebemos que mesmo com a Constituição de 1988 (em vigor), o caráter dessa democracia, ainda permanece

demasiadamente restrito. Por mais que essa Constituição destoasse, em certo sentido, da nova ordem mundial imposta pelo chamado neoliberalismo, ou seja, uma vez que constituiu algumas diretrizes do chamado Estado de Bem-Estar Social, ela favoreceu interpretações jurídicas demasiadamente subjetivas. Ao mesmo tempo em que afirmou a democracia social como um dos princípios básicos da nação, autorizou a intervenção das Forças Armadas a partir da iniciativa de qualquer poder do Estado que considerasse necessário salvaguardar a “ordem”. Por essa razão, Florestan Fernandes considerou a democracia oriunda desse processo como uma democracia restrita e mantida sob tutela militar. A Constituição também deixou vários artigos mais polêmicos para regulamentação posterior, o que abriu espaço para realizar-se, na década de 1990, as contrarreformas e a retirada de direitos dos trabalhadores, por meio de emendas à Constituição e leis complementares, atendendo aos interesses do capital internacional. (FERNANDES, 2014).

Com a Constituição Federal de 1988 houve ampliação dos direitos sociais, políticos e alguma distribuição de renda. Essa Constituição buscou dar mais dinamismo ao capitalismo no Brasil, porém foi o setor financeiro que obteve ganhos reais sobre o salário do trabalhador. Principalmente motivado pelo crédito e por uma campanha forte de consumo, o trabalhador acabou submetido a uma superexploração “extra”, na forma do endividamento crescente. Apesar de que, aparentemente, ganha uma nova forma, esta situação, em nosso entender, não pode ser considerada uma alteração no caráter da superexploração da força de trabalho, nos termos apontados por Marini na *Dialética da dependência*. Ou seja, a Constituição Federal de 1988 criou direitos, mas não mecanismos que pudessem garantir o consumo das classes populares desvinculado do capital financeiro.

Assim, consideramos os seguintes mecanismos que poderiam levar à superação da dependência estrutural: reforma agrária, urbana, tributária e política. Tais mecanismos representariam, em nossa perspectiva, um grande avanço na transformação social e política, o que possibilitaria a construção de maior autonomia nacional para o Brasil. Por essa razão é que Florestan Fernandes (1976, 2015) e Ruy Mauro Marini (2011) entenderam somente ser possível alterar essas bases com a revolução socialista. Porém, uma reforma geral nesses setores que beneficie as classes populares e que seja capaz de criar um amplo mercado interno, é tarefa que a burguesia nacional nunca quis enfrentar. Analisaremos mais de perto, no Capítulo 3, como os governos petistas lidaram com essa herança histórica.

CAPÍTULO – 2

BASES POLÍTICAS E ECONÔMICAS DAS TEORIAS NEOLIBERAL E NEODESENVOLVIMENTISTA NO BRASIL

No desdobramento da discussão sobre a questão da autonomia nacional no Brasil, percebemos que esta perpassava não apenas pelo debate neoliberalismo *versus* neodesenvolvimentismo, mas primordialmente pela questão da dependência estrutural. Nessa perspectiva, não tivemos como fugir da discussão sobre a relação entre a política econômica neoliberal e/ou neodesenvolvimentista e os mecanismos da dependência. Assim, neste Capítulo 2, buscamos ir à raiz dessa discussão, evidenciando que a dependência estrutural, como uma particularidade do imperialismo na periferia, continua capturando a nossa realidade nacional e obstaculizando a autonomização, seja por meio de políticas orientadas pela ortodoxia econômica ou por pretensas reformas neodesenvolvimentistas dessas políticas.

2.1 Neoliberalismo e neodesenvolvimentismo no Brasil

Para entendermos as condições históricas do surgimento do neoliberalismo e do neodesenvolvimentismo, precisamos analisar os pressupostos filosóficos do liberalismo clássico e do keynesianismo e, além disto, entender que a luta de classes e a realidade concreta são mais fortes do que qualquer formulação teórica ideal. Ou seja, o liberalismo foi se modificando conforme as contradições da sociedade se agudizavam no conflito entre dominantes e dominados.

Toda teoria busca resolver problemas e indicar caminhos e perspectivas. Resta esclarecer então quais problemas o liberalismo e o keynesianismo buscam resolver e por quais caminhos. Assim, para entendermos as bases do neodesenvolvimentismo e do neoliberalismo, faremos uma pequena digressão em relação ao surgimento dessas duas correntes. Entretanto, não faremos uma análise histórica das mesmas, mas apenas apontaremos alguns de seus elementos estruturais.

O liberalismo nasceu como um conjunto de ideias que até certo ponto foram revolucionárias, por fazerem parte de um contexto histórico em que a sociedade passava por uma grande transformação no modo de produção. Ou seja, a passagem do feudalismo para o modo de produção capitalista. O objetivo dessas ideias naquele momento era estabelecer alguns princípios e regras que organizariam a nova sociedade que estava para nascer. Dessa forma, dado o contexto de competição entre a burguesia nascente, assegurar as liberdades liberais, dentre as quais a propriedade privada dos meios de produção, se tornou fundamental¹⁰.

[o liberalismo é] uma teoria política que enfatizando os direitos da propriedade como condição necessária à liberdade, procura delimitar os poderes governamentais no desenvolvimento dos processos social e econômico. Também é entendido como crença de que o indivíduo é um fim em si próprio e, como tal, deve compreender seu ego e cultivar seu próprio julgamento, apesar das pressões sociais no sentido da conformidade. (DICIONÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 1987, p. 689).

Para uma sociedade que passava por profundas transformações naquele momento, era preciso um sistema de ideias que tivesse o sentido universal. O objetivo era angariar forças de todas as classes sociais que se encontravam submissas naquela ordem social. Nesse sentido, foi Adam Smith (1723 – 1790), o maior expoente do liberalismo econômico, a partir da sua obra *A riqueza das nações*, que marcou o seu tempo e toda a história ocidental subsequente. Porém, o desenvolvimento capitalista e a luta de classes alteraram o rumo desse liberalismo inicial.

Adam Smith entendia que os homens tinham propensão natural para a troca, ou seja, para o comércio, e ao Estado caberia regular as questões jurídicas. Acreditava que o desenvolvimento do comércio, sob uma administração racional do Estado, iria aos pouco beneficiar a população mais pobre, em consequência do aumento universal da riqueza. A divisão do trabalho era considerada vantajosa, no sentido de que, se o indivíduo ou a corporação se dedicasse a apenas um tipo de atividade, se desenvolveria uma espécie de

¹⁰ CHAUI, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática, 2000. O liberalismo se consolida com as três revoluções burguesas clássicas: 1668, na Inglaterra, com a Revolução Gloriosa, no restante da Europa após a Revolução Francesa de 1789 e, nos Estados Unidos, em 1776 com a luta pela Independência. Representantes do liberalismo clássico: John Locke (1632-1704, Reino Unido), Montesquieu (1689-1755, França), Kant (1774-1804, Alemanha), Adam Smith (1723-1790, Reino Unido), Humboldt (1767-1835, Alemanha), Benjamin Constant (1767- 1830, França), Alexis de Tocqueville (1805-1859, França) e John Stuart Mill (1806-1873, Reino Unido).

*know how*¹¹. Assim, as mudanças ocorridas após as revoluções burguesas, mais precisamente com a revolução industrial e científica, possibilitaram a consolidação do pensamento liberal na nova ordem mundial, que começava a se estabelecer na parte do mundo conhecido como ocidente.

Entretanto, houve uma transformação do pensamento liberal, a partir do avanço da luta de classes no século XIX e início do século XX, principalmente a partir do avanço das ideias socialistas e anarquistas. Ou seja, no início do processo de desenvolvimento do capitalismo competitivo, a própria competição entre burgueses em condições razoavelmente iguais, exigiu o estabelecimento de regras do jogo mais “claras” e institucionalmente reconhecidas, o que possibilitava aos burgueses certa autonomia política. Entretanto, com as várias transformações ocorridas nas sociedades ocidentais. Esses ideais liberais foram sendo colocados em xeque, exatamente devido às consequências da concorrência entre os diversos burgueses que, a partir de sua base territorial, levaram a humanidade a duas guerras mundiais. O liberalismo também era ameaçado pela economia planificada e pelos processos de descolonização em países da América, Ásia e África (HOBSBAWM, 2011)¹².

Assim, os liberais foram obrigados a se adaptar à nova situação aceitando, inclusive, que os direitos liberais fundamentais estariam mais bem protegidos em um regime político democrático. Dessa forma, a tentativa do liberalismo de regular a situação de crise levou à sua própria decadência. A partir dessas barreiras, liberalismo e burocracia se tornaram grandes aliados. Os liberais culpam os movimentos antiliberais pelos fracassos do liberalismo econômico, entretanto essa avaliação simplista dá margem para o mesmo tipo de defesa por parte do “socialismo real”, por exemplo. Ou seja, os socialistas poderiam argumentar que seu fracasso foi culpa do movimento reacionário antissocialista. Porém, sabemos que a realidade é muito mais complexa. Além das determinações políticas que estão ligadas à luta de classes, não podemos nos esquecer da importância da dimensão econômica. Ou seja, foi o próprio desenvolvimento capitalista que agudizou essas contradições.

¹¹ Domínio de um conjunto de conhecimentos práticos: fórmulas secretas, informações, tecnologias, técnicas, procedimentos, etc.

¹² Vale a pena ressaltar que, mesmo no maior período de glória do capitalismo, de 1871 a 1914, a acumulação de capital financeiro (*Haute Finance*, uma espécie de FMI para aquele período), já demonstrava a propensão natural para o desvio do liberalismo econômico, interferindo nas políticas de guerra e de crédito dos Estados Nações. (SILVEIRA, 2009).

Nesse sentido, após o fracasso da “democracia forte” e do Estado mínimo liberal em conter o avanço das lutas de classe, surgiu o ideal da “democracia social”, ou da democracia liberal-burguesa com inspiração na teoria econômica keynesiana; surgiram também as ideologias nazista e fascista, como completa distorção de qualquer ideal democrático. É nesse contexto que surge a teoria desenvolvimentista no Brasil, conforme já debatido no Capítulo 1. (HOBSEBAWM, 2007; BOBBIO, 1994).

Nesse cenário, a ideia de democracia possível no capitalismo ganha outra dimensão e outros contornos. Ou seja, as teses liberais clássicas de autores como Benjamin Constant, Alexis de Tocqueville e Stuart Mill, que alertavam para um suposto paradoxo entre liberdade e democracia, considerando perigosa a igualdade, foram sendo pressionadas a uma revisão pelas lutas de classe. No entanto, a extensão dos direitos políticos ao conjunto dos cidadãos, incluindo os membros da classe trabalhadora, e o uso destes direitos para buscar um maior grau de redistribuição econômica, exigiu também da democracia liberal a capacidade de extrair de tais lutas o seu caráter revolucionário, ao ponto de resumir o conceito de democracia, mais recentemente aceito, no seguinte preceito: “o indivíduo adquire o poder de decidir mediante uma luta competitiva pelos votos do eleitor” e “a democracia significa apenas que o povo tem oportunidade de aceitar ou recusar aqueles que o governarão” (SCHUMPETER, 1961, p. 321, 346).

Deste modo, se, por um lado, tem fundamento as críticas ao chamado socialismo real, principalmente pelas contradições entre as ideias e as práticas, o mesmo tipo de crítica pode ser feito ao “liberalismo real” que, em matéria de contradições entre ideias e práticas, vai muito além do socialismo real.

Publicada na década de 1930, a *Teoria Geral do Emprego, dos Juros e da Moeda* de John Maynard Keynes, foi uma resposta crítica aos erros do liberalismo clássico. Saudada ainda hoje como uma obra progressista, no cenário da época, de forte crise e convulsão social, é importante considerar, no entanto, que Keynes também buscava alternativas não socialistas e que não rompessem com os princípios considerados sagrados da propriedade privada. Ou seja, a partir do momento em que o avanço da luta de classes por parte dos trabalhadores e as constantes crises de superprodução do modo de produção capitalista começaram a representar um perigo para a permanência da burguesia no poder, estabeleceram-se vários movimentos políticos “alternativos”: a social-democracia, o fascismo, o nazismo, diversos tipos de ditaduras, etc. Depois da segunda guerra mundial, com a derrota do nazi-fascismo, segundo Bauman (2000), ganhou força nos países

capitalistas dominantes, o paradigma social-democrata do chamado Estado de bem-estar social, que até hoje inspira a maior parte das correntes reformistas no mundo capitalista.

O fato é que os social-democratas logo descobriram nas ideias de Keynes, particularmente após o aparecimento de sua *Teoria Geral*, algo que necessitavam urgentemente: uma política distinta para administração da economia capitalista. **A revolução keynesiana** - e isto é o que foi - munuiu os social-democratas com uma meta e consequentemente com a justificativa do seu papel governamental, e ao mesmo tempo transformou o significado ideológico das políticas distributivas que favoreciam a classe trabalhadora. (PRZEWORSKI 1988, p.71, grifo do autor).

Segundo Przeworski (1988), a ilusão dos social-democratas estava em pensar que se poderia administrar o mercado e a economia capitalista visando o bem estar dos cidadãos por meio do papel ativo do Estado. Nesse sentido, acreditava-se que através do controle do Estado se poderia chegar a uma sociedade de democracia social, obrigando o setor privado a atender os interesses gerais dos trabalhadores. O que não se realizou e jamais se realizaria porque no momento em que a propriedade privada se sentisse ameaçada, todas as chamas do inferno queimariam sem nenhum pudor qualquer ilusão reformista e seu discurso de paz social.

Dessa forma, mesmo com todas essas contradições, percebe-se que o avanço da democracia burguesa, mesmo como movimento reformista, coincidiu com dois fatores extremamente importantes para a nossa análise sobre os avanços da autonomia nacional: distribuição de poder e de riqueza. Distribuir o poder é enfraquecê-lo e distribuir a riqueza possibilita em termos substanciais a construção de mais autonomia nacional, garantida pelo apoio dos trabalhadores.

Essa digressão histórica evidencia que há sempre uma distância enorme entre as ideias de uma época e suas realizações. O liberalismo é uma dessas correntes que sobreviveram ao tempo, mas que apresentam as maiores contradições entre o seu ideal e a sua prática. É irônico que quase todos os teóricos que criticam o socialismo real por considerarem não democrático, tenham esquecido as raízes históricas do liberalismo. Como aponta Bobbio (1994), os primeiros liberais indicavam que a democracia não era um valor intrínseco ao liberalismo, por ter sua origem em ideias de igualdade. Assim, é no mínimo estranha a defesa por parte das classes dominantes e de seus intelectuais no Brasil de que o desenvolvimentismo é intrinsecamente conservador e autoritário, enquanto o liberalismo é democrático.

Como vimos a luta de classes expõe a contradições flagrantes todas essas ideias, fazendo com que, na prática, existam várias especificidades que devem ser melhor elucidadas. Ou seja, segundo Marx:

Hegel observa [...] que todos os fatos e personagens de grande importância na história do mundo ocorrem, por assim dizer, duas vezes. E esqueceu-se de acrescentar: **a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa.** Caussidière por Danton, Luís Blanc por Robespierre, a Montanha de 1848-51 pela Montanha de 1793-1795, o sobrinho pelo tio. E a mesma caricatura ocorre nas circunstâncias que acompanham a segunda edição do Dezoito Brumário. [...]. Mas, por menos heroica que se mostre hoje esta sociedade, foi não obstante necessário heroísmo, sacrifício, terror, guerra civil e batalhas de povos para torná-la uma realidade. [...] A ressurreição dos mortos nessas revoluções tinha, portanto, a finalidade de glorificar as novas lutas e não a de parodiar as passadas; [...] de encontrar novamente o espírito da revolução e não de fazer o seu espectro caminhar outra vez. (1978, p. 329-330, grifos nossos).

Dessa forma, o neoliberalismo e o neodesenvolvimentismo podem ser considerados falsas repetições da tragédia? No primeiro caso nos é apresentada uma roupagem nova, até mesmo atrativa, quando se fala em desburocratização, gestão responsável dos recursos públicos e transparência. Quem poderia ser contra essas medidas? Com esse discurso até mesmo parte da esquerda e dos trabalhadores foram atraídos para esse “novo projeto”, que aos poucos apresentou a sua verdadeira face: aumento da ajuda estatal aos poderosos e do autoritarismo político. (PAULANI, 2008).

O pensamento neoliberal surge como uma reação da burguesia internacional aos avanços do Estado de bem-estar social conquistados na Europa após o fim da segunda guerra mundial, principalmente nas regiões mais avançadas do capitalismo. As ideias de Keynes haviam ganhado força devido às crises que se acumulavam desde o início do século XX. Assim, foi desencadeada naquele momento uma batalha das ideias neoliberais contra as ideias de Keynes e Marx. Segundo os teóricos neoliberais, o objetivo era fazer frente ao Estado máximo a favor do Estado mínimo; entendiam que um Estado intervencionista, como em Keynes, e mais ainda um Estado socialista, como em Marx, limitariam a liberdade econômica e política e, conseqüentemente, a liberdade individual. Tudo isso orientado pela linguagem econômica capitalista como única possibilidade para o planeta terra. Tal postura ideológica, na realidade, foi uma contrarreforma da classe dominante para que os Estados direcionassem todos os seus esforços para fazê-la cada vez mais rica e poderosa. Dessa forma, o Estado deixou de ser máximo para as condições

sociais, para ser o Estado máximo das condições financeiras, tendo sempre o trabalhador como peça de um jogo no qual ele já entra perdendo. A individualidade e a meritocracia, entendidas como fundamento da liberdade, são o centro desse discurso; e ao mercado e à produção privada se atribui um sentido até mesmo metafísico.

A postura ideológica neoliberal como projeto das empresas se converteu, na década de 1990, em projeto de Estado. A partir desta década o mercado financeiro passou a ditar regras sem nenhuma limitação e toda uma geração foi formada pela ideologia neoliberal. A consciência histórica coletiva de uma condição de classe foi substituída por noções de protagonismo individual. Até mesmo as publicações institucionais no Brasil, como os Parâmetros Curriculares Nacionais, por exemplo, sofreram essa pressão. Como apontou Oliveira (1999): “Formar cidadãos que apenas se enxerguem como indivíduos, não conseguindo, portanto, enxergarem-se como classe.” (p. 54).

Friedrich Hayek (1899-1992), em sua obra *O Caminho da Servidão*, publicada em 1944 e considerada um clássico do pensamento neoliberal, fez uma severa crítica a toda intervenção do Estado na economia, em plena vigência do pensamento keynesiano. Até mesmo os Estados Unidos, que se situava fora da Europa e do grande centro do conflito mundial naquele momento, havia adotado o pacote de intervenção política nos moldes keynesianos (ANDERSON, 2003).

Todas as críticas de Hayek e sua sociedade de Mont Pèlerin¹³ - seguidas mais tarde, em 1962, pela obra de Milton Friedman, *Capitalismo e Liberdade* – podem ser consideradas como pressupostos teóricos do neoliberalismo atual. O discurso sobre os perigos do igualitarismo, que limitaria toda liberdade humana e eliminaria toda criatividade e produtividade individual, tinha um alvo muito bem delimitado que era atacar a intervenção social do Estado. Porém, todos os alertas desses teóricos não foram suficientes para barrar as práticas intervencionistas em voga, uma vez que naquele momento elas visavam não apenas o “bem estar”, mas a garantia da ordem e estabilidade capitalistas. (ANDERSON, 2003).

Por trás do discurso neoliberal de liberdade estava a defesa intransigente do capitalismo e suas desigualdades. No entanto, a liberdade, como disseram Marx e Engels (1987), apesar de significar aquilo que está para além do reino da necessidade, tem como

¹³ Grupo criado em 1947, encabeçado por Hayek, e integrado por outros teóricos como Milton Friedman, Karl Popper, Leonel Robbins, Ludwind Von Mises e Walter Lipman. Reuniam-se em uma pequena estação de Mont Pèlerin, na Suíça, e compartilhavam das ideias liberais contra a social democracia, o socialismo e o nazi-fascismo.

pressuposto a satisfação das necessidades humanas, materiais e espirituais, para todos.

[Para Marx a liberdade é uma] espécie de superabundância criativa acima do que é materialmente essencial, aquilo que ultrapassa a medida e se torna seu próprio padrão. Acontece que, para tudo isto acontecer na sociedade, certas condições materiais são necessárias; de tal forma que o próprio “excesso” de consciência acima da natureza que Marx considera a marca distintiva de nossa humanidade é ele próprio um estado de coisas materialmente condicionado. (EAGLETON, 1987, s/p.).

Dessa forma, em uma sociedade dividida em classes, a liberdade somente pode significar uma liberdade de classe. Ou seja, uma liberdade dos proprietários e possuidores contra a ausência de liberdade dos proletários e despossuídos em geral. Do mesmo modo que, no mundo antigo, a liberdade dos cidadãos da *polis* era, como disse Marx, uma liberdade de senhores de escravos.

No capitalismo, a louvada superabundância da produção, foi sempre concentrada pelas classes dominantes e o Estado burguês, muito ao contrário do apregoado pela filosofia liberal, não representou o tratamento igualitário e a liberdade para todos os indivíduos, mas serviu para organizar os interesses das classes dominantes permanentemente em guerra contra a maioria explorada, como discutido no item 1.1 do Capítulo 1.

Para Adam Smith, o Estado deve se limitar a prover a defesa externa e a ordem interna, bem como a execução de trabalhos públicos. Ninguém mais incisivamente do que Thomas Paine expressou a exigência da qual nasce a ideia do Estado mínimo. Justamente no início de *Senso Comum* escreve: "A sociedade é produzida por nossas necessidades e o governo por nossa perversidade; a primeira promove a nossa felicidade *positivamente* mantendo juntos os nossos afetos, o segundo *negativamente* mantendo sob freio os nossos vícios. Uma encoraja as relações, o outro cria as distinções. A primeira protege, o segundo pune. A sociedade é sob qualquer condição uma dádiva; o governo, inclusive na sua melhor forma, nada mais é que um mal necessário, e na sua pior forma é insuportável" [...]. De Wilhelm Von Humboldt a Benjamin Constant, de John Stuart Mill a Herbert Spencer, a teoria de que o Estado, para ser um bom Estado, deve governar o menos possível domina durante todo o espaço de tempo em que a sociedade burguesa se expande e em que triunfam — na verdade, mais em teoria que na prática — as ideias do livre mercado interno e internacional (o livre-cambismo). (BOBBIO, 1994, p. 129-130).

A postura neoliberal tem então suas origens na sistematização de valores até mesmo morais, os quais sustentariam o mercado. Geralmente o marco político da virada ao

neoliberalismo é considerado pela chegada ao governo da primeira-ministra Margaret Thatcher na Inglaterra, em 1979, de Ronald Reagan nos Estados Unidos, em 1980 e de Helmut Kohl na Alemanha em 1982¹⁴. Esses governos ficaram marcados pela ingerência do capitalismo financeiro e a predominância da retirada progressiva dos direitos dos trabalhadores e desvios consideráveis de recursos do Estado para o capital monopolista. Os elementos principais dessa nova forma de gestão dos negócios da burguesia são caracterizados da seguinte maneira: “(i) pressão por desregulamentação e flexibilização dos mercados, em especial do mercado de trabalho; (ii) política tributária regressiva, desonerando os altos rendimentos; e (iii) redução do tempo de rotação do capital” (CARCANHOLO, 2008, p. 251)¹⁵.

O avanço desse processo na Europa ocidental já demonstrava o enfraquecimento do imaginário de liberdade que representado pelo “campo político” do chamado socialismo real e pela social democracia.

A partir daí, a onda de direitização desses anos tinha um fundo político para além da crise econômica do período. Em 1978, a segunda guerra fria eclodiu com a intervenção soviética no Afeganistão e a decisão norte-americana de incrementar uma nova geração de foguetes nucleares na Europa Ocidental. O ideário do neoliberalismo havia sempre incluído, como componente central, o anticomunismo mais intransigente de todas as correntes capitalistas do pós-guerra. O novo combate contra o império do mal – a servidão humana mais completa aos olhos de Hayek – inevitavelmente fortaleceu o poder de atração do neoliberalismo político, consolidando o predomínio da nova direita na Europa e na América do Norte. (ANDERSON, 2003, p. 12).

Neste sentido, o pensamento econômico voltou-se contra as garantias sociais do Estado, buscando tornar a diminuição de tais garantias uma pauta inquestionável. Assim, os governos brasileiros da década de 1990 passaram a defender essa nova política econômica internacional, sob os argumentos de não afastarem o Brasil da democracia, da liberdade e da modernidade. As palavras de Hayek, portanto, se tornaram sempre aptas ao uso, seja na construção discursiva desses governos, seja nas suas políticas práticas. Todo um arcabouço teórico foi criado e difundido para justificar o neoliberalismo: a grande

¹⁴ Isto em termos europeus, porque, como já mencionado, a ditadura de Pinochet no Chile havia servido como uma espécie de balão de ensaio das políticas chamadas neoliberais.

¹⁵ Vale ressaltar que: “o peso do Estado de bem-estar não diminuiu muito, apesar de todas as medidas tomadas para conter os gastos sociais. [...] o aumento dos gastos sociais com o desemprego, que custaram bilhões ao Estado, e o aumento demográfico dos aposentados na população, que levou o Estado a gastar outros bilhões em pensões” (ANDERSON, 2003 p. 4).

economia privada e as finanças passaram ao primeiro plano e o Estado intervencionista foi apresentado como principal inimigo, junto com os sindicatos e partidos de esquerda. Para Hayek qualquer política distributiva levaria à destruição do Estado de direito. Porém, o Estado não diminuiu, mas, ao contrário, aumentou sua ajuda ao capital financeiro, se tornando uma espécie de Robin Hood às avessas, pois o Estado brasileiro passou a tirar dos mais pobres para dar aos mais ricos.

Sobre a relação entre a teoria e a prática do neoliberalismo, Fiori (2003) em uma análise do caso brasileiro, vai identificar uma conjuntura de políticas liberais do início da República até a década de 1920/30. A partir desse momento se estabelece um longo domínio das ideias desenvolvimentistas, em um cenário político conservador e até ditatorial em alguns momentos. Para Fiori, surge nesse período, um novo ciclo de políticas econômicas conjunturais, que perdurará até 1970/80. Ou seja, em torno de meio de século de predomínio desenvolvimentista. Segundo o autor, a partir do momento em que o Estado teve que intervir na economia para administrar a crise, ou melhor, para postergá-la, deixou de ser um Estado liberal, mesmo que, contraditoriamente, a coalizão que levou Getúlio Vargas ao governo se denominasse Aliança Liberal. Assim, o liberalismo brasileiro pode ser considerado do tipo camaleão, ou seja, extremamente adaptável às necessidades e interesses conjunturais das classes dominantes. Portanto, devido a essa complexidade, torna-se muito difícil caracterizar um período liberal ou antiliberal no Brasil.

Como vimos no Capítulo 1, o autoritarismo sempre teve forte participação na configuração política, econômica, social e cultural do Brasil. Mesmo se tomarmos como exemplo a burguesia de São Paulo, considerado o estado mais liberal e moderno, berço da revolução industrial brasileira, não podemos falar de coerência e fidelidade à teoria liberal. Basta citar a política oligárquica do período chamado do “café com leite”, o apoio à política da substituição de importações amparada no Estado a partir de 1930 e o respaldo à ditadura civil-militar, de 1964 a 1980, apesar da intervenção estatal na economia e ruptura com o Estado de direito.

O fundamental, entretanto, é que, em consequência de todos esses constrangimentos e mais uma vez compelido a crescer, o Estado atualiza, como nova função sua, o poder de criar e transferir recursos e fundos para gastos e investimentos, capacitando-se enquanto promotor da industrialização. Nasce assim, o Estado desenvolvimentista, gestado desde a Primeira Guerra Mundial, impulsionado nos anos 30 e em plena operação a partir do Estado Novo. Nasce autoritário – como único modo de arbitrar e repor as regras de convivência com a **heterogeneidade** –

industrializante – como única via de lidar com as restrições externas e fazer face à complexidade crescente irrecusável das demandas internas. (FIORI, 2003, p. 136, grifo nosso).

Essa questão da heterogeneidade apontada por Fiori nesse trecho é também fundamental para entendermos a entrada de capital estrangeiro no Brasil e o papel de comando desempenhado por esse sócio maior, bem e mal necessário às classes dominantes brasileiras. Ou seja, se entre as décadas de 1930 e 1950 o Brasil almejou a centralização do poder e até mesmo alcançar um nível de potência industrial no cenário mundial, a partir da segunda metade do século XX, com a industrialização pesada financiada pelos grandes oligopólios internacionais, mesmo o chamado ciclo desenvolvimentista não conseguiu impedir a inserção subordinada do Brasil no mercado mundial, com a burguesia nativa assumindo o papel de sócia minoritária. Já neste período, podemos identificar as armadilhas da dependência estrutural e o avanço do capital financeiro no comando de políticas econômicas no Brasil, como analisamos no item 1.2 do Capítulo 1.

A partir dos anos de 1950 tem início um novo padrão desenvolvimentista, ou seja, os gritos liberais e a correlação de forças entre as classes sociais deram uma tônica mais flexível à política econômica brasileira – principalmente no governo de Juscelino Kubitschek (1956 – 1961) – no sentido de torná-la mais favorável aos financiamentos e investimentos diretos estrangeiros. O governo de JK foi feliz em projetar uma imagem de país do futuro, com crescimento acelerado e melhores oportunidades. Esse otimismo ofuscou as bases dependentes desse desenvolvimento. Assim, JK agradou simultaneamente liberais e estatistas, evidenciando mais uma vez o caráter não excludente de tais políticas econômicas. Nesse sentido, como veremos na análise sobre a conjuntura atual, talvez Lula e o PT tivessem alguma pretensão em imitar JK, tentando tornar mais tênue a divisão entre neoliberalismo e neodesenvolvimentismo. (FERNANDES, 1975; MARINI 2011; FIORI, 2003).

Outro exemplo interessante dessas contradições e oscilações das classes dominantes brasileiras foi o governo Geisel (1974 – 1979). Em um período marcado pela crise mundial da década de 1970, as classes dominantes se viram obrigadas a voltar-se para dentro novamente. Esse período, que se iniciou antes do governo Geisel, marcou simultaneamente um retorno a políticas desenvolvimentistas e a incapacidade de fazê-las avançar, em virtude da inserção subordinada da economia brasileira no mercado mundial, agora claramente sob os ditames dos Estados Unidos e do capital financeiro internacional.

Essa virada significou a desistência da burguesia interna em avançar em um processo de autonomização econômica, optando pela linha de menor resistência nos termos de Marini (2011). Daí a impossibilidade apontada pelo autor de vencer a dependência, dentro dos marcos do capitalismo. Nas palavras de Fiori (2003):

Diante de uma recessão e inflação sem precedentes, balcanizado e com suas elites civil e militar imobilizadas pelas divisões, o Estado choca-se, no limite, com os próprios pressupostos de sua força: a inviolabilidade da terra e dos grupos financeiros privados quanto à valorização especulativa; a proteção conferida a certas improdutividades; a autonomia decisória do capital estrangeiro; a aversão ao controle dos fluxos de financiamento externo; e finalmente, a sua própria natural falta de autonomia perante esses vários interesses. O estado desenvolvimentista alcançou, enfim, o limite da eficácia possível de sua intervenção. (p. 186).

Nesse contexto, de conflitos e contradições difíceis para o comando do Estado, é que a alternativa neoliberal começa a ganhar força, criticando a própria eficácia e eficiência do Estado no exercício de suas funções fundamentais:

[...] é de supor que por esse caminho se abririam as portas a um definitivo processo de internacionalização das órbitas agrária, mercantil e financeira do sistema econômico brasileiro. Finalmente, a homogeneização dos “verdadeiramente dominantes”. (FIORI, 2003, p. 187, grifo do autor).

Contudo é preciso dimensionar que a chamada nova fase de acumulação do capital no plano global, caracterizada como neoliberal, é nova essencialmente pelo caráter predominantemente destrutivo da produção de capital pós-crise dos anos de 1970, e também do ponto de vista da extensão e intensidade da internacionalização, favorecidas pelas novas tecnologias. Contudo, tais movimentos não superam por si mesmos as bases capitalistas de exploração, expropriação e despossessão, de um lado, e concentração, desperdício e posse, de outro. Ou seja, os fundamentos da propriedade privada dos meios de produção e do Estado burguês.

Na realidade nenhuma fatalidade, mas a dialética da luta de classes no curso do movimento histórico das últimas décadas do século XX foi quem deu a tônica do “novo consenso” neoliberal, que preferimos denominar de movimento “técnico mundial imperialista”: técnico no sentido de avanços reais das forças produtivas, mundial por atingir o mercado efetivamente mundial e imperialista pelo domínio das grandes corporações transnacionais, que não devemos esquecer que ainda mantém um forte vínculo

com o Estado de origem, daí não poderem ser denominadas de *multinacionais*. A vitória dos Estados Unidos, no conflito da chamada guerra fria com a União Soviética, também marcaria esse cenário de tentativa de imposição de um pensamento único. Já não estaríamos mais diante da disputa Leste-Oeste, ou Capitalismo-Socialismo, mas de um mundo globalizado, onde supostamente a ideologia liberal/neoliberal teria provado sua superioridade e, portanto, seu direito de exclusividade no mercado das ideias. Esse novo cenário, por óbvio, incidiria sobre a realidade e as alternativas para os países dependentes.

O fim da URSS e do socialismo europeu, com a consequente crise do movimento socialista internacional, por sua vez, diminuiu o poder de barganha dos países dependentes na ordem de poder mundial. Sem o “fantasma comunista” para intimidá-los, os países imperialistas passaram a exigir que os países dependentes se adaptassem incondicionalmente às suas exigências. Não é mais a época da *Aliança para o Progresso*, quando a industrialização dos países subdesenvolvidos era vista pelos países imperialistas como uma necessidade frente à ameaça socialista e as grandes potências capitalistas precisavam do apoio de burguesias dependentes relativamente fortes e articuladas em escala nacional. (SOARES, 2003, p. 85, grifo do autor).

Ainda sobre a propalada “nova fase da acumulação de capital”, concordamos com Milton Santos (2003), quando este afirma que vivemos um domínio das “técnicas”¹⁶, levando incessantemente à alienação do trabalhador. É exatamente nesse domínio das “técnicas” através das grandes corporações, em uma época de crise estrutural do capital e refluxo do movimento socialista e revolucionário, que o movimento neoliberal ganha força, justamente porque suas políticas de aumento da exploração sobre a força de trabalho é uma das mais importantes contra-tendências à queda tendencial da taxa de lucros, causa fundamental da atual crise crônica do capital. Já o termo globalização, que almeja se erigir em conceito, também é um importante recurso de naturalização do domínio monopolista e imperialista, ocultando o verdadeiro caráter neocolonizante das “nações centrais” sobre a “periferia subdesenvolvida”.

Nesse contexto, com o surgimento e o domínio de uma burguesia imperialista, que se intitula internacional, surge a necessidade de um aparelhamento de instituições também supostamente internacionais. Assim, a atuação em escala cada vez mais verdadeiramente internacional das transnacionais imperialistas é avalizada por estas instituições. O Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Internacional para a Reconstrução e

¹⁶ Entendida como força produtiva.

Desenvolvimento (BIRD), a Organização das Nações Unidas (ONU), são exemplos dessa nova escala de poder do capitalismo imperialista. Dessa forma, a análise se torna mais complexa: como entender a dependência estrutural neste contexto em que o autoritarismo aumenta, uma vez que as decisões internas, além de excluírem os trabalhadores, se submetem às diretrizes de um poder externo por meio dessas instituições?

Essa nova fase exigiu, no caso brasileiro, uma nova legalidade, especialmente a partir da década de 1990, quando a adequação à “nova ordem mundial” se converteu na palavra de ordem dos governos, após o arrefecimento das lutas operárias e sindicais. Ao contrário dos anos 1920/30, as sucessivas crises serviam como pretexto não para a mudança de rumos e busca de soluções próprias, mas para maiores adequações e “ajustes” ao existente.

Foram diversas crises desde 1990 sendo a primeira mais “forte” a do México em 1994 e as últimas a crise imobiliária nos Estados Unidos em 2008 e a crise do Euro iniciada também em 2008 e ainda em processo crítico. Destacamos também as crises de 1990 (recessão no Japão), a crise Asiática em 1997-1998 e essa mesma crise desdobrada atingiu vários outros países principalmente a Argentina, o Brasil e a Rússia em 1998. Posteriormente, a crise da Bolsa de Valores Eletrônica Nasdaq foi iniciada em 2000 e os resultados para a economia de todo o mundo foram desastrosos. São mais de vinte anos de crises sistemáticas que demonstram a fragilidade estrutural do capitalismo, ao mesmo tempo em que apresentam as forças do capitalismo para além de suas estruturas econômicas e políticas. (BARBOSA, 2015, p. 76-77).

Assim, se analisado o período de 1990 a 2015, o processo de “ajuste” econômico, político e tecnológico, percebe-se perdas substanciais dos direitos trabalhistas e sociais conquistados ao longo do século XX, por meio de grandes lutas onde muitos trabalhadores pagaram, inclusive, com a própria vida.

Com a crise estrutural do capital a classe trabalhadora tem diante de si um cenário difícil, pois vive em um mundo instável e dominado pelas grandes corporações capitalistas que, com o advento das novas tecnologias, conseguiram uma grande mobilidade e flexibilização, podendo deslocar toda a sua planta industrial e/ou sua produção para qualquer região do planeta que lhe ofereça melhores condições para a ampliação de suas taxas de lucro. Ou ainda:

Os países latino-americanos estiveram, portanto, entre as primeiras vítimas da sanha rentista desses capitais, já que muitos deles resolveram enfrentar com elevação de seu grau de endividamento a crise então experimentada. Evidentemente, o serviço da dívida paga pelos países em

desenvolvimento, pelo menos até o estouro da chamada “crise das dívidas” que assolou a América Latina a partir do final de 1979, só fez inchar ainda mais o volume desses capitais. (PAULANI, 2006, p.75).

Dessa forma, o discurso do Estado mínimo também é outra falácia, tendo servido apenas para os Estados periféricos se conformarem com sua permanente submissão. Mas, mesmo ou até mesmo principalmente nos países dependentes, o Estado tem sido máximo para o capital e a repressão política e mínimo na garantia de direitos e na regulamentação da exploração capitalista. Afinal, no capitalismo, conforme discutido no item 1.1. do Capítulo 1, o Estado sempre teve um papel estrutural na conservação das condições de exploração da força de trabalho, nunca existindo uma separação entre Estado e mercado, como pressupõe a teoria liberal. Assim, a “vitória do capitalista” sobre o trabalhador sempre contou com a ajuda do Estado.

O salário é determinado mediante o confronto hostil entre o capitalista e trabalhador. A necessidade da vitória do capitalista. O capitalista pode viver mais tempo sem o trabalhador do que este sem aquele. [A] aliança entre os capitalistas é habitual e produz efeito; [a] dos trabalhadores é proibida e de péssimas consequências para eles. Além disso, o proprietário fundiário e o capitalista podem acrescentar vantagens industriais aos seus rendimentos, [ao passo que] o trabalhador [não pode acrescentar] nem renda fundiária, nem juro do capital (capital interesse) ao seu ordenado industrial. Por isso [é] tão grande a concorrência entre os trabalhadores. Portanto, somente para o trabalhador a separação de capital, propriedade da terra e trabalho é uma separação necessária, essencial e perniciosa. (MARX, 2010b, p. 23).

Portanto, é fundamental distinguir a teoria – e os discursos ideológica e politicamente orientados – da prática ou da realidade efetiva. Conforme já discutido, o neoliberalismo estilo camaleão, no caso brasileiro, apresenta um discurso de liberdade, autonomia, descentralização, auto-regulação do mercado, desenvolvimento, geração de empregos, etc., mas nem sempre dispensa a intervenção estatal para atingir seus fins. Da mesma forma, a corrente teórica do chamado novo-desenvolvimentismo¹⁷ não nega o neoliberalismo

¹⁷ Corrente formada por economistas keynesianos brasileiros, liderados pelo economista Luiz Carlos Bresser-Pereira da Escola de Economia de São Paulo e da Fundação Getúlio Vargas (EESP/FGV) e vinculados ao estruturalismo latino-americano. João Sicsú, Luiz Fernando de Paula e Renaut Michel, que fazia parte do grupo de Bresser-Pereira, organizaram um livro em 2005, denominado *Novo Desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social*, para divulgarem artigos centrados nas questões ligadas à política de distribuição de renda e inclusão social. Um terceiro grupo, formado a partir de 2006, sob a liderança do economista Márcio Pochmann vinculado ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), também passou a defender novas análises sobre o desenvolvimentismo, corroborando com o debate da corrente novo-desenvolvimentista brasileira. (MACHADO, 2013).

integralmente, cedendo à ideia da inviabilidade de um retorno ao desenvolvimentismo clássico. Parodiando Marx n’*O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, a história se repete “a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa”.

Na nossa concepção, o projeto novo-desenvolvimentista não objetiva pavimentar a estrada que poderia levar o Brasil a ter uma economia centralizada, com um Estado forte e um mercado fraco. Este projeto também não objetivaria construir o caminho para a direção oposta, em que unicamente o mercado comandará a economia, com um Estado fraco. Um projeto novo-desenvolvimentista rejeitaria essas duas possibilidades extremas. Contudo, entre esses dois extremos existem ainda muitas opções. Avaliamos que a melhor delas é aquela em que seriam constituídos um Estado forte que estimula o florescimento de um mercado forte. Nossas teses – que serão analisadas no que segue – são as seguintes: (i)-não haverá mercado forte sem um Estado forte, (ii)-não haverá crescimento sustentado a taxas elevadas sem o fortalecimento dessas duas instituições (Estado e mercado) e sem a implementação de políticas macroeconômicas adequadas, (iii)-mercado e Estado fortes somente serão construídos por uma estratégia nacional de desenvolvimento; e (iv)-não é possível atingir o objetivo da redução da desigualdade social sem crescimento a taxas elevadas e continuadas. (SICSÚ, PAULA e MICHEL, 2007, p. 509).

Outro aspecto do discurso novo-desenvolvimentista é a aposta na autonomia:

Tal reforma requer não somente uma maior profissionalização da gestão pública como também um certo grau de **descentralização do Estado**, com a transferência de determinadas funções específicas do Estado a **agências (semi)autônomas** e a transferência de serviços sociais e científicos a organizações de serviço públicas, semi ou não-estatais. Note-se, contudo, que isto não significa que as decisões mais importantes relativas às políticas públicas a serem implementadas devam ser igualmente descentralizadas, pois cabe às esferas governamentais, eleitas democraticamente, a definição destas. Na visão novo-desenvolvimentista, a concorrência é necessária porque estimula a inovação por parte dos empresários que tentam maximizar o lucro, o que torna o **capitalismo dinâmico e revolucionário**, e estabelece remunerações e riquezas diferenciadas aos indivíduos de acordo com suas habilidades. Mas devem existir regras reguladoras para que não se tenha como resultado da concorrência o óbvio: perdem os grandes porque numa briga sempre se incorre em custos e desaparecem os menores simplesmente porque são menores. (SICSÚ, PAULA e MICHEL, 2007, p. 513, grifos nossos).

Essa suposta alternativa ao neoliberalismo radical é atraente porque defende as ideias de não conservadorismo, autonomia individual e descentralização e, ao mesmo tempo, a possibilidade de conservação de algumas decisões estratégicas por parte das “esferas governamentais, eleitas democraticamente”, como a delimitação de algumas políticas

públicas consideradas relevantes. Em síntese, comparando o novo desenvolvimentismo com o desenvolvimentismo clássico de meados do século XX, Bresser Pereira chegou à seguinte conclusão:

1. O desenvolvimentismo clássico tinha como principal objeto os países pré-industriais; o novo desenvolvimentismo, os países de renda média, que já realizaram sua revolução industrial e capitalista. 2. O desenvolvimentismo clássico estava baseado na tese da indústria infante e proteção à indústria nacional; o novo desenvolvimentismo demanda igualdade de condições de competição para as empresas industriais, que não contam com essa igualdade principalmente porque sua taxa de câmbio tende a ser sobre apreciada no longo prazo. 3. O desenvolvimentismo clássico defendia a política de crescimento com poupança ou endividamento externo; o novo desenvolvimentismo a rejeita. 4. O desenvolvimentismo clássico defendia o modelo de substituição de importações; o novo desenvolvimentismo, um modelo baseado na exportação de bens manufaturados apoiado em uma taxa de câmbio de equilíbrio industrial ou competitiva; em outras palavras, o novo desenvolvimentismo defende integração internacional competitiva dos países em desenvolvimento, ao invés de integração subordinada. (PEREIRA, 2016, p. 157).

Trata-se de um floreamento discursivo, de uma saída pela tangente, para justificar as mesmas velhas políticas. Nesse sentido, observaremos mais de perto quais foram as consequências estruturais da implementação no Brasil, tanto das políticas ditas neoliberais, a partir da década de 1980, como das políticas ditas neodesenvolvimentistas, com os governos petistas, a partir dos anos 2000.

2.2 Breve histórico do neoliberalismo no Brasil

A política neoliberal chega à América Latina, com vários descompassos. No Chile começa com a ditadura de Pinochet, como já visto, ainda antes da primeira experiência na Europa, ou melhor, na Inglaterra. Na Bolívia, mesmo com um presidente eleito democraticamente e, vindo de uma base popular, o presidente Paz Estenssoro – assim como nos países da Europa ocidental com governos à esquerda – não houve constrangimento em colocar em prática as políticas macroeconômicas de base neoliberal. (ANDERSON, 2003).

É interessante notar que, com o “esgotamento” das políticas intervencionistas, principalmente de base social-democrata e socialista, a política neoliberal se transforma em

um paradigma¹⁸ a partir da década de 1980. A partir desse momento, na América Latina, vários países “democraticamente” começarão sua segunda jornada contrarrevolucionária.¹⁹

No México começou em 1988, com Salinas; na Argentina em 1989, com Menem; na Venezuela com Carlos Andrés Pérez em 1989, durante seu segundo mandato; no Peru em 1990, com Fujimori. No Brasil, o neoliberalismo começa durante o curto mandato de Fernando Collor de Mello (1990-1992), mas será o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), o primeiro a ser reconhecido como efetivo governo neoliberal.

Das quatro experiências viáveis desta década, podemos dizer que três registraram êxitos impressionantes a curto prazo – México, Argentina e Peru – e uma fracassou: Venezuela. A diferença é significativa. A condição política da deflação, da desregulamentação, do desemprego, da privatização das economias mexicana, argentina e peruana foi uma concentração de poder executivo formidável: algo que sempre existiu no México, um regime de partido único, com efeito, mas Menem e Fujimori tiveram de inovar na Argentina e no Peru com uma legislação de emergência, autogolpes e reforma da Constituição. Esta dose de autoritarismo político não foi factível na Venezuela, com sua democracia partidária mais contínua e sólida do que em qualquer outro país da América do Sul, o único a escapar de ditaduras militares e de regimes oligárquicos desde os anos 50. Daí o colapso da segunda presidência de Carlos Andrés. (ANDERSON, 2003, p. 21).

Daí a necessidade de fazermos uma breve recapitulação do caso brasileiro, para entendermos algumas especificidades de um país que nunca tinha experimentado uma democracia tão “moderna”, mas que sempre manteve um enorme hiato entre as leis e a realidade. A análise das políticas econômicas neoliberais será feita a partir do Modelo Liberal Periférico (MLP)²⁰, a partir da década de 1980, delimitando alguns elementos para posterior comparação, ou seja, que possam indicar uma diferença ou mudança de rumo no sentido de uma política neodesenvolvimentista, a partir dos governos petistas. Esta comparação também constituirá um arcabouço para que possamos indicar se as políticas

¹⁸ Consenso de Washington: conjunto de proposições macroeconômicas, organizadas em uma reunião em Washington entre instituições, economistas e políticos de perfil neoliberal, para os países latino-americanos. O objetivo era “estimular o crescimento econômico” através de um conjunto de políticas e reformas de natureza liberalizante, que visavam a disciplina macroeconômica, abertura comercial e políticas microeconômicas de mercado.

¹⁹ A primeira começou com as ditaduras militares dos anos de 1960/1970.

²⁰ O que se identifica como Modelo Econômico Liberal-Periférico no Brasil – com sua respectiva dinâmica macroeconômica extremamente instável – se estruturou a partir de profundas mudanças capitaneadas por sucessivos governos, em pelo menos cinco dimensões da organização econômico-social e política do país: 1- a relação capital/trabalho, 2- a relação entre as distintas frações do capital, 3- a inserção internacional (econômico-financeira) do país, 4- a estrutura e o funcionamento do Estado e 5- as formas de representação política. (FILGUEIRAS et al., 2010, p. 40)

dos governos do PT se aproximaram ou não de uma alteração da nossa dependência econômica no mercado mundial.

A armadilha começa no Brasil em 1982, portanto, antes mesmo dos governos Collor e FHC. Assim como na América Latina, a chamada “crise das dívidas” do final da década de 1970 e início da década de 1980 foi um divisor de águas. Nesse contexto, com a economia latino-americana em apuros, os Estados Unidos lançaram o Plano Brady, com o objetivo de equilibrar as contas públicas dos países da região e incentivar a importação de produtos industrializados e a produção de bens primários. Assim, a condição para a renegociação das dívidas públicas internacionais era que os países latino-americanos firmassem acordos de austeridade econômica ou políticas neoliberais. Isto levou a privatizações de empresas estatais e à desregulamentação das economias nacionais em países que haviam terminado de sair de longos períodos de ditaduras, tornando o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM) os grandes operadores de uma política imperialista de neocolonização da periferia pela via financeira. (PAULANI, 2006; SILVEIRA, 2009).

2.2.1 O Governo Sarney

Esse período, que começa com a chamada redemocratização pós-ditadura, é interessante em termos das lutas sociais e políticas, ou melhor, da luta de classes, que expôs o governo Sarney (1985-1990) a várias contradições na definição de suas políticas econômicas e sociais. Ou seja:

As lutas populares e sindicais marcaram a reabertura política, que passou pelo movimento das Diretas Já e culminou na promulgação da Constituição de 1988, não à toa intitulada Carta Cidadã. É um período político, na raiz da acepção, em que as esperanças na democracia superaram em larga escala a ação concreta do governo federal para implantar um novo sistema econômico no país. (SILVEIRA, 2009, p. 75).

O Brasil passava pela transição do regime militar para o regime civil, sob o impulso de movimentos sociais democratizantes, que contribuíram para a aprovação de uma “Carta Cidadã” que ia na contramão das políticas neoliberais, mesmo com todas as ambiguidades e contradições contidas em seu texto final, como já discutido no item 1.3 do Capítulo 1.

Dessa forma, a chamada “década perdida”²¹ foi marcada pela impossibilidade de implantação plena das políticas macroeconômicas estabelecidas pelo FMI e Banco Mundial. Mas, por outro lado, o estabelecimento do fim da ditadura como “transição democrática”, foi exitoso em interromper o avanço da luta classes que objetivava radicalizar o processo redemocratizante no país.

Se, por um lado, havia certa resistência em abandonar o capital monopolista nacional, necessário para lidar com o mito do desenvolvimentismo e do Estado de bem-estar social no Brasil, por outro lado, a pressão externa, a crise da dívida e a inflação, forçaram a adoção tanto de políticas ortodoxas como heterodoxas para lidar com os dois lados dos interesses internos e externos.

No entanto, as sinalizações políticas do governo Sarney, que indicavam uma recusa às políticas de austeridade impostas pelo FMI e Banco Mundial, não foram suficientes para impedir o processo de privatizações que havia se iniciado desde 1981, com a criação do Decreto Presidencial nº 86.215²². Assim, em curto e longo prazo, onde houve possibilidade de realizar privatizações, elas seguiram os imperativos do FMI e Banco Mundial, buscando estabilização fiscal, redução da dívida pública e atração de investimentos diretos estrangeiros, visando financiar o déficit da conta corrente. (PINHEIRO, 1999; SILVEIRA, 2009).

No governo Sarney, o Plano Verão, lançado em 14 de janeiro de 1989 pelo então ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega, foi a terceira tentativa de combate à inflação. As duas primeiras – o Plano Cruzado (1986) e o Plano Bresser (1987) – não conseguiram

²¹ Gustavo H. B Franco. *A década perdida e a das reformas*. Rio de Janeiro, PUC/RIO, 2000. Disponível em: <<http://www.econ.puc-rio.br/gfranco/a48.htm>> Acesso em: 18/02/2017

²² Da promulgação deste decreto até o início do governo Sarney, 20 estatais foram vendidas - a maioria na verdade reprivatizada -, uma foi alugada e oito incorporadas a outras instituições públicas. Todas eram empresas de pequena relevância, obtendo-se com suas alienações pouco mais de US\$ 190 milhões. Já no período do governo Sarney, “(...) 18 empresas, avaliadas em US\$ 533 milhões, foram vendidas, com igual número sendo transferido para os governos estaduais, duas incorporadas a outras instituições federais e quatro desativadas. Na sua maior parte, trata-se de empresas pequenas e médias, situadas em setores nos quais a presença do setor privado é predominante e cuja privatização foi uma decorrência do processo de saneamento financeiro da BNDESPAR. No conjunto, as empresas alienadas detinham ativos de US\$ 2,5 bilhões e empregavam 27,6 mil pessoas. A maior venda, em termos de receitas, foi a da participação do BNDES na Aracruz Celulose. Em termos de ativos, o destaque ficou com a Caraíba Metais, enquanto, pelo número de empregados, a maior empresa vendida foi a siderúrgica Cimetal.” (PINHEIRO, Armando Castelar. *Privatização no Brasil: por quê? Até onde? Até quando?* In: GIAMBIAGI, Fabio; MOREIRA, Maurício Mesquita (Org). *A economia brasileira nos anos 90*. 1. ed. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 1999, p. 158. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/11317/1/A%20Economia%20Brasileira%20nos%20Anos%2090_Privatiza%C3%A7%C3%A3o_Por%20qu%C3%A9_At%C3%A9%20onde_At%C3%A9%20quando_P.pdf> Acesso em: 20/02/2017.)

êxito por atacar exclusivamente os mecanismos de propagação da inflação, não buscando implementar um pacote mais concreto de medidas de austeridade, perdendo o apoio político para enfrentar o problema do déficit público. Nesse sentido, o Plano Verão foi a medida mais neoliberalizante até aquele momento, porque objetivava um ataque mais bem organizado aos direitos da classe trabalhadora e não tinha um programa mais sistemático voltado para a industrialização. O Plano Verão centrou-se em medidas como: desvalorização da taxa de câmbio em 18%; reajuste das tarifas públicas (telefonias: 35%, energia elétrica: 14,8%, gasolina: 19,9%); rígida política monetária, com limitações ao crédito e taxas reais de juros que atingiram cerca de 14% já no primeiro mês da implantação; ajuste fiscal amplo com extinção de ministérios; demissão de servidores; privatizações e controle de despesas em regime de caixa.

Esse tipo de medidas logo apresentaria suas limitações, ao restringir o investimento e o consumo com o aumento das taxas de juros reais e a falta de políticas mais concretas voltadas para a produção industrial. Tal descontrole levou, em 14 e 15 de março do mesmo ano, a uma greve geral em que os trabalhadores buscavam repor suas perdas salariais, o que obrigou o governo a autorizar os primeiros reajustes de preços, concedendo reposição salarial adicional de até 13,1%, conforme a categoria profissional.²³ Essas dificuldades, já no primeiro ano do Plano Verão, indicavam que, no âmbito da política real, o governo não poderia ignorar as pressões da luta de classes, em um momento de efervescência sindical e política no Brasil, quando a classe trabalhadora lutava para ampliar a democracia, exigindo melhorias em suas condições de vida e trabalho.

2.2.2 O Governo Collor

Fernando Collor de Mello, o “caçador de marajás”, como ficou conhecido pelo seu discurso faraônico, apresentou-se com uma campanha ultramoderna, que denunciava um Brasil “estatalmente burocratizado”, lento, inchado, centralizador e intervencionista. Ou seja, o oposto da “modernização” defendida por Collor. A sua chegada ao governo em janeiro de 1990 pode ser entendida a partir do vácuo deixado pelos partidos tradicionais no

²³ CARDOSO, Renato Fragelli. Plano Verão. In: MODIANO, E.; SIMONSEN, M. H. ; SIMONSEN, M. H. *Conjuntura*. FGV/CPDOC. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/plano-verao>> Acesso em 20/02/2017.

período da crise da década de 1980 e as oscilações governamentais entre medidas econômicas heterodoxas e ortodoxas.

Para fazer frente a fortes candidaturas do campo democrático e popular - como a de Luiz Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores (PT) e a de Leonel Brizola do Partido Democrático Trabalhista (PDT) – as classes dominantes, sem projeto nacional de desenvolvimento, apostaram todas as fichas no candidato Collor, no segundo turno da eleição contra Luiz Inácio Lula da Silva. Collor também era visto como uma garantia de que se optaria por políticas de estabilização macroeconômica e contenção dos gastos do Estado²⁴.

Segundo Silveira (2009), os principais eixos do programa de Collor eram o combate à inflação e a modernização econômica do Estado, nos termos estabelecidos pelo Consenso de Washington. A reforma do Estado no Plano Brasil Novo ou Plano Collor, implementado já no início do seu governo, tinha o seguinte significado:

Em nome de acabar com a “tutela estatal” sobre as relações de trabalho, Collor iniciou uma política anti-trabalhista que duraria por toda a década. Imitando seus antecessores “neoliberais” Pinochet e Thatcher, os governos brasileiros da década de 90, reprimiram violentamente os conflitos trabalhistas (intervenção direta das Forças Armadas em greves, prisão de lideranças sindicais, multas elevadas aos sindicatos, etc.); fragilizaram financeiramente os sindicatos e, principalmente, reduziram direitos trabalhistas, aumentando a jornada e diminuindo salários. Por ocasião da intervenção das Forças Armadas na greve dos petroleiros, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) afirmou que o governo brasileiro desrespeitou não apenas as leis internacionais do trabalho, mas a própria Constituição do país. (SOARES, 2003, p. 118, grifo do autor).

Assim, a década de 1990 no Brasil foi sintomática da ruptura com o chamado pacto desenvolvimentista. A partir deste período se intensificam os discursos na perspectiva de inserir o Brasil na economia mundial como fornecedor de *commodities* e importador de tecnologias novas. Para tanto, seriam necessárias medidas de incentivo à ampliação da abertura econômica forjada pelas grandes corporações. Desde o início dessa política macroeconômica, o discurso tecnocrático repete incessantemente, como um disco arranhado, as mesmas palavras de ordem: câmbio flutuante, meta de inflação e austeridade fiscal.

²⁴ A vitória de Collor sobre Lula foi apertada: 35.089.998 contra 31.076.364 votos. (SILVEIRA, 2009, p. 83, nota 123).

Entretanto, o esforço para garantir o tão propalado equilíbrio da balança comercial, foi orientado pela histórica indução das exportações de *commodities*, reforçando a dependência estrutural do país frente ao capital internacional.

O país é explorado pelos acordos, sempre bilaterais, entre uma elite nacional e a dominação do capital internacional. O Estado brasileiro, gerido pelas elites dominantes, apresenta-se sempre como tutor dos acordos, como responsável direto pela aprovação dos interesses desses pactos de poder que oneram significativamente o povo pobre do Brasil. (BARBOSA, 2015, p. 172)

Deste modo, a economia nacional, com o Plano Collor I²⁵, começa a ser marcada pela abertura do mercado, privatização, concorrência internacional, “Estado mínimo”, flexibilização do mercado, flexibilização da produção, flexibilização da legislação nacional, diminuição da cobrança de impostos das empresas transnacionais e disponibilidade dos recursos naturais para a produção.

As consequências foram drásticas para as condições já precárias de vida da maioria dos trabalhadores brasileiros. Porém, navegando na contramão das políticas desenvolvimentistas, toda a ortodoxia neoliberal não foi suficiente para conter a inflação, devido à redução do PIB e da produção industrial, com consequente diminuição da liquidez e recessão, o que já começou a abalar politicamente o governo Collor no final do primeiro ano do seu mandato. Para piorar a situação, o Plano Collor II aprofundou ainda mais todas essas contradições. Já com o Projeto de Reconstrução Nacional de 1991 seriam levadas a efeito medidas neoliberais acordadas com o FMI, buscando demonstrar que o Brasil não hesitaria em adotar os ajustes fiscais de austeridade impostos pelo capital financeiro internacional. No mesmo ano, o Plano Nacional de Desestatização, instituído pela Lei nº 8.031, marcou mais uma etapa da privatização no país, mesmo com resultados bastante

²⁵ Entretanto, o Plano Collor I ainda não abandonaria completamente as medidas heterodoxas, combinando-as com as medidas ortodoxas. As medidas ortodoxas foram: troca da moeda; bloqueio dos ativos financeiros; congelamento de preços e prefixação dos salários como forma de indexação; ajuste fiscal; programa de privatização com 24 empresas públicas privatizadas, demissão dos respectivos funcionários; liberação da taxa de câmbio e eliminação de incentivos fiscais. Entre as medidas privatizantes destacam-se a privatização da Portobrás, Siderbrás, Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), Instituto Brasileiro do Café (IBC), Empresa Brasileira de Filmes (Embrafilme), Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS) e vários imóveis funcionais públicos. As medidas heterodoxas foram: tributação dos rendimentos de capital; imposto sobre grandes fortunas; imposto de renda sobre agricultura e as exportações e elevação do IPI e do IOF. (SILVEIRA, 2009, p. 85 e nota 127).

mediócras no que se refere ao montante de recursos adquiridos com as vendas²⁶. (SILVEIRA, 2009).

Bresser Pereira (2016) questiona se se poderia falar de predominância de políticas neoliberais nos governos Sarney e Collor, dada a oscilação entre a ortodoxia e a heterodoxia ainda vigente nesse período. No entanto, concordamos com análises como as de Silveira (2009), Fiori (2003) e outros, que não veem uma linha divisória clara entre neoliberalismo e neodesenvolvimentismo a partir do final da década de 1970. Nesse sentido, optamos também por deixar de lado a análise do governo provisório de Itamar Augusto Cautiero Franco (1992-1995)²⁷, por entendermos se tratar de um governo provisório, mas também porque deu continuidade basicamente às políticas do governo Collor, seguindo também a cartilha do FMI.

Dessa forma, nos interessa dedicar maior ênfase à análise do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), por ser considerado o primeiro governo brasileiro claramente neoliberal, o que nos permitirá demarcar com maior precisão os possíveis contrastes com as políticas implementadas a partir dos governos do PT em 2003.

2.2.3 O Governo FHC

Fernando Henrique Cardoso, conhecido como FHC, chegou ao governo graças ao Plano Real implementado durante sua gestão no Ministério da Fazenda do governo de Itamar Franco. O Plano Real conseguiu baixar a inflação, a partir de uma espécie de dolarização da moeda nacional, atribuindo ao real um valor equivalente ao dólar, medida semelhante a que Carlos Menem havia implementado na Argentina. Porém, para além do sucesso no controle da inflação, a vitória de FHC deveu-se também ao enorme apoio da grande mídia e das classes dominantes, novamente para evitar a vitória do novamente candidato do PT Luiz Inácio Lula da Silva, apesar de que nesta campanha Lula já aparecia com um discurso mais moderado.

²⁶ Nessa etapa houve a privatização da USIMINAS, USICMEC, CELMA, MAFERSA e COSINOR, “O valor real obtido pelo governo, em espécie, graças à aceitação de “papéis podres”, foi de menos de US\$ 100 milhões, apesar de as empresas terem tido o preço de venda, somado, na casa de US\$ 1,7 bilhão.” (SILVEIRA, 2009, p. 90 nota 141).

²⁷ No governo Itamar Franco privatizou-se a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), a Aço Minas Gerais (Açominas), a Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa) e a Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. (Embraer), com a mesma aceitação de “títulos podres” das privatizações anteriores. (SILVEIRA, 2009, p. 104, nota 177).

O candidato do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) chegava assim ao governo buscando aprofundar o programa neoliberal que até então havia vacilado ante a correlação de forças políticas da década de 1980. O governo de FHC agora demonstrava estar 100% alinhado com as diretrizes do FMI, conforme evidenciado nos cinco pontos centrais do Plano Diretor da Reforma do Estado:

- (1) o ajustamento fiscal duradouro;
- (2) reformas econômicas orientadas para o mercado, que, acompanhadas de uma política industrial e tecnológica, garantam a concorrência interna e criem as condições para o enfrentamento da competição internacional;
- (3) a reforma da previdência social;
- (4) a inovação dos instrumentos de política social, proporcionando maior abrangência e promovendo melhor qualidade para os serviços sociais; e
- (5) a reforma do aparelho do Estado, com vistas a aumentar sua “governança”, ou seja, sua capacidade de implementar de forma eficiente políticas públicas. (SILVEIRA, 2009, p. 113).

A partir do governo FHC a política macroeconômica ortodoxa se tornou regra e não mais exceção, sendo que qualquer medida fora dessa lógica passou a ser considerada quase que um problema de segurança nacional, por violar a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)²⁸, que colocou em primeiro plano o pagamento dos credores financeiros.

Nos anos 1990, com a vitória do projeto neoliberal, as decisões relevantes, cruciais com relação aos interesses e disputas de classes, foram cada vez mais deslocadas para fora das instâncias formais dos parlamentos, encapsuladas nas agências e nos órgãos “técnicos” do Estado, “autônomos e livres de influências políticas”. Esse fenômeno, no qual as relações sociais em geral, e as relações econômicas em particular, vêm passando por uma operação de despolitização, em que o social é substituído pelo econômico e o econômico pelo mercado, foi denominado por Oliveira (2005) de “deslocamento, ou colonização, da política pela economia”. (FILGUEIRAS et. al., 2010, p. 45, grifo do autor).

Essa nova racionalidade que, como analisou Oliveira (2000), pretende a morte da política, foi facilitada tanto pela cooptação política de certos setores do sindicalismo, como pela debilidade da esquerda e dos movimentos sociais a partir da década de 1990. Em

²⁸ Lei de Responsabilidade Fiscal, nº 101, de 4 de maio de 2000. “§ 1º A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.” Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm> Acesso em: 22/02/2017.

nossa compreensão, a política neoliberal, em sua defesa extremista do capital financeiro, é um tipo de política totalitária das mais sistematizadas da história da humanidade. O ajuste fiscal para o equilíbrio das contas públicas passou a ser apresentado como uma questão de segurança nacional, mas na realidade se tornou uma política de insegurança nacional, uma vez que a participação do capital estrangeiro na aquisição de empresas públicas aumentou astronomicamente: de 5%, entre 1990 e 1994, a 52% durante as privatizações dos governos de FHC²⁹.

De fato, em 8 de agosto de 1997 foi editada a Medida Provisória nº 1.481-52, depois convertida na Lei nº 9.491/97, que dispôs sobre o Programa Nacional de Desestatização (PND) do governo Fernando Henrique. Antes disso, o terreno já havia sido preparado pela Lei de Concessão e Permissão da Prestação de Serviços Públicos (Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 – já referida nos discursos de FHC) e pelas emendas constitucionais de nº 5, 6, 7, 8 e 9, todas de 1995 que haviam acabado com os monopólios públicos de petróleo, gás e telecomunicações e permitido a participação dos potenciais de energia hidrelétrica e transportes aquáticos. Além disso, foi extinto o conceito de “empresa nacional” então vigente, exigindo-se a partir das emendas apenas a sede no Brasil para dar à corporação todos os direitos das empresas de capital nacional. (SILVEIRA, 2009, p. 119).

Se o Brasil já vinha perdendo autonomia nacional desde o governo de Juscelino Kubitschek (JK) – com a intensificação dos chamados investimentos diretos estrangeiros – a partir de FHC, com a venda de importantes empresas públicas para o capital estrangeiro, ficou cimentado o caminho para a quebra de qualquer ilusão em uma política nacional-desenvolvimentista. Outro exemplo dessa entrega praticamente total do Brasil como sócio minoritário do capital estrangeiro, foi o uso de ações do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) – criado em 1952 no governo Vargas e símbolo do desenvolvimentismo brasileiro – para financiar as vendas das empresas públicas para o capital estrangeiro. O avanço do capital monopolista financeiro no Brasil,

²⁹ Além dos bancos estaduais e de dezenas de companhias dos estados e até municípios: geradoras e distribuidoras de energia elétrica; companhias telefônicas; distribuidoras de gás encanado; empresas de saneamento básico; empresas de transporte ferroviário, metroviário e marítimo; e rodovias, foram privatizadas no governo FHC a Escelsa, a Light, a Gerasul, a Rede Ferroviária Federal S.A., a Cia. Vale do Rio Doce e suas 13 subsidiárias, a Telebrás (Embratel, 27 empresas de telefonia fixa e 26 de telefonia celular), 12 participações acionárias da Petroquisa e da Petrofertil, 7 administradoras de portos (Companhia Docas), 55 potenciais de energia hidrelétrica de 24 linhas de transmissão de energia elétrica, 5.932 km de rodovias federais (entre rodovias federais com administração própria e delegadas aos estados) e a Datamec S.A. (vinculada à Caixa Econômica Federal). Também foram vendidas ações da Petrobrás que excediam o mínimo necessário à manutenção do controle acionário por parte do governo, além de terem sido realizados 23 leilões de participações minoritárias, com base no Decreto nº 1.068/94. (SILVEIRA, 2009, p. 121).

também foi facilitado pela assinatura de vários acordos com o FMI, a exemplo do Memorando de Política Econômica, de 13 de novembro de 1998, que reiterava os princípios do Programa de Estabilização Fiscal (PEF), implementado no final do mesmo ano³⁰.

A desregulamentação e liberalização da economia nos dois mandatos consecutivos de FHC alteraram a configuração do Estado brasileiro, a partir de amplos programas de privatização de importantes empresas públicas, redução do controle estatal nacional sobre alguns setores econômicos estratégicos, fortalecimento de grupos privados do grande capital nacional e estrangeiro, aumento dos oligopólios privados, etc. Com isto foi alterada tanto a correlação de forças entre a burguesia nativa e a imperialista – com novas medidas a favor do hegemonismo da última – como a capacidade de resistência e organização por parte da classe trabalhadora. Também mudaram as redes de produção territorial, por meio de novas guerras dos lugares. (FILGUEIRAS et. al., 2010; TEIXEIRA; PINTO, 2012).

Em relação aos direitos trabalhistas, no governo FHC houve perdas significativas e crescente precarização: foi aprovada a demissão sem justa causa, o banco de horas, a terceirização, a reforma da previdência e uma série de políticas de flexibilização e ataques à organização autônoma dos trabalhadores, despolitização dos sindicatos e marginalização dos movimentos sociais.

Até mesmo o aparato policial-militar e as Forças Armadas sofreram as consequências da precarização, o que poderia significar riscos à própria manutenção da ordem interna. Entretanto, tais extremismos neoliberais seriam uma ameaça apenas do ponto de vista dos interesses nacionais e não do capital imperialista dominante no país. Contraditoriamente, o Estado se enfraquece mais uma vez como Estado nacional, mas pode até fortalecer as suas características repressivas contra as contestações dos trabalhadores, justamente devido à provável ajuda de “forças multilaterais de apoio”, ou seja, da força bélica de países imperialistas, com seus superpotentes aparatos militares.

O regime de FHC tem centralizado a criação de políticas em um grau sem precedentes desde a volta das políticas eleitorais. Sua busca por interesses

³⁰ Os Memorandos de Política Econômica serviam como cartas de compromisso dirigidas aos investidores e instituições internacionais, evidenciando as intenções do governo sobre todas as áreas que afetassem direta ou indiretamente o mercado financeiro. Tal é a razão pela qual as diretrizes ali contidas ganharam relevo analítico e serviram como retrato fiel das políticas de governo já realizadas e por realizar. Outros 11 Memorandos semelhantes foram divulgados até o final do governo, sempre vinculados às avaliações sobre o cumprimento das metas estabelecidas pelo FMI. (SILVEIRA, 2009, p. 132).

do capital tem conduzido a "políticas bastante incoerentes". De um lado, ele ataca os gastos sociais com trabalhadores; de outro, o estado subvenciona com 20 bilhões de dólares vários bancos em falência. De um lado, ele fala sobre o mercado livre em agricultura, enviando a polícia militar contra a atividade de ocupação de terra do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Por outro lado, o Ministro da Agricultura negocia dívidas multibilionárias devidas por grandes latifundiários aos bancos estaduais. FHC não é contra a intervenção estatal e nem mesmo a favor do mercado. Ele é consistentemente a favor de concentrar capital e enfraquecer a porção do trabalhador na renda nacional. Quando o "mercado" satisfaz seu objetivo, como no caso de privatizar a seguridade social, sua retórica é neoliberal. Quando o Estado intervém para subsidiar o capital, ele recorre a um discurso "intervencionista". (PETRAS, 1996, p. 131-132, grifo do autor).

Essa reforma econômica regressiva, de distribuição às avessas, da classe trabalhadora para o grande capital monopolista levou à perda de fôlego o consentimento gerado em torno da estabilização da economia e redução da inflação no primeiro mandato de FHC. Dessa forma, especialmente a partir do segundo mandato, ocorreu o avanço da reação popular, culminando com a vitória do Partido dos Trabalhadores (PT) nas eleições de 2002. Vejamos, então, no próximo Capítulo, os caminhos trilhados pelo PT à frente do governo central do país.

CAPÍTULO – 3

A POLÍTICA ECONÔMICA DOS GOVERNOS DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

Na análise da atual conjuntura brasileira, optamos por concentrar o presente estudo nas políticas desenvolvidas pelos governos petistas por as considerarmos bastante polêmicas, uma vez que alguns intelectuais brasileiros e de outros países têm argumentado sobre o caráter inovador deste governo, no que se refere à superação do neoliberalismo. Assim, nos pareceu pertinente neste Capítulo questionarmos a relação de alguns indicadores sociais e econômicos dos governos do Partido dos Trabalhadores, sobre a possibilidade de superação ou não da dependência estrutural brasileira.

3.1 A política econômica do PT

Com a vitória eleitoral da Frente Democrática e Popular em 2002 e a posse de Luiz Inácio Lula da Silva como presidente da República em 2003, a partir da liderança do Partido dos Trabalhadores (PT), acreditou-se que, depois de grandes turbulências na economia nacional, finalmente se colocaria em prática um projeto nacional autônomo e democrático, por toda suposta história de lutas deste partido nos últimos 20 anos, sobretudo contra a ditadura militar.

Após 10 anos de governo do PT, depois dos dois mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva e os dois primeiros anos do primeiro mandato de Dilma Rousseff, o PT fez um balanço das suas políticas econômicas indicando ter havido uma ruptura com o neoliberalismo do governo FHC e, segundo Sader (2013), um retorno a uma política de cunho desenvolvimentista³¹. Nas palavras do autor:

- a) priorizam as políticas sociais e não o ajuste fiscal;
- b) priorizam os processos de integração regional e os intercâmbios

³¹ Ver Bresser Pereira (2016) e Sader (2013).

Sul-Sul e não os tratados de livre-comércio com os Estados Unidos; c) priorizam o papel do Estado como indutor do crescimento econômico e da distribuição de renda, em vez do Estado mínimo e da centralidade do mercado. (SADER, 2013, p. 138).

No entanto, em nossa análise os indicadores mostraram outra realidade, contrária a esses argumentos: manteve-se o ajuste fiscal e o projeto de integração buscou mais uma paz social para o livre mercado neoliberal do que um projeto de autonomia nacional, visto que as empresas estrangeiras instaladas nos países Sul-Sul, tem grande interesse nesse projeto de integração, exatamente nos termos da dependência como apontou Marini (2011). Por fim, o Estado nos governos petistas favoreceu muito mais o lucro dos bancos e do agronegócio do que um projeto consistente de incentivo à indústria. Como podemos verificar nas próprias palavras do então presidente Lula, ao se referir ao PSDB e ao governo FHC, em uma entrevista publicada no mesmo livro sobre os 10 anos do PT no governo.

Eu não tenho raiva deles e não guardo mágoas. O que eu guardo é o seguinte: eles nunca ganharam tanto dinheiro na vida como ganharam no meu governo. Nem as emissoras de televisão, que estavam quase todas quebradas; os jornais, quase todos quebrados quando assumi o governo. As empresas e os bancos também nunca ganharam tanto, mas os trabalhadores também ganharam. Agora, obviamente que eu tenho clareza que o trabalhador só pode ganhar se a empresa for bem. (In SADER e GENTILI, 2013, p. 16).

Esse discurso, que defende a harmonia entre os interesses dos trabalhadores e o lucro das empresas, virou letra morta no mesmo momento em que os governos de Lula e de Dilma perderam a capacidade de criar reservas que atendessem suficientemente os interesses do capital e também a capacidade para fazer avançar de maneira mais acelerada as políticas liberalizantes, o que a burguesia julgava imprescindível, principalmente depois da crise mundial de 2008.

O Partido dos Trabalhadores, fundado em 10 de fevereiro de 1980, cumpriu um papel importante na chamada “transição democrática” brasileira, ao exigir do governo militar eleições diretas e a ampliação dos direitos dos trabalhadores, tendo contribuído na formulação da atual Constituição brasileira de 1988 e naquilo que ela conseguiu avançar em termos de ampliação de direitos e combate ao autoritarismo e conservadorismo reinantes. Dessa forma, o PT contribuiu, em certo sentido, para ampliar as bases burguesas

da democracia brasileira, visto que os seus programas de Partido desde o início sempre apontaram a perspectiva de reformas, ampliação de direitos, distribuição de renda, reforma agrária e crédito aos pequenos produtores rurais. Tudo isso sem propor romper radicalmente, ao menos enquanto direção partidária hegemônica, com a estrutura de dominação burguesa, caracterizando-se como um partido trabalhista de reformas sociais. Ou seja: a defesa petista do “trabalhador” não problematizava a necessidade de uma superação dessa condição na perspectiva efetiva de construção de uma sociedade sem classes sociais.

Na sua emblemática *Carta ao Povo Brasileiro* (2002), o PT apresentava aqueles que seriam os princípios básicos de sua política econômica. O objetivo suposto era apresentar ao eleitor e à população em geral, sem deixar margem para dúvidas, as diretrizes governamentais do PT. No entanto, nota-se, pelo tom do documento, a preocupação em acalmar as instituições financeiras, os investidores, o mercado, ou melhor, as classes dominantes externas e internas sobre o não interesse do Partido em uma ruptura com as políticas econômicas em curso.

Lideranças populares, intelectuais, artistas e religiosos dos mais variados matizes ideológicos declaram espontaneamente seu apoio a um projeto de mudança do Brasil. Prefeitos e parlamentares de partidos não coligados com o PT anunciam seu apoio. Parcelas significativas do empresariado vêm somar-se ao nosso projeto. Trata-se de uma vasta coalizão, em muitos aspectos suprapartidária, que busca abrir novos horizontes para o país. (PT, 2002, s/p.).

Como podemos observar nesse trecho e, quem ler atentamente as linhas dessa Carta perceberá, há um abandono do discurso voltado à defesa dos interesses dos trabalhadores e uma ênfase nas características ideológicas plurais, ou suprapartidárias, da coalizão. Não à toa, o PT costurou uma aliança com o Partido Liberal, escolhendo para candidato à vice-presidência José Alencar, um tradicional empresário e político liberal. Dessa forma, podemos perceber que já havia indícios, desde antes da vitória eleitoral, de um esforço do PT para tornar-se palatável à burguesia. Porém, simultaneamente, o Partido busca uma retórica reformista ao falar em ampliação do mercado interno de consumo de massas.

O povo brasileiro quer mudar para valer. Recusa qualquer forma de continuísmo, seja ele assumido ou mascarado. **Quer trilhar o caminho da redução de nossa vulnerabilidade externa pelo esforço conjugado**

de exportar mais e de criar um amplo mercado interno de consumo de massas. ((PT, 2002, s/p., grifos nossos).

Nos termos da teoria da dependência, criar um mercado interno amplo faz parte dos mecanismos que poderiam alterar a separação entre a esfera alta e a esfera baixa da circulação.

Quer abrir o caminho de combinar o incremento da atividade econômica com políticas sociais consistentes e criativas. O caminho das reformas estruturais que de fato democratizem e modernizem o país, tornando-o mais justo, eficiente e, ao mesmo tempo, mais competitivo no mercado internacional. **O caminho da reforma tributária, que desonere a produção. Da reforma agrária que assegure a paz no campo. Da redução de nossas carências energéticas e de nosso déficit habitacional. Da reforma previdenciária, da reforma trabalhista e de programas prioritários contra a fome e a insegurança pública.** (PT, 2002, s/p., grifos nossos).

Como indicamos no final do Capítulo 1, alguns mecanismos poderiam favorecer a alteração da forma como o Brasil produz e se relaciona com o mercado mundial. Alguns destes mecanismos são apontados na Carta, quando o PT fala de algumas reformas necessárias para mudar o país. Entretanto, não se explicita claramente como tais reformas seriam realizadas e, ao mesmo tempo, o discurso é contraditório ao falar de reforma tributária que desonere a produção, reforma agrária que leve paz ao campo e, por último, reforma previdenciária e trabalhista. Ou seja, há uma dubiedade evidente no que se refere ao conteúdo das reformas, a partir do uso de expressões que remetem à pauta neoliberal.

A contradição é notória desde o início, uma vez que a Carta aponta para a independência nacional ou para um país soberano e livre. Porém, posteriormente, indica a necessidade da vinculação permanente do país ao projeto imperialista mundial – chamado também pelo nome de globalização – consubstanciado nas “recomendações” dos organismos internacionais de financiamento.

Premissa dessa transição será **naturalmente o respeito aos contratos e obrigações do país.** As recentes turbulências do mercado financeiro devem ser compreendidas nesse contexto de fragilidade do atual modelo e de clamor popular pela sua superação. À parte manobras puramente especulativas, que sem dúvida existem, o que há é uma forte preocupação do mercado financeiro com o mau desempenho da economia e com sua fragilidade atual, gerando temores relativos à capacidade de o país administrar sua dívida interna e externa. É o enorme endividamento público acumulado no governo Fernando Henrique Cardoso que preocupa

os investidores. Trata-se de uma crise de confiança na situação econômica do país, cuja responsabilidade primeira é do atual governo. (PT, 2002, s/p., grifos nossos).

Isso significa que a tal independência almejada não passa de um discurso ideológico com fins retóricos e de propaganda, uma vez que a preocupação é com a inserção, cada vez mais ampliada e subordinada, no mercado mundial. Assim, já desde esta Carta, antes portanto de ser eleito e tomar posse, Lula já definiu a prioridade de suas políticas governamentais: responder às “preocupações dos investidores internacionais” e, apenas se possível e de forma secundária, aumentar a participação de alguns setores da classe trabalhadora no mercado consumidor. Ou seja, o Partido dos Trabalhadores se converte em partido dos “investidores e consumidores”. Apesar de que o PT não chega a essas mudanças na sua concepção político-partidária de um dia para o outro, nesse momento percebe-se uma radical alteração dos princípios fundamentais que justificaram a criação do PT.

Repudiando toda forma de manipulação política das massas exploradas, incluindo, sobretudo as manipulações próprias do regime pré-64, o PT recusa-se a aceitar em seu interior, representantes das classes exploradoras. Vale dizer, o Partido dos Trabalhadores é um partido sem patrões! [...] O Partido dos Trabalhadores define-se, programaticamente, como um partido que tem como objetivo acabar com a relação de exploração do homem pelo homem. (PT, 1979, s./p.).

É claro que esse viés marxista nos textos iniciais do PT eram decorrentes também de disputas internas mais acirradas entre correntes reformistas e revolucionárias e, aos poucos, as correntes reformistas foram se tornando hegemônicas até dominarem totalmente a direção do Partido. Mas mesmo nos primeiros anos, o PT fazia questão de diferenciar o seu socialismo do “socialismo real” vigente na União Soviética, por considerá-lo autoritário. Porém, nessa discussão se vislumbravam claramente tendências teóricas de orientação liberal na definição do que seria o autoritarismo, a liberdade e a democracia.

Mas agora na Carta ao Povo Brasileiro, o PT transformava, em poucas linhas, os verdadeiros produtores, a classe trabalhadora, em meros consumidores. Também, ainda antes de ser governo, o PT já indicava uma conivência e aceitação ao projeto chamado neoliberal de retirada e diminuição dos direitos dos trabalhadores. A realização do trabalhador deveria se dar exclusivamente na esfera financeira, isto é, o aumento do consumo deveria se dar especialmente pela expansão do crédito e crescente endividamento

dos assalariados em geral, e da chamada classe média em particular. Assim, o capital especulativo e os grandes negócios continuariam sendo os principais favorecidos. Já aos miseráveis, que sequer conseguissem um emprego precarizado e por tempo determinado, seriam agraciados com a “ajuda” de uma renda chamada mínima, mas muito insuficiente sequer para a sobrevivência que, embora pudesse ser importante como uma política emergencial de combate à miséria, acabou convertida em pseudo-solução para “melhorar as estatísticas” sobre o quadro social brasileiro e angariar votos cativos.

Dessa forma, a política do PT não era mais a de mobilizar a classe trabalhadora como real produtora e principal agente político, mas como uma massa amorfa de indivíduos consumidores e pagadores de impostos. Assim, o direito de cidadão acabou restringido às denúncias no PROCON (Programa de Proteção e Defesa do Consumidor), impedindo o trabalhador de se identificar como trabalhador.

Quando os partidos social-democratas se convertem em partidos **“de toda a nação”**, reforçam a visão da política com um processo de estabelecimento do bem estar coletivo, de “todos os membros da sociedade”. A política, uma vez mais, é definida na dimensão indivíduo-nação, não em termos de classe. (PRZEWORSKI, 1988, p.63, grifo do autor).

A democracia burguesa, pelo menos no imaginário do PT, é um desses elementos orientadores, ou seja, um limite para a possível melhoria das condições de vida dos trabalhadores. Ou seja, no caso brasileiro a situação é ainda mais grave, porque mesmo no seu período inicial, o PT não atuava em um cenário propício à social-democracia e à realização do Estado de bem-estar social. Assim, ele edificou uma política, desde a sua fundação, que mesclava componentes keynesianos e marxistas, não se comprometendo efetivamente com as propostas de socialização dos meios de produção e eliminação do Estado burguês. A classe trabalhadora era valorizada enquanto tal, mas a perspectiva de superação dessa condição de classe não era claramente colocada. Ou seja, os trabalhadores sempre foram vistos como tais e a ampliação democrática almejada estava ligada à maior participação dos mesmos na renda do país, ou seja, à melhoria do seu acesso a serviços públicos e bens de consumo. Em outras palavras: ampliação do número de empregos e da renda, ao invés da superação da condição do trabalhador como mero vendedor da sua força de trabalho em um mercado capitalista; superação esta que exigiria a conversão inicial da classe trabalhadora em classe politicamente dominante.

No entanto, na condição de governo, o PT sequer conseguiu avançar em termos da ampliação de uma democracia distributivista. Pelo contrário, reforçou as tendências burguesas, já presentes e até dominantes dentro do Partido.

A própria capacidade dos social-democratas regularem a economia depende dos lucros do capital. Esta é a barreira estrutural que não pode ser quebrada: o limite de qualquer política é que, a longo prazo, os investimentos – e portanto os lucros – devem ser protegidos. (PRZEWORSKI, 1988, p.77).

Se essa tentativa de conciliar lucro do capital com algum avanço em termos de direitos para os trabalhadores foi difícil nos países capitalistas dominantes da Europa e América do Norte, imagina no nosso caso em que vivemos uma profunda e estrutural dependência em relação às grandes potências imperialistas, conforme discutido no Capítulo 1. Em nosso caso, seguindo a linha de raciocínio de Przeworski (1988), a única alternativa para o PT se manter no poder, sem propor-se uma ruptura da ordem, seria submetendo-se à lógica da dependência. Assim, a exemplo de outros partidos reformistas, o PT vai proteger “os lucros das demandas das massas porque políticas redistributivas extremas são contrárias aos interesses dos assalariados” (Idem, p.78). Por essa razão, pode-se dizer que o PT contribuiu para o reforçamento da crença do trabalhador brasileiro – gestada desde o governo de Getúlio Vargas – de que o seu salário e a melhoria de suas condições de vida dependem do lucro do patrão e do bom funcionamento do sistema. Ou seja, o fortalecimento do seguinte raciocínio: sem lucro não há investimento, sem investimento não há crescimento, sem crescimento não há emprego e sem emprego não há vida para o trabalhador. Esqueceu-se apenas de esclarecer que não há vida dentro do sistema capitalista de produção.

3.2 Governos do PT: uma política econômica neodesenvolvimentista ou neoliberal?

No Capítulo 2, onde discutíamos as teorias chamadas neodesenvolvimentistas, vimos que não há uma distinção muito nítida entre estas e o liberalismo de tipo camaleônico, como definimos o liberalismo no caso brasileiro. Segundo Paulani (2008), com a chegada do PT ao governo federal, como “maior partido de esquerda do mundo” no maior país da América Latina, o aparente contraste entre a história e o discurso do PT e o governo anterior de Fernando Henrique Cardoso (FHC), vai dar força às mistificações sobre o

partido da mudança ou das mudanças. Isto porque ao longo da história de lutas do PT, muitos militantes honestos e realmente interessados em mudanças efetivas da realidade brasileira, acreditaram firmemente na construção e fortalecimento do Partido.

Em nosso entendimento, a avaliação positiva de alguns intelectuais que acreditam que a partir de 2003 teve início uma nova trajetória na história nacional, busca sua sustentação em uma relativa melhora das contas públicas e da economia que, em um cenário de crise internacional, pareciam indicar a capacidade administrativa e o acerto da orientação político-econômica, principalmente do governo Lula. Juntava-se a isso a capacidade do governo em cooptar grande parte das lideranças sindicais e populares, dificultando o transbordamento das pressões reivindicativas vindas de baixo. As próprias expressões de Lula – que sempre demonstrou talento para se fazer entender pelos mais humildes e popularizar alguns entendimentos – a exemplo do “nunca antes na história desse país”, contribuíram para reforçar na consciência do trabalhador a fábula de que uma grande mudança, que veio para ficar, estava em curso³².

Nesse sentido, para não cairmos em uma análise comparativa limitada entre a política econômica do PT e do governo FHC, buscamos uma análise mais ampla, capaz de incorporar questões estruturais às políticas conjunturais em voga. A análise política sob uma ótica simplesmente conjuntural e circunscrita a um curto período de tempo, pode realmente levar a uma sobrevalorização dos supostos “avanços desenvolvimentistas” do PT, quando o parâmetro comparativo são os governos imediatamente anteriores.

Dessa forma, mesmo alguns autores autodenominados críticos em relação ao projeto geral do PT, acabam vislumbrando avanços significativos em suas políticas. Porém, contrapondo essa interpretação, outras análises³³, consideram não só que o PT não reverteu o projeto neoliberal em curso no país desde a década de 1990, mas, ao contrário, aprofundou ainda mais as bases dessas políticas macroeconômicas.

Para nos situarmos nesse debate, é interessante começarmos com um estudo comparativo entre os governos do PT e FHC, realizado por Gonçalves (2014), p. 11-13)³⁴

³² Apesar de não ser objeto desta dissertação, seria interessante discutir como o discurso petista, que contava com grande aceitação popular, mas também entre a própria classe média e os diversos setores da burguesia, foi desmontado em pouco tempo pelos próprios setores burgueses que, em sua maioria, apoiaram o chamado *impeachment* - na verdade um golpe parlamentar - contra a presidente Dilma Rousseff, ainda no início de seu segundo mandato presidencial.

³³ Gonçalves (2014); Paulani (2008) Carcanholo, (2010); Filgueiras et. al., Luiz (2010).

³⁴ Dados do Instituto Fraser para 144 países. Os dados do período 1996-98 são interpolações geométricas, com índices variando de 0 a 10. Disponível em: http://www.freetheworld.com/datasets_efw.html. Acesso: 30 de março de 2013. Dados da Fundação Heritage para 185 países, com índices também variando de 0 a 10.

onde ele indica – utilizando a metodologia do Instituto Fraser e da Fundação Heritage que parte de vários indicadores sobre níveis de liberalização – que o PT adotou mais decisões políticas liberalizantes que o governo antecessor. Ou seja, para o Instituto Fraser no final da era desenvolvimentista, nos anos de 1980, o índice de liberalização era de 3,8; no início do neoliberalismo, ou seja, no início da década de 1990, de 4,5; chegando a 6,2 no governo FHC, e a 6,4, no final do governo Lula. Também segundo a Fundação Heritage, o PT teria atingido uma média de 58,6 por cento de liberalização, enquanto o governo FHC havia ficado em 56,3 por cento.

Apesar da crítica que Gonçalves (2014) tece sobre esse tipo de estudo comparativo, não se restringindo ele mesmo a essa metodologia – crítica com a qual concordamos – é interessante perceber que mesmo de um ponto de vista bastante específico e restrito, os dados quantitativos apontam para uma conclusão contrária ao que é comumente esperado.

Porém, muitos analistas favoráveis às políticas do PT justificam esses dados dizendo que o governo Lula foi mais liberal que FHC no primeiro mandato porque havia uma necessidade de colocar a casa em ordem. Mas, já no segundo mandato, Lula estaria colocando em prática políticas econômicas mais típicas de um Estado neodesenvolvimentista. Por outro lado, a intensificação de políticas ortodoxas no segundo mandato de Dilma Rousseff é explicada pela tentativa de postergar a crise. Com FHC seria diferente, uma vez que o mesmo nunca teria abandonado o projeto neoliberal. Ao contrário, as políticas liberalizantes em seu governo teriam seguido uma linha ascendente linear.

Entretanto, se deixarmos de lado as análises quantitativas de curto prazo e considerarmos análises mais qualitativas e que levem em conta um período histórico mais longo, os dados e argumentos utilizados para a defesa de uma política econômica neodesenvolvimentista nos governos do PT se esvanecem. Nesse sentido, como indica Gonçalves (2014), outros governos da história brasileira tiveram índices de crescimento econômico bem mais significativos do que os alcançados durante as gestões do PT.

A avaliação do crescimento da renda durante os governos do PT é conclusiva: fraco desempenho pelo padrão histórico brasileiro. [...] a taxa secular de crescimento médio real do PIB brasileiro no período republicano é 4,5% e a taxa mediana é 4,7%. No governo Lula a taxa média anual é 4,0% enquanto as estimativas e projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI) para o governo Dilma informam taxa média de 2,2%. O resultado é claramente desfavorável: no *rank* dos

presidentes do país, Lula está na 19ª posição e Dilma está com desempenho ainda pior (27ª posição), em um conjunto de 30 presidentes com mandatos superiores a um ano. Ou seja, 62% e 90% dos presidentes tiveram melhor desempenho do que Lula e Dilma Rousseff, respectivamente. Portanto, não há dúvida quanto ao desempenho fraco (Lula) e medíocre (Dilma) dos governos petistas. (p. 13).

Essa análise que busca analisar os resultados dos governos petistas não por uma análise comparativa limitada, mas pela história nacional, é mais realista por conseguir distanciar-se também, por exemplo, de conclusões que fazem a crítica aos governos Lula e Dilma, mas legitimam suas políticas em nome do contraste com os governos neoliberais imediatamente anteriores. Vejamos:

Os resultados macroeconômicos (setor externo, nível de atividade, inflação, emprego e renda e finanças públicas) dos dois governos Lula foram melhores do que os de seu antecessor. Entre 2003 e 2010, o Brasil atravessou o maior ciclo de crescimento das últimas três décadas. O PIB cresceu 4,1% ao ano, quase o dobro do observado entre 1980 e 2002 (2,4% ao ano). (TEIXEIRA e PINTO, 2012, p. 923).

Mesmo fazendo uma crítica aos governos petistas, os autores Teixeira e Pinto (2012) demonstram um contraste entre estes governos e os anteriores concluindo que o crescimento do PIB durante o governo Lula foi o maior das últimas três décadas. Entretanto, a análise mais ampla e melhor sistematizada de Gonçalves (2014,), desmente o acerto destes dados e suas conclusões. Segundo Gonçalves, durante o governo de José Sarney, o PIB teve um crescimento médio de 4,4% e, durante o governo de Itamar Franco, de 5%, portanto, uma diferença de 0,4% a mais, no primeiro caso, e de 1%, no segundo caso, em relação aos 4% do governo Lula (p. 13-14). Assim, para Gonçalves, não seria exatamente verdadeiro dizer que o governo Lula conseguiu o melhor índice de crescimento econômico dos últimos trinta anos.

Mas, além de abordar a realidade nacional a partir de períodos históricos mais longos, Gonçalves (2014, p. 16) vai além, comparando os resultados econômicos dos governos Lula e Dilma com os dados de 189 países membros do FMI: “[...] a taxa média durante os governos Lula e Dilma (3,4%) é menor do que a média simples (4,1%) e a mediana (3,9%) das taxas de crescimento dos países do painel” (p. 16). Ou seja, 56%, ou mais da metade, dos 189 países considerados no painel do FMI tiveram desempenho econômico melhor do que os governos petistas.

O discurso do perigo da vulnerabilidade financeira também foi uma tônica dos governos petistas, não destoando nesse sentido dos governos anteriores. Manter o controle das contas externas e internas, como discutido no item 2.2 do Capítulo 2, se tornou praticamente uma questão de segurança nacional. Nesse aspecto, o discurso sobre a “credibilidade” e o “risco país” foi utilizado para justificar o acordo de poder feito por Lula e a Direção do PT, indicando na *Carta ao povo brasileiro* (seria melhor dizer, *Carta aos bancos*) que o Brasil não iria adotar uma mudança de rumo em relação ao governo anterior. A necessidade de gerar um superávit primário para cumprir os contratos com os investidores (melhor dizer com os rentistas) do capital internacional e nacional, para evitar o aumento da famosa “dívida pública” continuou sendo a palavra de ordem e ganhou novos contornos nas prioridades da política econômica do PT.

Com a queda significativa do “risco país” no início do primeiro mandato de Lula, mais o favorecimento das exportações de produtos primários graças ao “efeito China”, o cenário internacional favoreceu uma “grande melhora das contas externas”, cujos valores apresentaram um crescimento de 240% entre 2001 e 2008, pelos menos para aquelas análises que restringem essa melhora apenas ao aumento do superávit primário. (FILGUEIRAS, et al., 2010; PAULANI 2008; TEIXEIRA; PINTO 2012; CARCANHOLO, 2010; GONÇALVES, 2014).

As contas externas da economia brasileira no governo Lula apresentaram resultados muito positivos expressos nos superávits do balanço de pagamentos entre 2003 e 2010 (US\$231,8 bilhões no acumulado). Isso permitiu ao governo saldar os empréstimos com o FMI, diminuir o endividamento público externo e acumular reservas. (CINTRA e ACIOLY, 2012 apud TEIXEIRA e PINTO, 2012, p. 923)³⁵.

Com essa relativa melhora das contas externas brasileiras, segundo Paulani (2008), “a maioria dos jornais passaram a dizer que ‘o Brasil virou moda em Wall Street’ e que, para os investidores estrangeiros, ‘Lula é um bom negócio’”. (p.17). Ou seja, o capital financeiro internacional estava longe de ver em Lula um governo radical ou até mesmo neodesenvolvimetista, como apregoam as correntes reformistas. Por outro lado, essa melhora já era prevista desde o final do governo FHC. Em 2002, o Brasil já apresentava

³⁵ Referência de CINTRA, M. e ACIOLY, L. O financiamento das contas externas brasileiras: 2003-2010. In: MONTEIRO, A. et al. *Brasil em desenvolvimento 2011*. Brasília: IPEA, 2012. Como se vê, em sua análise, TEIXEIRA & PINTO se referenciam em estudos realizados por órgãos de pesquisa vinculados ao próprio governo.

uma mudança considerável no aumento das exportações e no controle da balança comercial. A questão da solvência externa e da inflação manteve ao longo de 2002 um comportamento bastante estável, variando, segundo os dados da autora, de 1998 até final de 2002. Os estoques das divisas que eram drenadas para fora do Brasil em média permaneceram entre US\$ 35 e 37 bilhões.

O controle da inflação durante os governos petistas também não teria sido algo extraordinário, quando comparado ao cenário mundial, segundo Gonçalves (2014).

[...] a taxa média de inflação no Brasil é 6,1% (preços ao consumidor), enquanto a média mundial é 6,0% [...]. Esta taxa é ligeiramente maior do que a média simples (6,0%) das taxas de países do painel do FMI e muito maior do que a mediana (4,4%) das taxas destes países. A taxa de inflação no Brasil é maior do que a média mundial em seis anos e maior do que a mediana mundial em nove anos. (p. 18).

Então Paulani (2008) questiona os jargões utilizados por Lula sobre a “herança maldita”, o país “à beira do precipício” e “derretendo como manteiga”, entre outros. Ela considera que o pacto com o capital financeiro, realizado pelo PT, exigia de alguma forma criar um ambiente de medo³⁶, para poder justificar as medidas antipopulares que adotou para atender aos interesses dos bancos e do agronegócio. “Em poucas palavras, era preciso ‘beijar a cruz’ da ortodoxia econômica, ela foi beijada com devoção”. (p. 39).

Essa aparente melhora que Paulani (2008) reconhece em um cenário internacional de crise, é contestada de maneira mais radical por Gonçalves (2014) que evidencia que o Brasil, no *rank* mundial, vem sofrendo uma significativa deterioração das contas externas a partir de 2008. No *rank* mundial dos países mais vulneráveis financeiramente saiu da 6ª posição em 2006 para a 4ª em 2008 e, se incluído os Estados Unidos, que está em 1º lugar, mas controla quase todo o movimento financeiro do mundo, o Brasil ficaria em 3º lugar.

[...] o país gera superávit primário (3,2% do PIB, média no período 2003-14). Entretanto, isto não é suficiente para compensar as elevadas despesas com o serviço da dívida pública (juros). Este fenômeno resulta, sem dúvida alguma, do fato de que a política macroeconômica dos governos petistas tem se caracterizado por taxas de juros reais extraordinariamente elevadas pelos padrões internacionais, seguindo o padrão de gestão macroeconômica do governo FHC. [...] O resultado é claro: durante os

³⁶ Na análise sobre as condições de vida dos trabalhadores no Brasil entre os anos de 1990 e 2010, Túlio Barbosa (2015), a partir de entrevistas com os trabalhadores da empresa Thyssen Krupp (uma das maiores produtoras de aço do mundo), apontou para os perigos da construção permanente do medo no cenário atual.

governos petistas, o serviço da dívida pública representa, em média, 6,0% do PIB [...]. Este coeficiente é 3,3 vezes maior que a média mundial (-1,8%) e 4,1 vezes maior que a mediana (-1,5%) mundial. Vale notar que, em todos os anos do período em questão, a relação pagamento de juros/PIB do Brasil é maior do que a média e a mediana mundiais dessa relação. (GONÇALVES, 2014, p. 24-25).

Ou seja, o tão propagandeado aumento do superávit primário/aumento das reservas teve um custo elevado para o país. Mesmo alguns defensores das políticas do PT³⁷ reconhecem, pelo menos em relação ao primeiro mandato de Lula, que esse acúmulo de reservas foi feito à custa de ajustes fiscais e devido a um cenário internacional favorável às exportações. Assim, os governos também estabeleceram como objetivo supremo o chamado crescimento sustentável, que na prática significa preservar riqueza financeira para cumprir os contratos com os capitais rentistas. Do crescimento econômico, encarado dessa maneira, dependeria também a redução da relação dívida/PIB. Gonçalves (2014), Paulani (2008), Carcanholo (2010) e Filgueiras et al. (2010), consideram que essa estratégia vai além do discurso da estabilidade macroeconômica, tornando-se a lei fundamental para a acumulação de capital no Brasil a partir da década de 1990. Ou seja:

O lado negativo da evolução das finanças públicas, dada a manutenção do elevado nível da taxa de juros, foi a elevação de forma sistemática da dívida líquida interna do setor público que passou de 43,5% do PIB em dezembro de 2003 para 48,7% do PIB em dezembro de 2010. Evolução esta que, segundo Marques-Pereira & Bruno (2010)³⁸, é explicada pela trajetória real de juros da SELIC, expressa pelo fator de capitalização composta de juros reais sobre o estoque da dívida líquida interna do setor público consolidado. [...] Os elevados superávits primários durante o governo Lula (R\$ 758,8 bilhões no acumulado entre 2003 e 2010) foram menores do que os montantes pagos de juros no mesmo período (R\$ 1.491,4 bilhões). Os superávits não foram pequenos, o que ocorreu foi que a manutenção de taxa de juros elevada gerou grandes custos fiscais e o contínuo aumento da dívida interna em termos absolutos. Os juros – que caíram em % PIB, mas se elevaram em termos absolutos – alimentaram os segmentos financeirizados, em especial a fração hegemônica do bloco no poder, a bancário-financeira. (TEIXEIRA e PINTO, 2012, p. 925-926).

³⁷ Ver TEIXEIRA e PINTO (2012).

³⁸ MARQUES-PEREIRA, J.; BRUNO, M. Institucionalidade e política econômica no Brasil: uma análise das contradições do atual regime de crescimento pós-liberalização. In: VIANNA, S.; BRUNO, M.; MODENESE, A. (Org.). *Macro para o desenvolvimento*. Brasília: IPEA, 2010.

O “novo projeto” do PT, supostamente neodesenvolvimentista, está ligado a esse novo padrão de acumulação de capital. No passado, como apontamos em Florestan Fernandes (1976), item 1.2 do Capítulo 1, no início do século XX houve uma mudança geopolítica do imperialismo para atuar na política interna de cada país de maneira mais efetiva. A mudança consistia em transferir filiais das grandes empresas imperialistas para os países chamados em desenvolvimento. Dessa forma ficava mais fácil operar mudanças nas políticas econômicas de cada país.

Com a mundialização do capital, ou globalização para alguns geógrafos, tornou-se possível operar à longa distância, de qualquer lugar, os interesses do grande capital internacional. Ou seja, foi esse novo padrão que permitiu ao PT manter as diretrizes do Consenso de Washington e transferir a dívida pública externa para o ambiente interno, principalmente através da venda de títulos da dívida pública no mercado financeiro internacional³⁹. Dessa forma, houve um grande aumento das transferências de divisas nacionais para o exterior durante os governos petistas, através desse novo mecanismo de captação de recursos financeiros⁴⁰.

Essa mudança de estratégia marcou essa aparente redução da dívida pública, em que o PT ganhou grande combustível de propaganda que garantiu a continuação do seu projeto de governo. Porém, como acabamos de ver, o fim da dívida externa não passou de uma grande ilusão, porque tal dívida simplesmente foi transferida para a dívida pública interna que disparou, com consequências ainda mais devastadoras para os trabalhadores brasileiros. Ou seja, com isto até a reivindicação política de não pagamento da dívida externa, com base no questionamento de sua legalidade e legitimidade, foi dificultada pelo governo de Lula. Ao “quitar” a dívida externa, por meio da geração de uma dívida interna astronômica, o governo Lula legitimou a primeira e tornou o debate sobre a possível deslegitimação da segunda mais complexo. Daí que, somente uma mudança radical que superasse a estrutura da dependência, nos termos de Marini (2011) e Florestan Fernandes (1976), seria capaz de levar a efeito um questionamento dessa dimensão.

³⁹ Essa possibilidade já foi criada pelas CC5 - contas exclusivas para não residentes pela lei de 1962 – que permite a livre disposição de recursos em divisas, pela abertura financeira promovida pelo Banco Central. As CC5 passaram a remeter livremente não apenas saldos em moeda doméstica, mas todos e quaisquer saldos, bastando depositar na conta de uma instituição financeira não residente. Ver também a “Carta Circular” do Banco central de 2003, durante o governo Lula, que liberalizou ainda mais a saída de capital doméstico para fora do país. (PAULANI, 2008).

⁴⁰ “Entre 2002 e 2010, a Bovespa superou todas as outras bolsas de valores do mundo, subindo vertiginosos 523%, representando agora o terceiro maior complexo de mercado de futuros, *commodities* e títulos do mundo.” “Uma era de ouro para a Bolsa”. (*O Globo*, 04/10/2010; suplemento do *Financial Times* sobre “The New Brazil”, 29/06/2010, p. 30 apud ANDERSON, 2001, p. 73).

Essa mudança da composição da dívida pública possibilitou uma extraordinária expansão do crédito a partir de 2007, o que foi usado como discurso eleitoral, como se se tratasse de distribuição de renda. Mas o que se seguiu, junto com essa incrível expansão, foi o enorme endividamento tanto das pessoas jurídicas como das pessoas físicas:

Durante os governos petistas as empresas tornam-se cada vez mais negativadas visto que a relação dívida das empresas/excedente operacional bruto aumenta de 26,0% em 2002 para 40,3% em 2012. Não é por outra razão que, considerando as elevadas taxas de juros cobradas no Brasil, há transferência de renda do excedente econômico do setor produtivo para o setor financeiro. (GONÇALVES, 2014, p. 27-28).

Essa forma de investimento rentista, como aponta Marini (2011), não possibilita o aumento da produtividade através da mais-valia relativa, como ocorre nas economias dominantes, impedindo que o ciclo de produção e circulação do capital se complete no Brasil. Por outro lado, essa forma de crédito separa ainda mais o trabalhador da participação na produção e consumo dos bens necessários à sua subsistência.

Neste ponto se verifica uma das mais fortes expressões do legado negativo dos governos petistas, inclusive, com grande impacto social. De fato, a dívida das pessoas físicas aumentou de R\$ 133,4 bilhões em 2002 para US\$ 545,2 bilhões em 2012 (valores constantes de 2012). A dívida *per capita* (adultos), por seu turno, cresceu de R\$ 1.026,00 em 2002 para R\$ 3.457,00 em 2012; ou seja, 3,4 vezes [...]. O extraordinário aumento do endividamento é evidente: a razão dívida *per capita*/salário médio subiu de 5,1% em 2002 para 16,6% em 2012; e, neste mesmo período, a razão dívida total das pessoas físicas/renda total do trabalhador cresceu de 12,1% para 29,2%. (GONÇALVES, 2014, p. 28).

O impacto social, no que se refere às pessoas negativadas, é enorme no Brasil. Segundo Gonçalves (2014), o número de pessoas negativadas foram de 6 milhões a mais, em 2012, do que no governo FHC, em 2002. A orientação econômica dos governos petistas, com seu caráter também de cooptação política, gerou uma grande expansão da oferta de crédito e, conseqüentemente, taxas de juros absurdas para garantir a acumulação rentista à custa do baixo crescimento dos salários reais em relação às dívidas.

Essa flexibilização, associada às benesses externas, criou uma expansão econômica sustentada pelos investimentos e consumo das famílias (crescimento médio entre 2007 e 2010 de 10,5% e de 5,8%, respectivamente) que parece ter criado a partir de 2006 um consumo de

massas o qual articula crescimento e distribuição de renda. (TEIXEIRA e PINTO, 2012, p. 925-926).

Porém, o consumo da população de mais baixa renda e nível educacional continuou reprimido. Por outro lado, a expansão do crédito, entendida por alguns autores como política neodesenvolvimentista, foi acompanhada de práticas abusivas pelos bancos e instituições financeiras, que utilizaram do poder político concedido pelo Banco Central para empurrar centenas de empréstimos consignados para trabalhadores e pensionistas. As altíssimas taxas juros gerou um enorme “exército de negativados”, estimulados principalmente pelo consumo de veículos. Essa “inovação” financeira:

[...] foi a introdução e difusão do crédito pessoal a ser pago com base na retenção de parte do salário do devedor. Chamada de “crédito consignado”, essa iniciativa foi fruto de uma sugestão da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e começou com um acordo entre os sindicatos e as instituições financeiras, no final de 2003. Nos anos seguintes o mesmo produto foi estendido aos servidores públicos e aos aposentados pelo INSS, ampliando substancialmente a oferta de crédito as famílias brasileiras. (BARBOSA, 2013, p. 74, grifo do autor).

Assim, a suposta política neodesenvolvimentista na realidade é o inverso: a adesão dos sindicatos e movimentos sociais ao projeto neoliberal dos governos petistas, por meio de mecanismos de aparelhamento e cooptação.

O programa “minha casa minha vida” foi outra iniciativa do governo petista que transformou o direito à moradia em mais uma servidão ao capital financeiro, uma verdadeira servidão moderna, como retratado no documentário *Da Servidão Moderna* de 2009, dirigido por Jean François Brient. Mas vale ressaltar que os primeiros a servirem a esse “monstro”⁴¹ chamado capital financeiro foram as nossas classes dominantes. Os trabalhadores “pegaram o bonde andando” e, a cada dia, ficou mais difícil saltar, visto que muitos ainda não avistaram a curva da morte. Essa servidão, que Paulani (2008) relacionou com a dependência desejada de Singer (1998), parte do pressuposto do livre arbítrio, distanciando-se do conceito de liberdade real, que é muito diferente da noção de livre escolha ou de livre arbítrio, em nosso entendimento. Ou seja, se houve uma escolha, segundo o pressuposto de Singer (1998), esta foi feita pela classe dominante, em condições que lhes eram muito favoráveis. Para a grande maioria dos trabalhadores essa suposta

⁴¹ LA BOÉTIE, Etienne de. (1574) *Discurso da servidão voluntária* – Publicações LCC Eletrônicas: 2004. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/boetie.pdf>> Acesso em: 26 mar. 2017.

vontade ou consentimento, que o autor denomina de globalização, foi empurrada “goela abaixo”.

Esse consumo de curto prazo, alicerçado pela redução de impostos sobre carros novos, materiais de construção e eletrodomésticos, está bastante relacionado com a melhora da balança comercial no cenário internacional – principalmente pelo desempenho econômico das empresas Vale do Rio Doce e Petrobrás, que foram responsáveis por mais de 50% dos lucros líquidos dos intensivos em capital – e, primordialmente, pela tentativa de postergar a crise ao máximo possível. O elevado aumento do consumo de produtos industrializados, nesse período, não conseguiu equilibrar as perdas substanciais da grande burguesia industrial em relação ao capital bancário-financeiro – fração dominante do bloco no poder, aquela que obteve os maiores índices de rendimentos econômicos – e ao agronegócio. Daí o descontentamento da Confederação Nacional da Indústria (CNI) com o projeto petista. (TEIXEIRA e PINTO, 2012; FIORI, 2003).

Assim, quando o tema é a questão agrária, o continuísmo dos governos petistas se torna ainda mais evidente. O favorecimento do agronegócio, com seus vínculos com o capital bancário-financeiro, manteve e ampliou ainda mais a seguinte disparidade no território rural brasileiro:

O Brasil possui 8.514.876,599 km² e extremas desigualdades territoriais que faz com que tenha “uma das estruturas fundiárias mais concentradas do mundo, representada pelo índice de Gini de 0.854, sendo que a maior parte das terras está sob o domínio de grandes corporações nacionais e multinacionais”. [...] O Brasil é um dos mais importantes países agrícolas do mundo. Do total de sua extensão territorial, 330 milhões de hectares foram utilizados pela agropecuária, no período de 1996 a 2006, de acordo com o Censo Agropecuário de 2006 do IBGE. Essa área agricultável chegou a 375 milhões de hectares no período de 1975 a 1985, o que significa que o Brasil tem utilizado entre 39% e 44% de seu território para a produção agropecuária, que representam uma das maiores áreas agricultáveis do mundo. [...] O censo registrou 5.175.489 estabelecimentos, dos quais 84,4% (4.367.902) são unidades familiares e 15,6% (805.587) são capitalistas. A área total das unidades familiares era de 80.250.453 hectares e a área total dos estabelecimentos capitalistas era de 249.690.940 hectares. Embora o agronegócio ou agricultura capitalista tenha utilizado 76% da área agricultável, o valor bruto anual da produção foi de 62% ou 89 bilhões de reais, enquanto o valor bruto anual da produção da agricultura camponesa foi de 38% ou 54 bilhões de reais, utilizando apenas 24% da área total, de acordo com os dados do censo de 2006. [...] Ainda mais surpreendente é que, mesmo utilizando apenas 24% da área agrícola, a agricultura camponesa reúne 74% do pessoal ocupado ou 12.322.225 pessoas, ao passo que o agronegócio emprega em torno de 26% ou 4.245.319 pessoas. [...] Os contrastes do Brasil são ainda maiores

quando observamos que esses agricultores que ficam com a menor parte da riqueza produzida na agropecuária são responsáveis por 70% do feijão, 87% da mandioca, 38% do café, 46% do milho e 34% do arroz. Na pecuária, respondem por 59% dos suínos, 50% das aves, 30% da carne bovina e 58% do leite. A desigualdade também está presente nos tipos de produção. Por exemplo, 1,57% dos estabelecimentos produtores de milho respondem por 68,31% da produção, e 26,7% do leite vem de 80,41% dos estabelecimentos produtores, ou seja, 19,59% produtores fazem 73,3% do leite. (FERNANDES, 2013, p. 202-204).

Assim, em relação à questão agrária, ficou difícil qualquer avaliação positiva dos governos petistas, mesmo em um artigo, como o de Bernardo Mançano Fernandes (2013), que aparece no livro sobre o balanço dos 10 anos do PT, de perspectiva favorável ao governo. Uma reforma agrária efetiva seria um dos elementos primordiais para a superação da nossa estrutura de dependência, mas os mandatos petistas seguiram priorizando a política da concentração fundiária do território brasileiro, geradora de grandes desigualdades.

Em relação ao tema da democracia – que não é o foco do nosso trabalho – é interessante mencionar apenas o debate que faz Ellen Wood (1995) sobre a importância da equidade na distribuição da propriedade para o estabelecimento das bases da democracia. A autora vai buscar em Atenas as origens do que ela considera as bases da democracia substantiva. Apesar da exclusão dos escravos, para Wood, a democracia e os poderes políticos dos cidadãos de Atenas somente foram possíveis devido à equidade na posse da terra. Ou seja, era a equidade econômica que garantia uma equidade política nos negócios da *pólis*. Essa relativa liberdade econômica garantida pela propriedade dos “homens livres” fundamentaria também as bases do liberalismo, em suas teorizações iniciais. Mas como em nossa sociedade a democracia de Atenas se torna um sonho pitoresco, entendemos que a democratização da terra e do espaço urbano no Brasil já seria um grande passo rumo à superação da dependência estrutural. É nesse sentido, na nossa compreensão, que devemos analisar o avanço ou não da democracia no território brasileiro e não em termos de crescimento do PIB e, muito menos, da expansão do crédito.

Nessa perspectiva, com o recuo da plataforma de valorização via esfera produtiva, pelos menos em termos de produção industrial, o Brasil não conseguiu escapar da valorização rentista do capital. As várias crises sistêmicas exigiram permanentemente a manutenção de taxas de juros muito elevadas, obrigando o Banco Central a agir independentemente das autoridades políticas, a favor da estabilidade econômica e do

alcance de metas, preparando o Brasil para se transformar em permanente plataforma da financeirização do capital. Assim, o tão propalado aumento das finanças do Estado, do superávit primário, durante os governos do PT, não teve por base a inversão dessa lógica, mas, ao contrário, o seu reforço. Então, como argumentar que os governos petistas foram neodesenvolvimentistas?

Na realidade, conforme discutido no Capítulo 2, essa suposta incompatibilidade entre neoliberalismo e neodesenvolvimentismo é mais aparente do que real, especialmente no Brasil, onde o liberalismo nunca primou pela pureza. Dessa forma, a burguesia industrial foi a primeira a buscar o apoio do Estado quando tratou-se de alavancar a industrialização a partir dos anos de 1930. A oscilação entre políticas econômicas mais ou menos ortodoxas foi uma constante na história nacional. Na história do Brasil, normalmente, identificou-se como desenvolvimentismo a intervenção do Estado na economia, mas, de fato, essa intervenção não levou ao aumento da produção e da produtividade, especialmente naqueles setores capazes de incidir sobre a mais-valia relativa, ou seja, capazes de diminuir o valor das mercadorias que entrassem na reprodução da força de trabalho, melhorando as condições de consumo do trabalhador, conforme Marini (2011).

Devido às condições da dependência estrutural, os aumentos da produção e da produtividade foram canalizados para as esferas altas da circulação e para maximizar os lucros do capital rentista. Segundo Paulani (2008), porém, o conflito entre capital financeiro e produtivo é apenas aparente, pelo menos para o grande capital internacional. Ou seja, faria parte do jogo geopolítico das grandes potências combinar grandes ganhos rentistas nos países periféricos – através de ganhos produtivos de produtos primários financiados pelo capital financeiro – com ganhos na produção industrial de alta tecnologia, nos países centrais, onde o Estado entra com a sua contrapartida na garantia da reprodução interna do capital. Nesse caso, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado pelo governo de Lula, para Paulani, não se caracterizou como neodesenvolvimentista:

[...] mesmo considerando o PAC em conjunto com as políticas sociais, meia dúzia de intenções, com atuações dispersas do Estado em áreas específicas, não se confunde com um plano integrado de desenvolvimento. Ao contrário, revela dele uma concepção rasa e tecnicista. Enquanto estas linhas são escritas, ao apagar das luzes de 2007, o governo vê recusado no Congresso seu projeto de manter a existência da CPMF, e o primeiro item que é lembrado pelas autoridades como candidato a promover o ajuste de despesa à receita diminuída de que disporá o governo em 2008 é justamente o PAC. Mesmo que isso não venha a acontecer, a lembrança revela o quão frágil e distante é o PAC de

um verdadeiro plano de desenvolvimento para o Brasil. (PAULANI, 2008, p. 144).

Em síntese, podemos concluir que a fórmula capital bancário/industrial/Estado reforça a tese de Lênin (2011b) sobre a presença asfixiante do imperialismo desde o final do século XIX e suas determinações sobre as demandas econômicas e políticas na periferia do planeta. Em termos da dependência estrutural, que seria expressão particular do imperialismo no Brasil, concordamos com Paulani (2008), Gonçalves (2014) e Filgueiras et al. (2010).

Essa situação é que caracteriza a vulnerabilidade externa estrutural da economia brasileira, que se alimenta, de um lado, do perfil inadequado das exportações – centrada em *commodities* e em produtos industriais de baixo conteúdo tecnológico – e, de outro, da abertura da conta financeira e de capitais. Nessas áreas, o governo Lula não implementou nenhuma política para melhorar o perfil das exportações, nem tampouco para dificultar a livre movimentação de capitais; no caso desta última, ao contrário, foram adotadas medidas na direção de uma maior liberalização. (FILGUEIRAS et al., 2010, p. 55).

Assim, os governos petistas, apesar do passado e da retórica “progressista” ou mesmo “à esquerda” aceitaram o paradigma da macroeconomia ortodoxa renunciando não apenas ao projeto socialista inicial, mas até mesmo a um projeto keynesiano de matiz reformista. Esse foi o resultado de tentar atualizar o pacto social entre burgueses e trabalhadores, em um cenário em que o capital financeiro internacional estava “virando a mesa” e determinando novas regras do jogo, onde não haveria espaço para sindicatos, partidos de esquerda e até mesmo para o conjunto da classe trabalhadora. No governo Lula, o neoliberalismo conviveu, talvez mais harmonicamente até do que poderia imaginar, com o “desenvolvimentismo” do cartão de crédito, dos bancos, da sempre renovada agroexportação, das empreiteiras, etc.

O Partido dos Trabalhadores projetou-se como um partido de esquerda no quadro político da América Latina, mas suas práticas foram aos poucos se distanciando das concepções políticas e ideológicas que lhe deram origem. Isso implica em pensar como as estratégias políticas utilizadas para chegar ao governo central, levaram-no ao distanciamento do seu mote fundamental quanto à ampliação permanente dos direitos dos trabalhadores. Ao contrário, o PT, uma vez na presidência da República, governou para o mercado, mesmo quando impulsionou o consumo dos mais pobres. Os programas de ajuda

ou benefício aos mais pobres, ou aos miseráveis, também se caracterizaram pela atribuição de um valor monetário. E, por outro lado, manteve postura intransigente com as práticas sociais, jurídicas e econômicas que defendessem os trabalhadores a longo prazo.

Deste modo, o PT no governo não apresentou um projeto mais amplo que efetivasse práticas que incentivassem a própria participação política dos trabalhadores na manutenção e conquista de direitos e melhores condições de vida. A ampliação dos direitos dos trabalhadores como condição de uma política de Estado não foi efetivada e os mesmos foram considerados meros consumidores, por meio de políticas de crédito e financiamento, ao invés da efetivação de direitos essenciais como habitação, saúde, transporte, alimentação, educação, lazer, etc.

Em resumo, os discursos do PT quanto à melhoria da qualidade de vida da população brasileira não refletiram consideravelmente a realidade, visto que se tratou de uma condição provisória. Como consumidores, os trabalhadores dependem ou do salário ou de um benefício do próprio governo e, com a perda do emprego ou do benefício, perdem essa condição. Neste aspecto, seguiu-se a lógica dos subsídios em dinheiro e nunca por meio de programas de habitação, subsídios agrícolas ou quaisquer outros programas de bem-estar. (SILVEIRA, 2009). Por conseguinte, não há mecanismos de defesa dos trabalhadores quanto à inflação, aos juros e ao desemprego.

Segundo Baquero (2001), a desconfiança nas instituições democráticas no Brasil só vem aumentando desde o processo da chamada redemocratização. O programa neoliberal favorece o autoritarismo, uma vez que suprime o espaço de participação para os trabalhadores e ataca direitos conquistados por meio de muitas lutas históricas. O PT, que se atribui um papel importante na construção da democracia brasileira, acabou aumentando a concentração de riqueza – imobiliária, fundiária, tecnológica – e de poder. Além disto, a criação do “lulismo”, num esforço para difundir uma imagem paternalista e redentora de sua principal liderança, dificultou ainda mais um processo de autonomia organizativa dos trabalhadores.

Nas palavras de Przeworski (1988): “As massas não agem diretamente na defesa de seus interesses; delegam essa defesa. Isso é verdade tanto para os sindicatos quanto para os partidos: o processo de barganha coletiva situa-se tão distante da experiência diária das massas quanto as eleições.” (p.48). No caso brasileiro, essa distância fez com que, segundo Baquero (2001), se chegasse a uma situação extrema em que muitos trabalhadores dos grandes centros urbanos confiassem mais a sua segurança ao narcotráfico do que às

“instituições democráticas”.

O golpe de Estado de 1964 e toda a sua duração não foram senão o esforço desesperado de anular a construção política que as classes dominadas haviam realizado no Brasil, pelo menos desde os anos trinta. Tortura, morte, exílio, cassação de direitos, tudo era como sinistra repetição da apropriação dos corpos e do seu silenciamento, do seu vilipendimento, da saga gilbertiana. Sindicatos mais que tutelados passaram a administrações diretamente nomeadas pelo Ministério do trabalho, além, é claro, da regulação administrativa dos conflitos e da fixação, igualmente por via administrativa dos salários, seus pisos, por consequência, seus tetos, e a própria formação do mercado de força de trabalho. Uma sinistra produção de mercadorias sem equivalente, sem ilusão da liberdade, que Friedrich Pollock já havia qualificado, nos anos trinta, como o sinal característico do fascismo. E uma anulação da possibilidade de reivindicação da parcela dos que não têm parcela, tanto na produção quanto na distribuição do produto social. (OLIVEIRA, 2000, p. 64).

Esse conjunto de medidas da “contrarrevolução preventiva”, que procurou eliminar a política a partir de 1964, ganhou novos contornos no período neoliberal: todo o discurso sobre a flexibilização, a autonomia das agências governamentais, a estabilização econômica, cumpriu um papel fundamental em matar a política para os trabalhadores. E a prática da cooptação política de lideranças dos sindicatos e dos movimentos sociais para apoiarem o governo petista reforçou esse propósito.

Essa experiência subjetiva, ao lado da objetividade – que é sempre uma exteriorização, lembremo-nos da velha lição dos *Mamuscritos econômico-filosóficos*, de Marx e Engels, sim senhor – da falência do Estado, constitui a pedra de toque da privatização do público. [...] na ausência de política industrial para o ramo automotivo, trabalhadores metalúrgicos e empresários das montadoras de automóveis e as autopeças reuniram-se numa câmara setorial, cujo propósito original havia sido, simplesmente, o de regular preços. [...] O que a destruição do público opera em relação às classes dominadas, como o exemplo da câmara setorial do setor automotivo nos mostra, é a destruição de sua política, o roubo da fala, sua exclusão do discurso reivindicativo e, no limite, sua destruição como classe; seu retrocesso ao estado de mercadoria, que é o objetivo neoliberal (OLIVEIRA, 2000, p. 72-79, grifo do autor).

Essas políticas de acordo entre as montadoras, sindicatos e outros setores da economia, teriam o objetivo de cumprirem a promessa de 10 milhões de empregos ou o “pleno emprego”, o que em uma análise rápida poderia ser confundido com uma política keynesiana. Entretanto, não houve nenhum mecanismo de proteção do emprego para o

trabalhador, visto que bastou o PT deixar de enviar fartos subsídios a essas empresas para os trabalhadores serem imediatamente demitidos. Assim definiu Oliveira (2000), a articulação da “frente” neoliberal no Brasil e seu resultado: “antigos e novos oligarcas do Nordeste, populistas de direita, trãnsfugas de esquerda, numa articulação presidida pelo ‘príncipe dos sociólogos’, passa por uma estranha metamorfose: sua face real é a do totalitarismo”. (p. 81).

Em síntese, durante os governos petistas, o mercado venceu e os trabalhadores perderam. Mesmo assim, os poucos recursos para políticas sociais – na realidade mais para políticas de assistência aos chamados ultravulneráveis – foram considerados excessivos pela direita, que desejava uma política econômica ainda mais draconiana. E, contraditoriamente, mesmo os antigos aliados contribuíram para desalojar o PT do governo, via um golpe parlamentar. Sendo assim, o próprio PT contribuiu para sua queda. Ao distanciar-se dos movimentos sociais e preferir a companhia dos banqueiros, do mercado financeiro e do agronegócio acabou fortalecendo a própria direita. De forma alguma, em nosso entendimento, o golpe foi articulado devido ao “antineoliberalismo” do PT, mas devido a divergências sobre o método mais contundente para implementá-lo e sobre disputas em torno da ocupação do aparato estatal burguês.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os governos do Partido dos Trabalhadores não apresentaram e nem concretizaram um projeto nacional que representasse uma alteração na organização da produção no território brasileiro, no sentido da superação da dependência. Elegemos alguns elementos que indicariam uma transformação do padrão de produção no Brasil e também uma alteração do nosso ordenamento geográfico: a reforma urbana, a agrária e a reforma tributária, dentre outras. Porém, nenhuma dessas reformas foi realizada pelos governos petistas. Pelo contrário: houve concentração fundiária e urbana, concentração da riqueza e, com a adesão ao receituário neoliberal, maior contribuição à morte do que ao aprofundamento da democracia política e social. Como exemplo a Lei 13.260, conhecida como Lei Antiterrorismo, publicada em março de 2016, que amplia a possibilidade de repressão a manifestações políticas coletivas, em nome do suposto combate ao terrorismo. Deste modo, o neodesenvolvimentismo, ou novo-desenvolvimentismo, nos termos de Bresser Pereira, do PT não foi confirmado por esta pesquisa. A intervenção estatal utilizada pelos governos Lula e Dilma não feriu mas, pelo contrário, legitimou e aperfeiçoou os ditames do capital financeiro internacional.

Foram mobilizados mecanismos de consentimento dos setores dominados para com a ideologia neoliberal, em especial a cooptação do sindicalismo e dos movimentos sociais. Isto contribuiu para legitimar as políticas ortodoxas como as únicas possíveis. Até mesmo as políticas paternalistas que buscaram atender, em alguma medida, as populações mais miseráveis, já era uma política orientada pelo Banco Mundial, para evitar a explosão dos “de baixo” frente ao ajuste draconiano das políticas de mercado.

Com a situação internacional favorável às exportações de *commodities* vendeu-se a ideia que o Estado havia voltado a regular a economia e que o Brasil estava imune à crise para todo o sempre. Mas programas governamentais como o da Aceleração do Crescimento (PAC), Universidade para Todos (PROUNI), “Minha casa Minha vida”, foram elaborados no sentido não de ruptura, mas de fortalecimento dos processos de mercantilização do direito à moradia e à educação e de favorecimento dos bancos e das grandes empreiteiras, muitas denunciadas pelo uso de trabalho em condições de semi-escravidão, especialmente nas obras das Olimpíadas e da Copa do Mundo.

Tal perspectiva nega, mais uma vez, o discurso oficial petista de que em seus mandatos teriam se encerrado os programas de privatização. Podem ser mencionadas ainda a Lei de Falência, de 2005, e a maior autonomia concedida ao Banco Central para gerir a política econômica nacional; políticas altamente favoráveis aos interesses do grande capital privado.

Por outro lado, a propalada ampliação do crédito favoreceu mais os chamados trabalhadores da classe média e, ainda assim, à custa de juros elevadíssimos que favoreceram, uma vez mais, o capital financeiro. Já para os segmentos da população com menor renda, os aumentos reais do salário-mínimo e a ampliação da assistência social, foi seguida de grande cobrança de impostos, juros altos e retirada de direitos trabalhistas para os setores formalizados da classe trabalhadora, no intuito de desmobilizar os movimentos sociais e os sindicatos.

Essa alteração da forma de consumo do trabalhador, via crédito e endividamento, de um lado aumentou o consumo de veículos, casas e eletrodomésticos, mas, de outro, aumentou a servidão do trabalhador ao patrão e ao banco. O endividamento gera uma situação de vulnerabilidade na negociação salarial com o patrão, visto que da manutenção do emprego e do salário depende a possibilidade de pagamento dos bens adquiridos a partir da expansão do crédito. A expansão da modalidade crédito consignado – especialmente para funcionários públicos e aposentados, justamente por terem maior estabilidade salarial – também foi outra forma incentivada para garantir rendimentos estáveis aos bancos e outras entidades de crédito.

A reforma tributária, outra medida que poderia contribuir a alterar a dependência estrutural, também foi pauta que não avançou nos governos petistas. Segundo Filgueiras et al. (2010), um recente estudo do IPEA concluiu que em termos proporcionais os pobres, ou seja, os trabalhadores que possuem renda de até 3 salários-mínimos pagam mais impostos do que aqueles que ganham até 30 salários-mínimos.

Assim, Lula parece ter razão quando afirma que o PSDB tem “bronca” do PT por não ter conseguido novas lideranças a exemplo do segundo, e não por diferenças político-ideológicas. “O PSDB está tentando ressuscitar o jovem Fernando Henrique Cardoso porque não criou lideranças, não promoveu lideranças. Isso deve aumentar a bronca que eles têm da gente – que, aliás, não é recíproca”. (LULA, entrevistado por SADER e GENTILI, 2013, p.16). Talvez tenha faltado acrescentar a menor habilidade do PSDB na arte da conciliação e da cooptação política.

A própria origem popular de Lula, como retirante nordestino, ex-operário metalúrgico, ex-sindicalista e fundador de um Partido dos Trabalhadores no Brasil, contribuiu para o reforço da mistificação liberal. Poderia ter sido o contrário, mas tudo depende do contexto histórico e de como se posicionam os indivíduos e as classes sociais nesse contexto. Como as coisas se deram, a história serviu novamente para selar um novo pacto, um suposto novo consenso, em que a classe trabalhadora foi novamente a maior perdedora. Se o PT também se curvou aos imperativos da estabilidade macroeconômica, o discurso do “não há alternativa” saiu fortalecido.

Porém, a possibilidade de adesão dos trabalhadores a uma plataforma de atendimento prioritário aos anseios do capital rentista deveria, por óbvio, apresentar seus limites. Assim, aos poucos as possibilidades de cooptação e manutenção do pacto social vão se esgotando. Isso talvez explique, em grande medida, o *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff.

Deste modo, a queda do PT, especialmente pelo ataque da direita unificada, esteve associada, em nosso entendimento, à dificuldade em continuar gerindo o projeto econômico petista com a “chegada” da crise econômica ao Brasil, à debilidade dos partidos tradicionais da direita em promover novas lideranças com viabilidade eleitoral e, principalmente, devido a manifestações explosivas de descontentamento popular nos últimos anos – a exemplo das chamadas Jornadas de Junho de 2013, o que favoreceu a preocupação das classes dominantes com a capacidade do PT em manter a ordem. Já a apresentação do PT como governo com tendência social-democrata, ou até mesmo socialista ou comunista, não passou de paranoia delirante de uma extrema-direita neofascista que, com a ajuda da grande mídia, apelou a um discurso de ódio e intolerância, primeiramente à corrupção, mas cada vez mais à esquerda em geral e a todas as conquistas democráticas. Esse discurso, como em outros momentos de triste lembrança na história do país, teve acolhida na classe média insatisfeita e se expressou em algumas manifestações massivas pelo “Fora Dilma” e “Fora PT” entre 2014 e 2016.

Mas tudo isto não minimiza a própria responsabilidade do PT com a sua queda, ou seja, ao abandonar seus próprios ideais e sua aliança mais segura com a classe trabalhadora, o Partido se tornou refém da direita, que ele mesmo havia escolhido como aliada estratégica para o novo pacto “social liberal”, termo utilizado oficialmente. O PT também não havia tocado no importante tema da democratização dos meios de comunicação de massa e, quando não tinha mais nada a oferecer aos grandes oligopólios midiáticos, se tornou vítima dos ataques daqueles que pensava haver pacificado.

No plano internacional, a política do PT, apesar dos argumentos em contrário, não foi coerente com um projeto antiimperialista. Incentivou o grupo dos BRICS (sigla formada pelas iniciais dos cinco países que o compõem: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), mas não aderiu à integração latino-americana da Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA), lançada por Cuba e Venezuela. Enquanto isso dizia priorizar outras integrações Sul-Sul, como o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a União das Nações Sul-Americanas (Unasul), recebendo elogios dos presidentes estadunidenses George W. Bush e Barack Obama. Também participou da missão da ONU no Haiti, sem sequer consultar a população brasileira a respeito.

Em relação ao avanço da democracia, os indicadores a que tivemos acesso neste trabalho evidenciam que não houve alteração substancial nos governos petistas. Pelo contrário, a adesão do PT ao projeto neoliberal tornou-o também um governo autoritário: além de não criar mecanismos de ampliação dos direitos democráticos, retirou direitos dos trabalhadores e perverteu sua autonomia político-organizativa, aumentando a concentração de renda e de poder no Brasil. Isso sem esquecer que democracia é também Estado e, portanto, têm seus limites espaciais bem definidos, ou seja, a democracia mais ampla possível será ainda uma dominação de uma classe sobre outra, conforme discutido no item 1.1 do Capítulo 1.

O nosso intuito foi trazer esse debate para a Geografia, para pensar o espaço de acordo com a nossa realidade. Como ciência humana, a Geografia deve ter como centro de suas preocupações os seres humanos e suas condições de vida. Nesse sentido, que se busque pensar o papel da Geografia como ciência preocupada com a práxis humana e a construção de um mundo menos alienado e, conseqüentemente, de espaços mais livres.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

_____. O Brasil de Lula. **Revista Novos Estudos**. n. 91, p. 23-52 nov. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n92/n92a03.pdf>> Acesso em: 01 mar. 2017

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. Trad. Iraci D. Poleti. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2007. (versão digital)

AMARAL, Marisa, Silva. **Teorias do imperialismo e da dependência: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo**. 147f. 2012 (Doutorado em Economia política) – Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. USP, São Paulo, 2012. (versão digital)

ARENDT, Hannah. **As origens do totalitarismo**. Trad. Roberto Raposo. 4. reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BAQUERO, Marcello. Cultura política participativa e desconsolidação democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo. **São Paulo em Perspectiva**, v. 15, n. 4, p. 98-104. Out./dez. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v15n4/10376.pdf>> Acesso em: 27 fev. 2017.

BARBOSA, Tulio. **Globalização, neoliberalismo e lutas de classes no brasil (1990-2010)**. 2015 388f. (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da UFU, Uberlândia. 2015. (versão digital)

BARBOSA, Nelson. Dez anos de política econômica. In: SADER, Emir (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013 p. 69-102. (versão digital)

BAUMAN, Zygmunt. **Em busca da política**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e democracia**. Trad. Marco Aurélio Nogueira. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. Estado, poder e governo. In _____. **Estado, governo, sociedade:** por uma teoria geral da política. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 53-133.

_____. Democracia. In: BOBBIO, N. et al. **Dicionário de Política.** Trad. Carmen C, Varriale et al., 11. ed. Brasília: UnB, 1998. p. 319-129.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. "Dialética do Desenvolvimento Periférico: dependência superexploração da força de trabalho e alternativas de desenvolvimento". **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 247-272, maio./ago. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rec/v12n2/03.pdf>> Acesso em: 12 nov. 2016.

_____. "Inserção externa e vulnerabilidade da economia brasileira no governo Lula". In: CORECON-RJ. **Os anos Lula:** contribuições para um balanço crítico 2003-2010. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2010, p.109-131. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/intranet/ie/userintranet/hpp/arquivos/carcanholo_2010_otim.pdf> Acesso em: 23 fev. 2017.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina.** 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo.** Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DICIONÁRIO, de Ciências Sociais. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1987.

DINIZ, Eli. O Estado Novo: estrutura de poder; relações de classes. In: Fausto, Boris (Org.), **História geral da civilização brasileira.** Tomo III: O Brasil Republicano, 3º. vol. Sociedade e Política (1930-1964). 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991, p. 107-120, especialmente.

EAGLETON, Terry. **Marx e a Liberdade.** 1997. Trad. Marcos E. de Oliveira, 1999. (Org.) Nota de Velha toupeira. Disponível em: <<http://comunism0.wordpress.com/marx-e-a-liberdade/>> Acesso em: 09 jul. 2016.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder:** formação do patronato político brasileiro. 3. ed. Revista, Globo, 2001. Disponível em <<http://www.usp.br/cje/anexos/pierre/FAORORaymundoOsDonosdoPoder.pdf>> Acesso em 20 mar. 2016.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 2. ed. Rio de Janeiro: ZAHAR EDITORES, 1976. (versão digital)

_____. **Apontamentos sobre a "teoria do autoritarismo"**. São Paulo: Hucitec, 1979.

_____. **Capitalismo dependente e as classes sociais na América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1975.

_____. **Florestan Fernandes na Constituinte: leituras para a reforma política**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, Expressão Popular, 2014.

_____. **Poder e contra poder na América Latina**. São Paulo: Expressão Popular, 2015,

FERNANDES, Bernardo Mançano. A reforma agrária que o governo Lula fez e a que pode ser feita In: SADER, Emir (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013 p. 191-206. (versão digital)

FILGUEIRAS, Luiz et al. “Modelo Liberal Periférico e bloco de poder: política e dinâmica macroeconômica nos governos Lula”. In: CORECON-RJ. **Os Anos Lula: contribuições para um balanço crítico – 2003-2010**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2010, p. 35-70. Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/oldroot/hpp/intranet/pdfs/filgueiras_et_al_2010_otim.pdf Acesso em: 23 fev. 2017.

FIORI, José Luís. **O vôo da coruja: para reler o desenvolvimentismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

GIDDENS, Anthony. **Mundo em descontrole: o que a globalização está fazendo de nós**. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

GONÇALVES, Reinaldo. Desestabilização macroeconômica e dominação do capital financeiro no Brasil. In: BASUALDO, Eduardo M.; ARCEO, Enrique (Org.). **Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales**. Buenos Aires: CLACSO, p. 207-236 ago. 2006. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/basua/C06Goncalves.> Acesso em: 17 fev. 2017.

_____. Balanço crítico da economia brasileira nos governos do Partido dos Trabalhadores. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, São Paulo, n. 37, p. 7-39, jan. 2014. Disponível em: <<http://revista.sep.org.br/index.php/SEP/article/view/44/81>> Acesso em: 21 fev. 2017.

HARVEY, David. **Diecisiete contradicciones y el fin del capitalismo**. Quito, IAEN, 2014. (versão digital)

HOBBSBAWM, Eric J. **Globalização, democracia e terrorismo**. Trad. de José Viegas. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. **A era do capital, 1848-1857**. São Paulo: Saraiva, 2011.

KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (versão digital)

LÊNIN, Vladimir Ilitch. I. **O Estado e a Revolução**. Campinas, SP: FE/UNICAMP, 2011a. (versão digital)

_____. **O imperialismo: fase superior do capitalismo**. Campinas, SP: FE/UNICAMP, 2011b. (versão digital)

MACHADO, Mariana Pfeifer. **O pacto neodesenvolvimentista e as políticas de expansão da educação superior no Brasil de 2003 a 2013**. 2013. 219 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

MARINI, Ruy Mauro. **América Latina: dependência e integração**. São Paulo: Editora Brasil Urgente, 1992.

_____. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Org.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 131-172.

MARX, Karl. **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2010a. (versão digital)

_____. Crítica ao Programa de Gotha. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Obras Escolhidas**. V. 2. São Paulo: Alfa-Ômega, 2010b. p.

_____. **Grundrisse**. Manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011. (versão digital).

_____. “O 18 Brumário de Luís Bonaparte” In: _____. **Manuscritos Econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. 2 ed. São Paulo, Abril Cultural, 1978, p. 329 - 330.
MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: (I – Feuerbach)**. Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. 6. Ed. São Paulo: Hucitec, 1987.

_____. **Manifesto Comunista**. Tradução de Álvaro Pina 4. ed. São Paulo: Boitempo, 2005.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo; UNICAMP, 2002.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Geografia e Ensino: Os Parâmetros Curriculares Nacionais em discussão. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. (Org.). **Reformas no mundo da educação: parâmetros curriculares e geografia**. São Paulo: Contexto, 1999, p. 43-67.

OLIVEIRA, Francisco. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: OLIVEIRA, Francisco; PAOLI, Maria Célia (Org.). **Os sentidos da democracia – políticas do dissenso e hegemonia global**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 55-81.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Carta ao povo brasileiro**. 2002. Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br/uploads/cartaaopovobrasileiro.pdf>> Acesso em: 23 out. 2016.

_____. Carta de princípios da Comissão Nacional Provisória 1º de Maio de 1979. Disponível em: <<http://csbh.fpabramo.org.br/uploads/oscompromissosdafrentebrasileiro.pdf>> Acesso em 18 jun. 2017.

PAULANI, Leda, Maria. O Projeto Neoliberal para a Sociedade Brasileira: sua dinâmica e seus impasses. In: LIMA, J. C. F.; NEVES, L. M. (Org.). **Fundamentos da Educação Escolar do Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Fio Cruz, 2006. p. 67-108. Disponível em: <<http://www.fiocruz.br/editora/media/Capitulo%20Fundamentos%20Educacao%20Escolar>> Acesso em: 16/02/2017.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Teoria Novo-Desenvolvimentista: uma síntese. **CADERNOS do DESENVOLVIMENTO**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 19, p.145-165, jul./dez. 2016. Disponível em: <http://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/ojs-2.4.8/index.php/cdes/article/view/9/pdf_1> Acesso em: 16 fev. 2017.

PINHEIRO, Armando Castelar. Privatização no Brasil: por quê? Até onde? Até quando? In: GIAMBIAGI, Fabio; MOREIRA, Maurício Mesquita (Org). **A economia brasileira nos anos 90**. 1. ed. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 1999, p. 147-182. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/11317/1/A%20Economia%20Brasileira%20nos%20Anos%2090_Privatiza%C3%A7%C3%A3o%20no%20Brasil_Por%20qu%C3%A9_At%C3%A9%20onde_At%C3%A9%20quando_P.pdf> Acesso em: 20 fev. 2017.

PETRAS, James. Brasil: a retirada dos direitos sociais e trabalhistas. **Revista de Ciências Humanas** Florianópolis, v. 14 n. 20, p.125-138, 1996. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/viewFile/23491/21158>> Acesso em: 25 fev. 2017.

PRZEWORSKI 1988, Adam. A social-democracia como fenômeno histórico. **Lua Nova**, São Paulo, v. 4 n. 15, p. 41-81, out. 1988. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n15/a04n15.pdf>> Acesso em: 14 fev. 2017.

SAES, Décio. **A formação do Estado Burguês no Brasil (1888 – 1891)**. 1982, V. I-II, 334f. Tese de Livre –Docência. IFCH-UNICAMP. 1982.

_____. **Democracia**. São Paulo: Ática, 1987.

SADER, Emir (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013. (versão digital)

_____. A construção da hegemonia pós-neoliberal. In: SADER, Emir (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013, p. 135-144. (versão digital)

SADER, Emir; GENTILI, Pablo. O possível e o impossível-Luiz Inácio Lula da Silva-entrevista concedida a Emir Sader e Pablo Gentili. In: SADER, Emir (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013, p. 09-29. (versão digital)

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência**

universal. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SCHWARTZMAN, Simon. **Bases do autoritarismo brasileiro**. 4. ed. Rio de Janeiro: Publit Soluções. 2007. (versão digital).

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SICSÚ, João; PAULA, Luiz Fernando de; MICHEL, Renaut. Por que novo-desenvolvimentismo? **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 27, p. 507-524, oct./dez. 2007. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/moeda/pdfs/porque_novo_desenvolvimentismo.pdf> Acesso em: 15 fev. 2017.

SILVEIRA, Ramaís Castro. **Neoliberalismo: conceito e influências no Brasil – de Sarney a FHC**. 2009. 175p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. (versão digital)

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. v. 2.

SINGER, Paul. De dependência em dependência: consentida, tolerada e desejada. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 12, n. 33, p. 119-130, maior/ago. 1998. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9413/10981>> Acesso em: 26 fev. 2017.

SOARES, Eliane. **Recolonização como “Reforma do Estado” no Brasil**. 2003. 163f. (Dissertação em Sociologia Política) – Programa de Pós-Graduação de Sociologia UFSC, Florianópolis. 2003. (versão digital)

TRASPADINI, Roberta. **A perspectiva (inter)dependentista de Fernando Henrique Cardoso: uma visão particular do desenvolvimento capitalista brasileiro**. 1998 (Dissertação em economia). Uberlândia: IE/UFU. 1998.

TEIXEIRA, Rodrigo. Alves; PINTO, Eduardo. Costa. A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. **Economia e Sociedade, Campinas**, v. 21, Número Especial, p. 909-941, dez. 2012. Disponível em: <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8642267/9742>> Acesso em: 14 fev. 2017.

TROTSKY, Leon. **História da Revolução Russa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

WALLERSTEIN, Immanuel. Mundialização ou era de transição? Uma visão de longo prazo da trajetória do sistema mundo. In: CHESNAIS, François et. al. **Uma nova fase do capitalismo?** São Paulo: Xamã, 2003.

WOOD, Ellen. **Democracia contra o capitalismo:** a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2003.